

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

**A MEMÓRIA E O MEMORÁVEL: A GUERRA DO PARAGUAI EM “O
TEMPO E O VENTO”**

Marilda Aparecida Lachovski de França

Guarapuava

2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

**A MEMÓRIA E O MEMORÁVEL: A GUERRA DO PARAGUAI EM “O
TEMPO E O VENTO”**

Marilda Aparecida Lachovski de França

Guarapuava

2015

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

F814m França, Marilda Aparecida Lachovski de
A memória e o memorável: a guerra do Paraguai em "O tempo e o vento"
/ Marilda Aparecida Lachovski de França.- Guarapuava: Unicentro, 2014.
x, 134 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cleci Venturini;

Banca examinadora: Profa. Dra. Verli de Fátima Petri da Silveira, Profa.
Dra. Carmem Lúcia Gomes de Sallis.

Bibliografia

1. Literatura Brasileira. 2. Discurso. 3. Crítica Literária. 4. Memória. 5.
Língua. 6. Ideologia. 7. Veríssimo, Erico. I. Título. II. Programa de Pós-
Graduação em Letras.

CDD 20. ed. 801.953

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

**A MEMÓRIA E O MEMORÁVEL: A GUERRA DO PARAGUAI EM “O
TEMPO E O VENTO”**

**Dissertação apresentada
por MARILDA
APARECIDA LACHOVSKI
DE FRANÇA, ao
Programa de Pós-
Graduação em Letras da
Universidade Estadual do
Centro-Oeste -
UNICENTRO, como um
dos requisitos para a
obtenção do título de
Mestre em Letras.
Orientadora Prof^a. Dr^a.
MARIA CLECI VENTURINI**

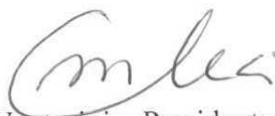
**Guarapuava
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

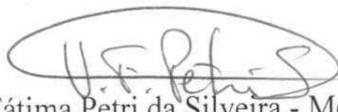
MARILDA APARECIDA LACHOVSKI

A MEMÓRIA E O MEMORÁVEL: A GUERRA DO PARAGUAI EM “O TEMPO E
O VENTO”

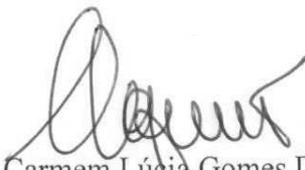
Dissertação aprovada em 16/12/2015 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração em Interfaces entre Língua e Literatura, pela seguinte Banca Examinadora:



Profª. Dra. Maria Cleci Venturini – Presidente/Orientadora
(UNICENTRO)



Profª. Dra. Verli de Fátima Petri da Silveira - Membro Titular
(UFSM)



Profª. Dra. Carmem Lúcia Gomes De Sallis – Membro Titular
(UNICENTRO)

*Em especial ao meu pai – a mais singela
de todas as demonstrações de amor;
Marlon e Marikson, luzes no caminho
tortuoso.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo cumprimento de suas promessas, sem as quais jamais teria condições de chegar até aqui, ou simplesmente, projetar um futuro. Sempre e de forma verdadeira.

À Prof^a. Dr^a. Maria Cleci Venturini, a quem considero e estimo; exemplo de vida e de defesa da AD no seu modo simples, elegante e sábio de ver e entender as palavras e as pessoas, na escuta dos silêncios.

À minha família, em especial meu pai, velho conhecedor da vida já que não lhe foram possíveis as condições de conhecer a academia e à mãe sempre pronta a receber. Aos “quase” pais Silvanira e Domingos pela acolhida sincera nos dias mais difíceis, me incentivando a não desistir e me ajudando nas orações.

Aos poucos, mas sinceros amigos, em especial Darci Oliveira, Denise Gonçalves, sendo que ambos seguiram caminhos separados, mas sempre serão guardados na memória com carinho, nas ausências e saudades. Não poderia deixar de agradecer à Édina Mello, já que não teve condições emocionais de assistir-me na defesa, prometendo desabar no choro se assim o fizesse. Por medo de cair em lágrimas também, não insisti. À minha amiga Josemara S. pela ajuda nos abstract e palavras de ajuda nos momentos difíceis da escrita.

Aos dois tesouros valiosos que atendem pelo nome de filhos, meus motivos.

Aos professores do Programa Mestrado em Letras, mas também aos das graduações em Letras e História – sábios e incentivadores na busca pelo conhecimento, sem os quais por certo não saberia o caminho para a pesquisa.

À banca, Prof^a Dr^a Verli Petri e Prof^a Dr^a Carmem de Salis, pela atenção e leituras desta dissertação, no auxílio ainda na qualificação e depois na defesa.

*Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.
Como desencantá-la?
É a senha da vida
a senha do mundo.
Vou procurá-la.*

*Vou procurá-la a vida inteira
no mundo todo.
Se tarda o encontro, se não a encontro,
procuro sempre.*

*Procuro sempre, e minha procura
ficará sendo
minha palavra.*

RESUMO

A Análise do Discurso é uma área de pesquisa que tem como objeto as produções sociais de sentidos, tornando-se assim, o campo propício aos estudos da memória, da historicidade das narrativas produzidas e dos processos identitários dos sujeitos. A Guerra do Paraguai, textualizada na obra *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo é entendida neste trabalho como um acontecimento discursivo, ou seja, não descartamos a historicidade, as condições de real propostos pela História, mas a concebemos como possibilidade de estudo dos discursos produzidos a partir de tal acontecimento, em discurso, portanto, com sentidos e efeitos de sentidos outros, fazendo ressoar a memória. Logo, esta dissertação trabalha na interface Língua/Literatura, na pluralidade e não completude da linguagem, enquanto produção humana. Assim, os sujeitos-personagens criados pelo autor, em sua discursividade, nos garantem espaços para a compreensão dos modos de dizer e não-dizer, de significação e memória, na relação língua/sujeito/história. Essas possibilidades se dão a partir dos efeitos de sentido produzidos em torno das palavras herói e cidade, na composição do sujeito-personagem de Florêncio Terra no espaço urbano de Santa Fé (RS), focos principais do capítulo V de *O Continente*, volume II. Assim, nossa questão de pesquisa é como o acontecimento histórico, a Guerra do Paraguai, é ressignificado, no discurso dos sujeitos-personagens, por meio de dois significantes – a cidade e herói - deslocando o acontecimento nacional para o acontecimento regional? Interessamo-nos por essa questão tendo em vista que o sujeito-autor Erico Verissimo narra na trilogia que compõe *O tempo e o vento* mais de duzentos anos da história do Rio Grande do Sul; logo, é atravessado pela ideologia materializada na língua, suporte para sua narrativa ficcional. Assim, o discurso em torno do objeto de pesquisa, memórias e discursos se atravessam, filiam-se a outros discursos e dizeres, a outros espaços e sujeitos. Essa possibilidade de análise será possível a partir da AD de linha francesa, tendo como base os preceitos de Michel Pêcheux e Orlandi, destacando a relação sujeito, língua e história, encaminhando para a análise como o domínio guerra é ressignificado e atualizado pela memória e assim, abre espaço para o movimento dos sentidos postos na obra de Verissimo, no que se refere ao imaginário em torno do conflito Guerra do Paraguai. Esses trajetos nos conduzem ao entendimento de que na obra analisada, o local (cidade fictícia de Santa Fé), o regional (Rio Grande do Sul) e o nacional (Brasil), não possuem limites fixos, mas sim que, pelo movimento da memória e pela produção de discursos, se misturam, se completam e se preenchem, permitindo a atualização da memória.

Palavras-chave: literatura; discurso; memória; língua, ideologia.

ABSTRACT

The Discourse Analysis is an area of research that has as object the social production of meaning, thus becoming the area propitious to study of memory, the historicity of narratives produced and identity processes of subjects. The Paraguayan War, textualized in literary work *Time and the Wind*, written by Erico Verissimo is understood in this paper as a discursive event, in other words, we do not disregard the historicity, the conditions of real proposed by History, but we conceive as possibility of study discourses produced from a such an event, in discourse, therefore, with senses and effects of other meanings, resonating the memory. Thus, this dissertation works in language/literature interface, in the plurality and incompleteness of language, while human production. Thus, the subject-characters created by the author, in his discourse, guarantee spaces for understanding of ways of saying and not-saying, of meaning and memory in relation language/subject/history. These possibilities occur from of effects produced around the words hero and city, in the composition of the subject-character Florencio Terra in urban areas of Santa Fe (RS), main focus of chapter V of the *Continent*, Volume II. Thus, our research question is how the historical event, the Paraguayan War, is reframed in the discourse of the subjects-characters, through two significant - the city and hero - shifting the national event for the regional event? Our interest for this issue derived of subject-author Erico Verissimo that narrates in the trilogy that compose *Time and the Wind* over two hundred years in the history of Rio Grande do Sul; then is crossed by ideology materialized in language, support for his fictional narrative. Thus, the discourse around the object of research, memories and discourses are crossed, affiliated in other discourses and sayings, other spaces and subjects. The possibility of analysis will be possible from the French line AD, based on the precepts of Pêcheux and Orlandi, highlighting the relationship between subject, language and history, heading for the analysis as the war domain is reinterpreted and updated by memory and so opens space for movement of the senses put in the work of Verissimo, with regard to the imaginary around the Paraguayan War conflict. These paths lead us to the understanding that in the analyzed work, the location (fictional town of Santa Fe), regional (Rio Grande do Sul) and national (Brazil), have no fixed limits, but that the memory movement and the production of speeches, mingle, complement and fulfill, enabling upgrading your memory.

Keywords: literature; discourse; memory; language; ideology.

SUMÁRIO

| | |
|-----------------|------|
| RESUMO..... | p.07 |
| ABSTRACT..... | p.08 |
| INTRODUÇÃO..... | p.10 |

CAPÍTULO I

RELAÇÃO HISTÓRIA, LITERATURA E AD

| | |
|---|------|
| 1.1- Nas tensões entre a literatura, história e AD: algumas considerações..... | p.24 |
| 1.2- Análise de Discurso: texto e textualidade..... | p.31 |
| 1.3- O sujeito e suas posições no discurso: sujeito-autor..... | p.41 |

CAPÍTULO II

O FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA

| | |
|--|-------|
| 2.1- A arte de lembrar – retorno a <i>mnemosine</i> | p. 47 |
| 2.2- Memória social e coletiva – laços de pertencimento..... | p. 48 |
| 2.3- Memória e esquecimento – a memória em AD..... | p. 51 |

CAPÍTULO III

O EVENTO MEMORÁVEL

| | |
|---|-------|
| 3.1- O tempo e a guerra: a guerra no tempo..... | p. 65 |
| 3.2- A guerra no tempo: o que se conhece da Guerra do Paraguai..... | p 75 |
| 3.3- A viagem e o retorno do herói: na guerra/na cidade..... | p. 78 |
| 3.4- Um olhar sobre as cidades: Santa Fé e o espaço urbano..... | p. 90 |

CAPÍTULO IV

O BRASIL É O RIO GRANDE – ENTRE O NACIONAL E O REGIONAL

| | |
|---|--------|
| 4.1- Nação e região – deslocamentos e memórias..... | p. 103 |
| 4.2- A cidade como lugar de memória..... | p. 109 |

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....p. 116

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....p. 120

INTRODUÇÃO

Como o tempo custa a passar
quando a gente espera!
Principalmente quando venta.
Parece que o vento maneia o
tempo. (VERISSIMO, 2004, p. 19)

Esta dissertação realiza-se na interface entre língua e literatura sob a égide dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso francesa¹ (doravante AD), fundada por Michel Pêcheux e, no Brasil, relida, ressignificada e transformada por Orlandi e por pesquisadores que se filiam aos estudos do discurso, nessa perspectiva. Trata-se de uma disciplina de entremeio, o que nos possibilita a aventura de adentrar os conceitos e funcionamentos advindos da História, da Antropologia, da Filosofia e de outros campos teóricos. Vale destacar que o objetivo não é trabalhar na interdisciplinaridade, mas deslocar conceitos, fazendo-os funcionar no discurso, sinalizando que eles não se fecham em campos disciplinares. Ao contrário, como linguagem, os discursos encaminham ao que Pêcheux (2009) definiu como interlocução entre sujeitos, em análises de materialidades, às quais se constituem e fazem sentido não somente por meio de anterioridades, mas também, pelas exterioridades.

A Análise de Discurso, como nos afirma Orlandi (2012a), não é uma ciência exata, é antes de tudo, a ciência da interpretação, área de entremeio. E, segundo a mesma autora, se diante de todo fato o homem é levado a interpretar, é possível analisarmos discursivamente o acontecimento Guerra do Paraguai, na obra de Veríssimo, por este viés. E se há vários funcionamentos do real², trabalhamos aqui com o real construído na obra em torno de um

¹ A área de Análise de Discurso de linha francesa tem início na França, nos anos de 1960, sendo tomada como um dispositivo que coloca em relação o campo da língua (herdado da linguística) e o campo da sociedade apreendida pela história (relações de força e dominação ideológica). É a partir do estruturalismo saussureano que a AD inaugura uma nova forma de conceber os estudos da linguagem, abrindo caminhos para a relação entre outras áreas do conhecimento humano. Além disso, há a interferência do político e da concepção de sujeito que irrompem como a nova área de estudos da linguagem.

² Trabalhamos aqui com a noção de real pertencente à literatura, nos limites do texto, portanto, não é a ideia de espelhamento, de cópia ou contexto como reflexo da realidade na

acontecimento, que é histórico, mas porque está representado em uma obra literária, não se demonstra, se mostra, como diz Orlandi (2012a). Disso podemos dizer que o real analisado é aquele textualizado na obra “*O tempo e o vento*”.

Pensando-se assim, buscamos com este trabalho a compreensão da historicidade da narrativa, à medida que é entendida como discurso, logo como uma materialidade não-estática e não-linear, mas como a linguagem em processo. Neste sentido, a ênfase não se dá sobre a história na obra, mas sim na forma como a obra, enquanto discurso guarda marcas de historicidade, levando em consideração o que nos diz Orlandi (2001):

As palavras não significam em si. Elas significam porque tem textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa. E sua disposição em texto, faz parte dessa realidade. É assim que na compreensão do que é texto [...] (ORLANDI, 2001, p. 86)

O objeto discursivo dessa dissertação é o discurso histórico da Guerra do Paraguai textualizado por Erico Verissimo³, na obra *O Tempo e o Vento*, mais precisamente, o segundo volume de *O Continente*, publicado, originalmente, em 1949⁴. Erico Verissimo nasceu em Cruz Alta (RS) em 1905 e faleceu em 1975. Suas obras podem ser divididas em três fases: com *Clarissa* (1933), tem início a produção dos romances urbanos, acrescentando *Caminhos Cruzados* (1935); *Um lugar ao sol* (1936); *Olhai os lírios do campo* (1938); *Saga* (1940) e

obra literária, mas sim, com o real textualizado na narrativa, pelas condições de verossimilhança, apontadas a seguir, como destacamos na nota 6.

³ Erico Verissimo, apesar de ser palavra proparoxítone, não é escrito com acento. Neste trabalho, seguimos a escrita do nome, tal como foi registrado, na certidão de nascimento do escritor.

⁴ A obra *O Tempo e o Vento* possui mais de duas mil e quinhentas páginas e, representa mais de duzentos anos do processo de criação do Rio Grande do Sul. Compõe-se de sete livros, sendo O CONTINENTE, primeiro tomo; O CONTINENTE, segundo tomo; O RETRATO, primeiro tomo; O RETRATO, segundo tomo; O ARQUIPÉLAGO, primeiro tomo; O ARQUIPÉLAGO, segundo tomo; O ARQUIPÉLAGO, terceiro tomo. O Continente, divide-se em dois volumes e inicia a saga gaúcha, destacando as famílias Terra, Caré, Amaral e Cambará. Tratamos aqui especificamente do volume II – no qual está o capítulo V intitulado *A guerra*. Nesta dissertação trabalhamos com o volume II publicado em 2004, em sua 27ª edição sendo que a primeira edição é de 1949.

O resto é silêncio (1942). Uma das características da primeira fase do escritor é a narrativa dos fatos a partir da burguesia de Porto Alegre (RS), alternando em seus escritos o tom crítico, a visão otimista e lírica sobre a sociedade.

A segunda fase é constituída dos romances históricos, mais precisamente da trilogia de *O tempo e o vento*, sendo *O continente* (1948); *O retrato* (1951) e *O arquipélago* (1961). Na terceira fase destacam-se as obras tidas como romances políticos, sendo eles: *O senhor Embaixador* (1965); *O prisioneiro* (1967) e *Incidente em Antares* (1971). Essa fase está inserida no período de ditadura militar no Brasil, daí a denominação de *romances políticos*. Além dessas obras contam-se novelas e contos diversos, assim como as narrativas de memórias como *Solo de Clarineta I* (1973) e *Solo de Clarineta II* (1975).

Diante dessa farta produção do autor podemos dizer que escrever sobre um acontecimento⁵ que se pretende um fato histórico, narrado em uma de suas principais obras, em uma perspectiva discursiva, certamente, não é simples. A leitura que fazemos a partir dos acontecimentos denominados “grandiosos”, na história, nos traz, também, preocupações à medida que esses desnudam (e escondem) outras possibilidades. Essas incertezas, falhas consequentes, preenchidas (ou não) pelo leitor, abrem espaço para que pensemos a incompletude e a não transparência da linguagem, mas não só.

Aquele que narra determinado acontecimento, não está sozinho. Ele fala de um lugar, e ocupa uma posição-sujeito, revelando suas experiências, sua forma de ver e de registrar o mundo, independentemente daquilo que será interpretado/compreendido por quem lê. Se por um lado, o sujeito-leitor possui sua bagagem de leituras outras, o sujeito-autor também as possui. Na relação entre ambos, as lacunas se abrem e palpitam por explicações que nem sempre

⁵ Como acontecimento histórico podemos destacar os eventos, fatos e acontecimentos na ordem do real datado e institucionalizado, aquele que não muda. Na relação entre História/Literatura, tomamos a materialidade ficcional como acontecimento discursivo, ou seja, é o real, ou os *ecos do discurso literário* (PETRI, 2004) que são ressignificados e que significando, constituem o imaginário social. Lembrando que, a História não muda, permanece, apreende; ao contrário, o discurso, na perspectiva que adotamos é sempre outro, deslizando e apontando para outros efeitos de sentidos, portanto um acontecimento discursivo é ressignificação de determinado evento, no atravessamento desse pelo real da língua, sempre sendo incompleta e com falhas. Sobre tal relação explicitaremos mais adiante no capítulo I.

um deles terá de pronto, haja vista, a incompletude, a falta e a falha que permeiam o sujeito e a língua, logo, o discurso.

A discussão em torno das relações entre a história, a literatura e, conseqüentemente a língua em funcionamento, não é recente e, pode estar muito longe de ser concluída. O principal ponto de discussão diz respeito às especificidades e métodos de ambas as áreas das ciências humanas, sendo que, enquanto a primeira tem como fundamento a busca de uma verdade possível dos acontecimentos; a segunda segue o princípio básico da criação, da liberdade do sujeito criador, primando pela produção de uma obra ficcional, mesmo possuindo um “fundo de verdade”, ou marcas de historicidade decorrentes da verossimilhança⁶. Assim, Loureiro (1997) no prefácio de Clarissa, destaca essa mesma relação tratando especificamente das obras de Erico Verissimo:

O romance sempre conta uma história de ficção que o seu autor criou a partir das angústias, insatisfações ou alegrias que a realidade lhe ofereceu. As personagens inventadas serão projeções de uma experiência no mundo real transposto para a ficção. Assim, o romancista será bom ou mau romancista justamente na medida em que a sua capacidade de expressão nos faça aceitar como verdadeiro esse mundo que é pura fantasia, quando as pessoas fictícias nos convençam e emocionem tanto quanto as pessoas “reais”. (LOUREIRO, p. VII, 1997)

Desse modo, sendo a interioridade da obra, em sua condição de verdade limitada pela ficção, afetada pela exterioridade que é própria da história, pensamos que mesmo sendo distintas, a literatura e a história, são vistas como construções humanas, já que são produzidas por sujeitos inseridos em

⁶ A noção de verossimilhança é posta por Compagnon (2012, p. 96- 135) como um dos problemas no estudo da literatura, sendo que, segundo o autor, parte de uma noção aristotélica de *mimêsis* como *representação* ou *imitação*; em Platão seria uma *mimêsis subversiva* (os poetas deveriam ser expulsos das cidades, sendo eles, *um perigo a união social*); em Barthes, a noção adquire sentido de instrumento ideológico, segundo Compagnon. Ao final da discussão do que é a *mimêsis*, Compagnon (2010), deixa as mesmas inquietações, mas afirma ser ela uma espécie de verdade possível, desde que se entenda a literatura como o *entrelugar*, a *interface*, pois, *os leitores são colocados dentro do mundo da ficção e, enquanto dura o jogo, consideram esse mundo verdadeiro, até o momento em que o herói começa a desenhar círculos quadrados, o que rompe o contrato de leitura [...]* (COMPAGNON, 2012, p. 133).

condições histórico-sociais específicas. Segundo Pesavento (2005, p.82), a literatura permite-nos perceber como as pessoas pensavam (ou pensam) o seu mundo e a si próprias, assim como também guarda indícios dos valores que guiavam seus passos, seus medos, seus sonhos. É neste sentido, que a narrativa literária pode ser tomada, não só como fonte possível para a história, como também nos abre espaços para análises mais apuradas quanto aos aspectos discursivos nela presentes, mais especificamente na perspectiva da AD.

O que pretendemos não é a diferenciação entre as áreas, nem listar as marcas históricas presentes na narrativa, mas a análise de como o discurso que circula, na obra literária, pode ser interpretado e produz efeitos de sentidos que deslizam, modifica, abre cesuras, desloca, apaga e falha. Assim, essa dissertação, tem como objeto discursivo a Guerra do Paraguai textualizada por Erico Verissimo, na obra *O Tempo e o Vento*.

Demanda da interface entre a Literatura e a Língua em um texto literário que enfoca um acontecimento histórico, a abertura de duas frentes: uma em relação ao acontecimento histórico e, outra em torno do acontecimento discursivo, instaurado pelo discurso ficcional. A questão de pesquisa em torno desse objeto é: Como o acontecimento histórico, a Guerra do Paraguai, é ressignificado, no discurso dos sujeitos-personagens, por meio de dois significantes – a cidade e herói - deslocando o acontecimento nacional para o acontecimento regional?

Para responder à questão proposta como eixo estruturador da investigação, o nosso objetivo geral é: trabalhar na interface entre língua e literatura, considerando o funcionamento da história e da memória e seus efeitos discursivos. No discurso em torno do objeto de pesquisa, memórias e discursos se atravessam, filiam-se a outros discursos e dizeres, a outros espaços e sujeitos. Diante disso, os nossos objetivos específicos são:

- 1.** relacionar, a partir de dispositivo teórico analítico, as noções de história/literatura/análise de discurso e seus funcionamentos na constituição do memorável pelo referencial da AD de linha francesa.

- 2.** destacar as noções de memória e memorável na obra de Verissimo, no acontecimento Guerra do Paraguai, bem como as filiações a formações discursivas dele na sua posição sujeito-autor;
- 3.** compreender, pelo viés da AD de linha francesa, como funcionam os domínios da cidade e do herói na narrativa literária;
- 4.** estabelecer relação entre sujeito/língua/história na constituição de efeitos de sentidos em torno da Guerra do Paraguai, funcionando no discurso literário;

Para tanto, as possibilidades de efeitos de sentidos, em torno do objeto de análise se dão a partir de dois recortes: o herói sinalizado pelo retorno de Florêncio Terra da Guerra do Paraguai, e a cidade de Santa Fé⁷, como imaginário lacunar e propício para a produção de discursos e memórias silenciadas, mas que ressoa nos/pelos personagens, que analisamos como sujeitos, tendo em vista que eles não são donos do seu dizer porque eles resultam de memórias e de discursos que retornam/ressoam.

Assim, o herói e a cidade podem ser pensados a partir da memória que se tem do herói, do acontecimento como memorável e o deslocamento de uma memória nacional para a memória regional/local. Memória e memorável são noções aparentemente semelhantes, pelo viés da AD, entretanto, são distintas porque recobrem especificidades inerentes ao discurso, às condições de produção, às formações discursivas, nas quais funcionam, tendo em vista os sujeitos, que ocupam determinadas posições e não outras.

Isso significa a análise dos efeitos de memória que colocam a Guerra do Paraguai textualizada na narrativa ficcional de Erico Verissimo, enquanto acontecimento histórico e o seu funcionamento discursivo. Como o lugar de produção de discursos outros, que derivam de uma possibilidade de dizer, mas

⁷ A cidade de Santa Fé a qual tratamos nesta análise é uma construção da ordem do imaginário, sendo uma cidade fictícia, portanto, elaborada pelo sujeito-autor Erico Verissimo e não existente no real da história do Rio Grande do Sul.

nesse mesmo movimento, inscrevem-se e instauram rupturas com aquilo que já foi dito antes sobre o acontecimento histórico, em tela. Na busca pela compreensão da discursividade e da relação história e memória, destacamos um trecho da obra “O tempo e o vento”, de Erico Verissimo, mais especificamente o capítulo V, de *O Continente*, intitulado “A guerra”.

Essa obra trata da história do Rio Grande do Sul, durante várias gerações da família Terra-Cambará, que é, na narrativa, a linha mestra para a explicação de todos os acontecimentos, naquele período. Verissimo descreve, nesse capítulo, as inquietações dos santa-fenezes diante das lutas na Guerra do Paraguai. Destaca, sobretudo, a desolação, a tristeza, o poder autoritário do governo e a insatisfação dos gaúchos diante do conflito, o que é representado⁸ na figura de Florêncio Terra e depois em Licurgo Cambará.

Já no início da narrativa, ocorre a demarcação temporal e espacial em que se desenrola a diegese⁹, sendo que essa datação é inerente à historiografia oficial que marca o início do conflito em dezembro de 1864. Um dos personagens mencionado, na obra, é Solano Lopez, então presidente do Paraguai, sendo descrito pelo autor como um líder temido, extremamente forte e autoritário. A cidade de Santa Fé foi assim, na descrição de Verissimo, inserida no maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul¹⁰.

Os combates foram travados não só por soldados, mas, também, por mulheres e crianças que ajudaram a compor o exército. Após a guerra, formou-

⁸ A noção representação com que trabalhamos diferencia-se da representação posta por Foucault (1995, p. 79) definida em relação ao signo, como aquilo que o significa, sublinhando a representação como a duplicidade. Venturini (2012, p. 34-36) em relação a Foucault e à representação destaca que ele, na obra *Isto não é um cachimbo* (2008), diferencia semelhança e similitude, destacando que a primeira mostra uma relação fechada entre o objeto e a sua representação e, o segundo abre possibilidades em relação ao que é exterior. Em seu texto, Venturini (2012) destaca que a representação, enquanto noção produtiva, na Análise de Discurso, diz respeito à discursividade decorrente das formações imaginárias, pelas quais o sujeito representa a si mesmo, ao outro e ao dizer, significado e permeado pelo imaginário e não pela duplicação, sinalizando que Foucault (1995) não pensa a representação em relação a Pêcheux, mas em relação à história e às diferentes acepções que esse conceito adquiriu ao longo do tempo.

⁹ O termo diegese vem ainda da Grécia Antiga, com Platão e sua divisão entre o mundo real e o mundo ideal, depois com Aristóteles e a diferenciação entre tragédia e comédia. Já no século XIX, com Barthes e outros formalistas russos, o termo passou a significar a narração de acontecimentos determinados e inseridos em certas formações histórico-sociais.

¹⁰ Sobre as condições do conflito, a participação do Brasil e os saldos finais para os demais participantes, trataremos mais especificamente no capítulo III, na relação entre a guerra/tempo/história.

se o que, no discurso histórico, é conhecido como Tríplice Aliança - acordo firmado entre Brasil, Argentina e Uruguai, já que os três países derrotaram o Paraguai. Essas possibilidades de verdade da história¹¹ são enumeradas, na obra literária, como objeto simbólico de representação de um evento singular na constituição do imaginário social do rio-grandense. A cidade de Santa Fé funciona discursivamente como lugar de memória¹², na produção de discursos que instauram efeitos de bravura, de coragem e de luta, colaborando na constituição dos traços identitários do gaúcho.

A partir das discussões propostas acima, é necessário que pensemos a obra literária de Verissimo em sua discursividade, nos modos de dizer e de não-dizer que fazem com que o evento da guerra tenha sentidos outros pelas redes de memória do sujeito-leitor, à medida que em sua posição sujeito-autor¹³, Verissimo nos dá condições de análise por meio de seu olhar sobre o referido acontecimento. Na perspectiva teórica que adotamos, não estagnamos na interpretação da obra, nem refletimos sobre a narrativa; antes, buscamos compreender o funcionamento do discurso¹⁴, suas condições de produção, seus deslocamentos, falhas, equívocos e paráfrases/polissemias.

É assim, na figura de um herói que o sujeito-personagem atua como peça chave para o desenrolar da narrativa no capítulo V intitulado *A Guerra*, e faz brotar memórias esquecidas. Junto à sua volta, trará novas possibilidades à

¹¹ Referimos-nos às possibilidades da História, pois essa disciplina, a partir da Nova História, também não trabalha com fechamentos, mas com versões de acontecimentos, considerando a posição do sujeito-historiador em suas filiações, de modo que um mesmo acontecimento possa ser discursivizado diferentemente por um e por outro autor.

¹² Venturini (2009) em suas discussões destaca a noção de lugar de memória a partir de Nora (1992); Catroga (2001) e na AD com Orlandi, Courtine (2006) e Zoppi-Fontana, como sendo aquele que assegura a conservação e a transmissão de valores institucionais. Para a autora, o lugar de memória remete àquilo que deve ser conservado, ou melhor, legítima, constitui, sustenta e interpreta os sujeitos idealizados.

¹³ Em AD o autor Erico Verissimo assume uma posição sujeito, no caso, deixa de ser entendido apenas como aquele que narra, mas marca sua posição dentro daquilo que escreve, sendo portanto, como todo sujeito em AD, atravessado pela ideologia, pela exterioridade, pelas condições histórico-sociais que o afetam. Assim, não apenas transcreve o real que vê, mas o ressignifica pela linguagem, em sua posição sujeito-autor. Adiante, no capítulo II, trataremos mais especificamente sobre as noções de sujeito-autor, função-autor, efeito-autor.

¹⁴ Na perspectiva do discurso, o texto é a unidade de análise e é de acordo com Orlandi (2004a) uma unidade imaginária, que sempre encaminha para discursos.

Santa Fé e são essas redes de memórias postas pelos sujeitos-personagens que nos dão condições de análise, na medida em que nos interessa o modo como um evento pode ser discursivizado e textualizado na literatura. Para tanto, é preciso que destaquemos a relação entre as áreas da literatura, da história e da AD, o que faremos mais precisamente no capítulo I.

Quanto ao domínio da cidade, buscamos analisar como o espaço urbano ficcional de Santa Fé funciona como lugar de memória, como modo de inscrição dos sujeitos-personagens que a habitam. Porém, na cidade textualizada nem todos se agregam, se assemelham. Há discórdias quanto à forma de ver e existir na cidade: aqueles que ali nasceram, mais especificamente a família Terra-Cambará têm no espaço a sua vida, sua identificação; ao contrário, o mesmo não acontece com Luzia e Dr. Winter, por exemplo.

Sendo assim, partimos do princípio de que a cidade, em AD, é lugar do mesmo e do diferente, espaço constituído por sujeitos heterogêneos em suas mais variadas dimensões: “material, cultural, econômica, histórica, etc. O corpo social e o corpo urbano formam um só”. (ORLANDI, 2004a). A cidade é, portanto, em nossa análise, espaço do múltiplo e do único, que formam um só, significando. O sujeito, nessa inscrição, também se significa pelo dizer e pela falta, pelo silêncio.

A análise constituída de dez SDs (sequências discursivas) de *O tempo e o vento* justifica-se na medida em que Verissimo, segundo Zilberman (2004, p.13)¹⁵, com grande maestria na elaboração da referida obra e sem perder o controle sobre a composição do romance, “possibilita maneiras diversificadas de entendê-lo, multiplicando as possibilidades de dialogar com ele e apreciá-lo”. Segundo a autora, Erico Verissimo, em sua elaboração introduz na narrativa algumas sequências em que o “narrador se afasta de suas personagens e conta os eventos históricos”, o que é fundamental para que o leitor compreenda os principais acontecimentos entre uma parte e outra da

¹⁵ As considerações feitas por Regina Zilberman estão no prefácio do I Volume de *O Continente*, (p. 11-15)

obra bem como façam aparecer uma ou outra personagem coletiva que narra a trajetória das famílias formadoras das tramas.

O Continente foi publicado, segundo Zilberman (2004), em 1949 e depois de três anos é publicado *O Retrato*, e o final da trilogia só é terminado em 1963, na publicação de *O Arquipélago*. Nos três volumes são narrados os sacrifícios feitos pela genealogia Terra-Cambará no período que inscreve o Rio Grande do Sul na luta pela constituição de uma sociedade civil. Na trilogia, segundo a autora, é possível a compreensão da formação da classe dominante rio-grandense, em sua origem, com a ocupação da região pelos guaranis e a relação com as Missões portuguesas, depois na circulação de nômades na região, em busca de formas de sobrevivência, e por fim, na apropriação da terra e a efetivação de uma tomada de poder.

Pedro, personagem que desencadeia a trama inicial, pode, segundo Zilberman (2004), representar dois movimentos necessários para a construção e explicação da obra: é índio guarani habitante da região, sendo visto pelo branco como ameaçador e não digno de sua permanência ali, muito menos de aproximar-se de uma moça branca; por outro lado é elemento formador de um passado mítico, ainda na ocupação e processo de civilização posta pela educação jesuítica. Isso ajuda-nos a perceber o passado que fundamenta toda a narrativa sobre as famílias que ali se estabelecem depois da miscigenação entre índio (Pedro) e branco (Ana Terra).

A presença de aventureiros ou nômades no processo de busca por condições de vida e até mesmo de lutas por território é representado, segundo a autora, por Rodrigo Cambará, sujeito-personagem que aponta para efeitos de sentido como desordeiro, como livre de qualquer amarra, carregando apenas a viola e os sonhos de façanhas maiores – também um risco para as famílias ali fixadas. Bolívar instaura um novo momento na história das lutas, o domínio da terra e a disputa pela manutenção de um território conquistado, o que termina com Licurgo e sua ascensão ao poder, no último fragmento.

Na obra, a construção das personagens masculinas e femininas não segue apenas a ordem do ficcional, elas não falam do nada, são representativas do sistema social no qual a obra e o autor estão inseridos, na retomada de um passado mítico, de um presente de lutas e um futuro quiçá glorioso. A ordem estabelecida entre as narrativas dos três volumes dão conta de períodos e de condições próprias a cada personagem. No decorrer da trama, entretanto, as amarras são possíveis e terminam por fechar a obra sem finalizá-la, ficando o leitor à deriva, guiado pelo tempo e o vento, que ressoam e mudam de posição e forma, constantemente.

Por questões metodológicas dividimos a dissertação em quatro capítulos, sendo o primeiro uma discussão em torno das especificidades de cada área aqui mencionada, bem como a necessidade de relações entre elas para que situemos a AD como disciplina de entremeio e espaço de interpretação. No primeiro momento, destacamos diferenças e distanciamentos entre a literatura e a história, as quais são, até certo ponto, postas como dessemelhantes por tratarem uma do real e outra do ficcional, hipótese por nós questionada a partir dos pressupostos de Pesavento (2003; 2004; 2005), Eagleton (2001) e De Certeau (2013). Depois, colocamos em pauta a noção de História na busca por uma objetividade/verdade e a historicidade, noção já defendida pela AD. Sendo entendida a historicidade de forma diferente do pano de fundo do contexto histórico, pensamos então as possibilidades em AD quanto ao sujeito, espaço, discurso e texto articulados à literatura, mais precisamente nosso objeto de análise – o capítulo V da obra “O tempo e o vento”, “A Guerra”.

No capítulo II, a princípio discutimos a noção e função da memória, não só na AD, mas também na história e na literatura, permeando as relações de trocas possíveis entre as áreas e as suas teorias que as fundamentam. Inicialmente, enfocamos a memória em sua definição ainda mítica *mnemosine*, entidade mágica, deusa da memória, do ato de lembrar. Ainda, nesse sentido, a memória é a relação entre o homem e o sagrado que, materializado pela poesia e pelo aedo, é a presentificação de um passado ao qual só os sábios têm acesso. Em seguida, a partir de Maurice Halbwachs (2004), discutimos o

funcionamento de uma memória dos grupos, ou memória coletiva. Segundo as propostas do autor, a memória é construída nos grupos sociais, não sendo possível uma memória individual já que não há lembranças não que estejam ligadas ao grupo do qual o sujeito faz parte. Logo, há necessidades de testemunhas que permitam a construção de laços de pertencimento entre aquele que lembra, o grupo e um determinado espaço ou condições de produção dessas memórias.

Na AD, deslocamos a noção posta por Jaques Le Goff (1990) entre história e memória, pois ambas não são iguais, mas pares, daquilo que o autor denominou na relação documento/monumento. Como documento, Le Goff (1990), nos aponta a produção mais restrita a registros escritos, oficiais e protegidos por condições de verdade/objetividade. É a historiografia tradicional, baseada nos dados/fatos/período. Já como monumento, há a possibilidade de significações desses documentos, mas não mais presos aos parâmetros de uma objetividade oficial, mas sim, como construções do historiador, que colocam em pauta a sua função, sua relação com o objeto. A memória é então documento/monumento, na evocação de um passado que retorna não pronto, mas possível de leitura e análise.

Assim, partindo também de Nora (1984), mobilizamos as noções de memória para Pêcheux (1997; 2009), Orlandi (1996; 2001; 2004a; 2004b) Indurky (2011) e Catroga (2001), tal como fez Venturini (2009). Destacamos de antemão que a memória da qual tratamos numa análise discursiva não se restringe à simples lembranças, mas sob dois aspectos: a memória discursiva (interdiscurso) e a memória histórica ou arquivada.

Ressaltamos, há tempo, nossa análise do objeto está distribuída no decorrer do trabalho, não havendo um momento específico para que a enfatizemos, ao contrário, as discussões teóricas vão, aos poucos nos ajudando na constituição de nosso trabalho analítico.

Já no terceiro capítulo, buscamos compreender os domínios (ou significantes) *heroi* e *cidade* na obra de Veríssimo e como a produção de

efeitos de sentidos em torno desses mobilizam redes de memória, em determinadas condições de produção. Quanto ao domínio discursivo do herói, discutimos como na trama literária, a figura do herói, a partir do sujeito-personagem Florêncio Terra, um sobrevivente da Guerra do Paraguai, no seu retorno; traz à cidade e à narrativa toda sorte de memórias.

Para nossa discussão nos embasamos em estudos de Khote (1985), Miceli (1989), De Certeau (2013), que nos trazem esclarecimentos dos modos de criação de heróis na literatura, os tipos de heróis, e também exemplos de heróis que foram significativos ao ponto de serem retomados e tomados como exemplos em outros períodos e narrativas diversas. Assim, retomamos três heróis conhecidos na literatura universal: Aquiles, Ulisses e Édipo. Esses são modelos de heróis nas designações trágico e épico, e as suas características podem ressoar na personagem Florêncio Terra, segundo nossas análises, na obra analisada.

Entre trágico e épico, Florêncio compõe o que se espera de um herói: uma viagem a seguir, um destino que já se prevê como difícil de ser seguido, dificuldades a serem enfrentadas, um código de honra e bravura que o conduz, obstáculos na viagem, seu retorno inesperado e mais obstáculos em sua chegada. Como todo herói, não é feliz em sua jornada, e segue aquilo que lhe foi proposto sem coragem para desistir da luta. Na volta, há mais alguns obstáculos que devem ser superados por ele, agora em sua terra natal. É por isso que, para compreendermos o funcionamento desses significantes na literatura, retomamos a ideia de herói desde a mitologia grega, até a construção de em herói nacional ou regional, como situa-se o sujeito-personagem, mais especificamente, no Rio Grande do Sul e sua participação na Guerra do Paraguai.

Logo, a partir de Jacques Le Goff (1998), pensamos a historicidade da palavra cidade desde a Idade Média, até as formas mais atuais de inscrição dos sujeitos em espaços urbanos na atualidade, agora já pelo viés da AD, com Pêcheux, Orlandi e outros autores que nos auxiliam em nossa análise. Para tanto, nos amparamos na história para a compreensão dos modos como as

idades se constituíram, desde a antiguidade, no imaginário social, bem como esse agrupamento, na AD significa e é significado pela relação sujeito/língua/história.

A cidade, nesse sentido forma um corpo simbólico atrelado ao corpo dos sujeitos que nela habitam ou transitam, não há, segundo Orlandi (2004a, p. 11, cidade) modos de separá-los, pois, “[...] O corpo social e o corpo urbano formam um só”. O espaço da cidade abre possibilidades de ser e dizer que, atravessados pela língua e pela história, permite que os discursos e os sujeitos signifiquem de diversas formas, reatualizando a memória e significando os corpos que a preenchem.

No capítulo IV, tratamos a partir das discussões e hipóteses levantadas até o capítulo III, como o imaginário em torno da Guerra do Paraguai é ressignificado no deslocamento de um acontecimento nacional até a região, mais propriamente na cidade ficcional de Santa Fé. Assim, o Brasil é o Rio Grande do Sul e este é Santa Fé. Para essa abordagem nos ancoramos nos pressupostos da AD de linha francesa e da História a partir de Pesavento (2003). Ainda, nesse capítulo, retomamos algumas questões já pontuadas quanto à memória, ao sujeito e suas funções no discurso e a título ilusório de fechamento, nos conduzimos para uma possível rede de considerações finais, lembrando que é, na perspectiva da AD apenas uma ilusão, pois trabalhamos nos limites, falhas e silêncios da textualidade.

A partir dessas inquietações nos encaminhamos para um fechamento provisório, destacando os modos como a história é ressignificada e atualizada pela memória, na inscrição do sujeito nela e por ela. O Brasil e o Rio Grande do Sul, pelo imaginário instituído na construção da cidade ficcional de Santa Fé; é o vencedor, é destemido e bravo no combate – características criadas pelo simbólico na constituição e movimento dos discursos e efeitos de sentidos em torno do conflito no Paraguai.

CAPÍTULO I

RELAÇÃO HISTÓRIA, LITERATURA E AD

[...] A história se apaga. Antes do início e depois do fim sopra o vento, o vento e nada mais. O nada situa-se em ambos os extremos da história. Os acontecimentos humanos que se ligam ao tempo não se beneficiam da perpetuidade dele. O vento não preserva os sentimentos que se prendem a ele. Sopra indiferente a tudo. A permanência do tempo denuncia a precariedade irreversível do humano. (LOUREIRO, 1980, p. 165)

1.4- – Nas tensões entre a literatura, história e AD: algumas considerações

A epígrafe, acima, é parte de uma obra que trata (e comemora) os quarenta anos de vida literária de Erico Verissimo, chamado por Loureiro Chaves (1980) de “contador de histórias”.¹⁶ Mas, duas palavras nos perturbam: tempo e vento. É o vento que abre e fecha o romance, que abre as portas das lembranças, desde as mais amargas até as mais desejadas pelos personagens. Mas não se trata de qualquer vento: é o minuano. Vento característico do Rio Grande do Sul; vento que sopra nos pampas e traz consigo toda sorte de presságios e de memórias. Noite de ventos: noite de mortos. (VERISSIMO, 2004).

É a fala de Bibiana, no ressoar de Ana Terra que movimenta a narrativa, encadeando a passagem do tempo. O tempo, na narrativa, não é apenas mítico, não temos apenas as noções de tempo e espaço tradicionais, ao contrário, são lapsos de lembranças que compõe a obra. Os fatos históricos são narrados a partir da construção literária de Verissimo, não são apenas um “pano de fundo” para o desenrolar da história, mas servem como fundamento para que o autor possa descrevê-los. Nele, passado e presente se encontram, se atravessam e significam as personagens. É o nada. A falha. O silêncio. O não vazio.

Na análise discursiva de uma obra literária, não é possível focar somente no texto/contexto da narrativa, antes é necessário que se abra possibilidade de leitura a partir das especificidades da relação língua/literatura, na qual, segundo Venturini (2011, p. 90), tem-se como ponto central o sujeito e o funcionamento da memória, já que “não há literatura sem a língua, à medida que esta última, na perspectiva discursiva, constitui-se pela incompletude e pela possibilidade de os sentidos sempre poderem ser outros”. É na incompletude da literatura e nas falhas da história que a perspectiva da AD nos

¹⁶ Vale destacar, conforme Venturini (2013), os diferentes efeitos de sentidos de contador de histórias, referido por Erico Verissimo, em relação a ele mesmo e ao seu avô.

interessa como espaço de entremeio, como ambiente propício para observação da língua em movimento, em discurso.

Na relação literatura e história, o confronto se dá na discussão entre a realidade X ficção, elementos que em primeira instância as diferenciaria. No entanto, esta diferenciação já não possui um funcionamento decisivo, pois, toda obra literária, como criação humana tem sua origem no que é próprio do ser humano, em um tempo e espaço determinado. Logo, mesmo distanciada daquilo que se compreende como realidade, a obra não se desprende dela. As tensões entre as duas áreas é assunto já há muito discutido pelos especialistas de ambos os lados, haja vista a especificidade das mesmas: uma tomando a realidade como fato, objetivo e outra, partindo das condições materiais de existência para construir a obra ficcional, que em nada tem o compromisso com o real, com o material.

Neste sentido, Eagleton (2001, p. 01-02) afirma que na literatura há, antes de tudo, uma escrita imaginativa, uma ficção, portanto, escrita não verídica. O autor destaca que essa definição não procede, pois essa distinção encaminha para a oposição de verdade (histórica) e esbarra na ideia de que a literatura é ficção, mas tem muito do factual. Eagleton (2001, p. 03), considera, também, a visão dos formalistas russos que entendiam a linguagem literária como “uma forma organizada contra a fala comum”. A linguagem, para esses, seria um conjunto de “leis, estruturas e mecanismos”, sendo, portanto “examinada como fato material/ máquina. Feita de palavras, não de objetos ou sentimentos de um autor”. A literatura constituiria um desvio das normas, logo, não deveria ser tomada em sua primeira definição, mas sim na sua “literalidade”. (EAGLETON, 2001, p. 03-06).

A literatura esbarra, assim, em outra relação possível posta pelo autor: sua função pragmática enquanto linguagem, na prática, ou seja, fazendo intervir no real modificando-o. Outras possibilidades de definição para a literatura, descartadas por Eagleton (2001), são: escritura como belas letras e seu caráter subjetivo e objetivo; noções que só serão levadas em consideração a partir do século XIX, período no qual emergem discussões sobre o modo de

se ver e fazer literatura. Todavia, aponta o autor, ela tem uma função a ser questionada:

[...] a obra literária passa a ser vista como uma unidade orgânica misteriosa. “Poesia”. Tem profundas implicações sociais, políticas e filosóficas. (...) Torna-se uma ideologia alternativa, e a própria “imaginação” (...) torna-se uma fuga política. Sua tarefa é transformar a sociedade em nome das energias e valores representados pela arte. (EAGLETON, 2001, p. 26)

Como painel dos valores sociais da época, a literatura funcionaria como espelho do social, local no qual o autor apenas reflete os dogmas e preceitos da sociedade na qual ele está inserido. Não há ainda a relação tríade: autor/obra/público, mas sim, uma uniformidade que a coloca como unidade de manutenção desses valores, que, apregoados pela minoria devem ser mantidos e organizados, postos em prática pela literatura. Ela [a literatura] constitui-se assim, como:

[...] o cimento social, que abrange o camponês crédulo, o liberal esclarecido de classe média e o seminarista intelectual numa mesma organização. Seu poder ideológico está na capacidade de “materializar” crenças em práticas. [...]. Transmitiria a elas a riqueza moral da civilização burguesa, a reverência pelas realizações da classe média e, como a literatura da obra literária é uma atividade essencialmente solitária, contemplativa, sufocaria nelas qualquer tendência subversiva de ação política coletiva. (EAGLETON, 2001, p. 31-34)

Na função de um “cimento social”, seria a condição necessária para que se preenchesse os furos, as falhas postas pelo político e pelo social, pela história. Mas, é preciso lembrar que no século XIX, o conhecimento e o “universo das letras” é restrito a uma classe social: a burguesia dominante. Aqueles que, fora desse público não tinham condições de acesso às letras, deveriam ser contidos através de normas, de regras e de proibições ensinadas através da palavra. É a leitura isolada, solitária, que não agrega outros, que é obra da criação própria do escritor, visto como algo inatingível, dono do processo criador.

Para Compagnon (2012, p. 25) toda definição próxima de *literatura* tem relação direta com questões como: a relação autor e literatura; literatura e realidade; literatura e leitor; literatura e linguagem. Segundo o autor, essas possibilidades apontam para um conjunto necessário para que de fato exista literatura: autor, livro, leitor, a língua e um referente, e acrescenta a estes em seguida, a crítica e a história. Esses sete elementos dão-lhe condições para que discorra em sua análise sobre a relação entre a literatura e o senso comum; necessidade que, nas palavras do autor, aproximam os amadores e os profissionais: “uns e outros recorrem às mesmas palavras”. (COMPAGNON, 2012, p. 25)

Em sua discussão, o autor ainda adverte para que não se tome como definição de literatura o uso que as pessoas fazem dela em uma determinada sociedade, ou seja, é uma noção rasa atribuída apenas ao que um grupo “elege” como literário. Essa definição deve ser repensada, segundo Compagnon (2012), e disso tudo resta a ideia de uma história como pano de fundo, como quadro explicativo da criação literária; o contexto, que, em sua forma real, não define a literatura. Além disso, o estilo também não a define; apenas a integra em certos parâmetros de produção ordenada pelo contexto, pairando no nível linguístico e o estilístico, somente mudando seu grau de complexidade. Como posição provisória quanto ao termo literatura, Compagnon (2012) afirma:

[...] a literatura é uma inevitável petição de princípio. *Literatura é literatura*, aquilo que as autoridades (os professores, os editores) incluem na literatura. Seus limites, às vezes se alteram, lentamente, moderadamente, [...], mas é impossível passar de sua extensão à compreensão, do cânone à essência. Não digamos, entretanto, que não progredimos, porque o prazer da caça, como lembrava Montaigne, não é a captura, e o modelo de leitor, como vimos é o caçador. (COMPAGNON, 2012, p. 45) *grifos do autor*

A definição, mesmo provisória, do autor coloca-nos diante de outro elemento necessário, o perfil do leitor. A analogia posta por Compagnon (2012) entre o ato de ler como *caça* e o leitor como *caçador*, sinaliza para outros

sentidos que podem significar – os vestígios, ou traços deixados pela obra literária. Esses indícios são seguidos pelo leitor como caminho para que se chegue à compreensão daquilo que está escrito. O leitor, por esse viés, desempenha função importante, é ele que segue os passos da narrativa, que escuta seus vestígios, seus rastros e “pegadas”. É o mesmo autor que nos aponta caminhos para pensarmos a relação literatura e história, como veremos a seguir.

A possibilidade de relação entre ambas se dá, na produção literária, a partir das noções de objetividade e subjetividade. Para ele, portanto, a história “sugere um ponto de vista, não apenas sobre a relação dos textos com entre si no tempo, mas também a relação dos textos com seus contextos históricos”. (COMPAGNON, 2012, p. 194). Esses pontos de vista são, contudo, inseparáveis; mesmo que, na sua perspectiva, os contextos históricos apenas expliquem os períodos ou movimentos literários que identificam determinada obra.

E determina: “(...) a literatura muda porque a história muda em torno dela”. (COMPAGNON, 2012, p. 194). As mudanças, neste sentido, são necessárias e provocam as variações de sentido, de modos de leitura das obras literárias. O ponto de partida para que entendamos ambas as áreas como produções humanas, logo, entendendo que elas pressupõem a relação sujeito/mundo; é a linguagem. São as palavras que permitem ao sujeito a aproximação do homem para consigo mesmo, para com o outro, no mundo.

A história, no uso da linguagem, tem como objetivo “o homem, ou melhor, ‘os homens’, mais precisamente, ‘os homens no tempo’”. (BLOCH, 1997, p. 25). Sendo o homem o objeto da ciência histórica, todas as suas ações são consideradas vestígios para que se pense a sua pluralidade, pois, não trata do homem, mas sim das suas possíveis marcas deixadas por onde passa. Tudo nele clama por explicação, por investigação. Aqui, retomamos a noção posta anteriormente por Compagnon (2012), do leitor como caçador, já que para Marc Bloch (1997, p. 88), o “bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está sua caça”.

Os vestígios, como marcas da passagem do humano, são postos por ambos os autores, e designam os meios de acesso a um objetivo, bem como a necessidade de se estabelecer um método, logo, as condições necessárias para que haja cientificidade. É nessa indagação entre a mão dupla de aproximação e distanciamento entre a história e a literatura que destacamos ainda as considerações postas a partir da Nova História Cultural¹⁷, mais precisamente com Lloyd S. Kramer, que em seus estudos aponta para as problemáticas advindas de tal encontro (ou desencontro).

Segundo Kramer (1992), é com a idéia de um retorno à narrativa discutido entre os historiadores que tornará possível o embate. Esse *retorno a*, pressupõe uma saída, ou um esquecimento, no entanto, diz Kramer, que isso de fato não ocorreu. A discussão em torno da palavra narrativa na história aponta justamente para o possível desvencilhamento do real – medo que fulgura entre os historiadores na emergência de novos modos de se fazer e conceber a história.

Assim, na compreensão de Kramer (1992) houve sim um erro no entendimento da noção de narrativa e ao texto, em sua função comunicativa, em sua espécie de escritura não fechada em normas. Para melhor explicar tais tensões, Kramer (1992) destaca, sobretudo, as considerações feitas por Hayden White e LaCapra – historiadores que defendiam a idéia de uma aproximação constante entre as áreas no intento de tornar ampla a ciência histórica, aumentando as suas ferramentas e condições de produção de conhecimento. Logo, seria possível “tornar historiadores mais inovadores e conscientes de seus próprios postulados e repressões”, (KRAMER, 1992, p. 134) e não fazer-lhes fugir da cientificidade historiográfica.

Nessa medida, os novos modos de entender o passado, como objeto de estudo da história, não seria mais algo estagnado, mas aberto ao fluxo da

¹⁷ Esse viés da história surgiu a partir de Lynn Hunt em 1980. “Nova”, a faz distinguir das teorias anteriores, segundo P. Burke (1992) e “cultural”, é para diferenciá-la da história intelectual. Nela, há contribuições de Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Dois historiadores a fundamentam: Roger Chartier e Carlo Ginzburg. Segundo essa abordagem histórica, a história deve ser feita através de uma leitura dialógica das fontes, procurando as diversas vozes que a constroem, além de permitir o tratamento não-linear do tempo histórico, distinguindo passado e presente.

linguagem, vivo e ativo nas descrições de realidades possíveis para a história. Segundo Kramer (1992) havia naquele momento uma necessidade emergente de diálogo e não de distanciamento, pois uma não é dissociada da outra, apenas transitam entre pontos semelhantes, tendo como foco principal de discussão a dicotomia realidade / ficção. Assim, “a dimensão fictícia e imaginária de todos os relatos de acontecimentos não significa que eles não tenham realmente acontecido”, mas que existem diversas formas de imaginar, de descrever os fatos (KRAMER, 1992, p. 136-137). Essa abertura do campo historiográfico é posta por Kramer (1992), como uma ruptura nos modos até então colocados como modelo de construção histórica, permeado pela troca, pela interdisciplinaridade:

[...] A abordagem dialógica da história permitiria, portanto, a discussão entre as categorias opostas em muitos e diferentes níveis: o diálogo entre idéias opostas dentro de textos específicos, o diálogo entre historiadores e o passado, ou o diálogo entre textos e contextos. Contudo, nenhuma dessas oposições formaria dicotomias simples, pois o diálogo só se torna possível através daqueles inúmeros pontos em que as oposições tendem a “já estarem sempre” em processo de sobreposição. (KRAMER, 1992, p. 154)

Abrindo essas discussões acima expostas, a história permite a análise ainda que de modo superficial, tendo em vista suas condições, para o funcionamento da linguagem, ou melhor, do discurso. Essas possibilidades são colocadas a partir da relação entre a noção de texto e de contexto. O texto, pelo viés da história seria uma espécie de transcrição do panorama da época na qual o historiador faz parte, mas não só isso. Pela primeira vez, é colocada a existência e necessidade de análise dos implícitos nos vestígios do contexto, não como “uma realidade pré-linguística que a linguagem descreve com fidelidade”, mas como aquilo que esteve sempre lá, em espaço textuais que os historiadores preferiram “não examinar – ou foi por eles moldada”. (KRAMER, 1992, p. 154).

Na posteridade, são esses caminhos abertos pela História Cultural que serão constitutivos para novos olhares de aproximação entre as áreas da

literatura e da história que, ademais, tem em comum, fora as suas especificidades, o tratamento dado a linguagem, de modo que ambas necessitam dessa ferramenta para que existam e se configurem como caminhos [vestigio] para essas observações:

Essa relação do discurso como um *fazer* é interna ao seu objeto, já que, de um modo ou de outro, a história fala sempre de tensões, de redes de conflitos, de jogos de força. Mas é também externo, na medida em que a forma de compreensão e o tipo do discurso são determinados pelo conjunto sociocultural mais amplo que designa à história seu lugar particular. As sociedades estáveis dão lugar a uma história que privilegia as continuidades e tendem a dar valor de *essência* humana a uma ordem solidamente estabelecida. (DE CERTEAU, 2013, p.43)

São as tensões, as redes de conflito e suas falhas, suas consequências que tornam possíveis as relações entre a língua/história/homem, permitindo que se explore o movimento da linguagem, sem suas variações e incluindo assim, o imaginário, o político e o social, como necessidades para o estudo do humano. Se ao dizer significamos, também o fazemos pelas nossas mais diversas formas de apreensão do mundo, em nossas experiências práticas.

Os conflitos e tensões afirmadas por De Certeau (2013) podem ressoar, em AD, como espaços propícios para as análises discursivas, para a produção e deslize de sentidos, para mobilização de redes de memórias, nas quais, na tentativa de ser/poder, o discurso sempre pode ser outro. Portanto, nossa tentativa até aqui foi de elencar os encontros e desencontros em torno das áreas da literatura e da história, movimento que não se fecha, não se completa e não se resolve, e, por essa mesma condição permite que façamos mais uma aproximação, pensando a AD como caminho possível para uma posição provisoriamente estável de troca entre ambas, como vemos a seguir.

1.5- Análise de Discurso: texto e textualidade

A vida é função da significação e de gestos de interpretação cotidianos, ainda que não sentidos como tal. (ORLANDI, 1996, p. 10)

Analisar o funcionamento da linguagem em suas diferentes materialidades, bem como os diferentes gestos de interpretação que lhes são possíveis, constitui-se num ato de incompletude. Incompletos somos, enquanto sujeitos e sabedores de nossa tão desejante necessidade de preenchimento, de nossa origem falha que vagueia pelos discursos, pelas palavras ditas e outra vez esquecidas. Palavras vão e voltam, retornam como outras, sempre revestidas de incertezas, sempre cheias e vazias de sentidos que faltam. O espaço lacunar do discurso abre para o trabalho do analista, que não só o percebe, mas compreende como um texto funciona, na AD, como unidade imaginária, como diz Orlandi (2001).

Na perspectiva da AD, “o autor instaura efeitos de verdade e isso ocorre pela verossimilhança”, segundo Venturini (2011, p. 91); logo não apenas separa-se o *real* de *ficção*, mas a incompletude entre ambos e abre espaço para produção de conhecimento, para a possibilidade de estudo da língua em sua não-transparência, na relação sujeito/língua/história. Fica, então, longe de ser somente a busca de um passado estagnado no tempo, para De Certeau (2013):

[...] o discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto. O objeto que nele circula não é senão o ausente, enquanto o seu sentido é o de ser uma linguagem entre o narrador e seus leitores, quer dizer, entre presentes. A coisa comunicada opera a comunicação de um grupo consigo mesmo pelo *remetimento ao terceiro* ausente que é o seu passado. Ele é o enunciado do discurso que transporta como um objeto, mas em função de uma interlocução remetida para fora do discurso, no *não dito*. (DE CERTEAU, 2013, p. 41)

Assim, o que interessa, na análise discursiva de uma obra literária, não é o seu contexto como um espelho da narrativa, como retrato fiel de uma época; mas sim as suas condições de produção, tendo em vista que a sua criação

sinaliza para sentidos que podem sempre retornar sob a forma de outros, de modo que, indiferente ao tempo e ao espaço, essa mesma obra torne-se atemporal.

É o passado que retorna numa rede parafrásticas¹⁸ e que, na literatura de Verissimo, especificamente, estruturam o discurso ficcional e o que nos permite compreender, segundo Venturini (2011, p.98) que, “com isso, e por isso, dizemos que entre a ficção (memórias – passado) e o presente (o hoje) há enunciados-imagem”. O real de que tratamos na perspectiva discursiva é aquele que é materializado pela língua, na história, mas um real simulado, que constitui uma cidade passada, presente e futura. (VENTURINI, 2011, p. 98).

Na obra *O tempo e o vento*, mais precisamente, no capítulo V, do segundo volume de *O Continente*, a cidade de Santa Fé é textualizada no ambiente de guerra, no evento da Guerra do Paraguai. É a materialidade deste acontecimento (real) que propicia a narrativa de Verissimo, que dá à cidade uma forma, um corpo e efeitos de sentidos vários. A cidade constitui-se como espaço de luta, de ordem e desordem, de entraves psicológicos, de lutas emotivas entre homens e homens, mulheres e mulheres, mulheres e homens e, desses sujeitos com eles mesmos. Não há somente a presença de soldados, de “valentes” e “corajosos defensores do solo gaúcho”, há outras lutas e batalhas e outros sujeitos na luta constituída na própria vida e que ocorre nas experiências dos personagens, materializado pelas dificuldades de cada um.

Na posição sujeito-autor, Verissimo escreve sobre outras guerras; tão longas e terríveis quanto àquela do Paraguai, como a luta entre Bibiana e Luzia, por exemplo, como uma disputa de território e poder; como o desejo da personagem Florêncio na tragicidade de seu retorno e ressentimento familiar; como enfocamos na continuidade desse trabalho.

¹⁸ Como paráfrase Orlandi (1998) define a repetição do mesmo, ou seja, o retorno ao dizível apesar de serem diferentes locutores em espaços distintos, o que toca a noção de interdiscurso. Já a polissemia, para a autora é o deslizamento dos sentidos, o deslocamento, pois é assim que os sentidos sempre podem ser outros. São esses deslocamentos que sinalizam para o funcionamento da memória, no entrecruzamento daquilo que se diz e o já-dito, no discurso.

É neste sentido que o lugar [cidade ficcional de Santa Fé] torna-se regional e nacional, ou seja, o acontecimento guerra traz à tona na obra, as guerras que são travadas ali mesmo, no espaço da cidade. Santa Fé é, desse modo, a configuração de um espaço de desalento, de temores e expectativas, mas também o lugar em que retornam as memórias, onde o passado, presente e futuro se deslocam e se preenchem, de modo que não há distinção entre o tempo das lutas em solo paraguaio e aquelas que se prolongam ali mesmo, no velho Sobrado. Mas isso não nos basta. Entendemos também, que há ao mesmo tempo uma projeção do nacional sob o local e um apagamento do nacional na construção de um imaginário de guerra local e regional, que instaura a memória e a necessidade de um objeto/evento memorável, como veremos a seguir.

O passado, assim como o vento, sempre bate à janela da personagem Bibiana, trazendo lembranças e inquietações que a perturbam, mas que também a mantém firme na luta pela manutenção de seu espaço e mesmo de sua vida. A materialização do passado, na obra, se dá pelas memórias de Bibiana, mas não só. Todos têm memórias. São memórias entrecruzadas que, além do tempo e do vento, vivem e fazem viver as personagens, no grupo, na cidade de Santa Fé. A memória, nesse sentido, é elemento fundamental na construção dos acontecimentos narrados. Não são únicas, mas várias formas de memórias a princípio individuais, evocando um grupo de pertencimento – a cidade de Santa Fé, a família Terra-Cambará.

Mesmo que aparentemente deslocadas no espaço da narrativa, elas vem e vão, conforme a necessidade do presente das personagens, há, portanto, um esfacelamento do presente na relação com o passado glorioso, reiterado e memorizado nas personagens centrais, descritas no primeiro volume da obra: Ana Terra, Pedro, Maneco Terra, Dona Henriqueta, Capitão Rodrigo e Bibiana, por fim Licurgo Cambará, que termina a saga da família e consegue, por fim e altos custos o início de uma república democrática no Sul.

E é assim que os ecos de memória surgem e constroem a narrativa, o que segundo Venturini pode ser explicado, pois:

Isso acontece pela língua na história, que não é uma interface, mas um pressuposto da LITERATURA. Nesse pressuposto, e na materialidade textual, que é ficcional, os efeitos se dão pela língua na história, e pela ideologia que instaura, por meio do trabalho da língua, evidências de saturação, de homogeneidade, encaminhando para sentidos fechados e literais. A língua, entretanto, não é homogênea, por isso, os sentidos sempre podem ser outros. Apesar de simulacros constituidores de histórias, de verdades, de sonhos... De ecos... do passado, do presente, e talvez, quem sabe... do futuro... (VENTURINI, 2011, p. 99)

A produção (ou reprodução) das imagens nas memórias traz ao leitor atento, não um real delimitado nas condições de produção da obra, mas sim, espaço lacunar que pode ser preenchido pelos não ditos, pelos implícitos e pela criação de um passado, modificado ou não, pelo autor em sua posição sujeito. Quando destacamos o conceito de posição sujeito-autor de Verissimo, filiamo-nos às noções postas por Orlandi (2001) que atesta para a função do autor bem como para a sua relação intrínseca com o texto que escreve, ou melhor:

O espaço de interpretação no qual o autor se insere com seu gesto – e que o constitui enquanto autor – deriva da sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso. O texto é essa peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do “sítio significante” com a exterioridade. Nesse sentido, o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade, pelo interdiscurso. O sujeito, podemos dizer, é interpretado pela história. O autor é aqui uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. Sem esquecer que filiar-se é também produzir deslocamentos nessas redes. (ORLANDI, 2001, p 15)

Os gestos de interpretação que o sujeito-autor e o sujeito-leitor constroem no processo de criação e recriação (leitura/interpretação) da obra são espaços de diferença, de falhas e equívocos que se instauram na medida em que são

alterados pelo duplo atravessamento: do real da língua e da história, que se operam sobre o sujeito constituído pela ideologia. Assim, tomando a noção de incompletude de qualquer texto, entendemos que à margem de um circulam outros tantos que, no processo de construção de significados e sentidos, são colocados como constitutivos de uma nova possibilidade de leitura e de interpretação. Este não é um processo simples tampouco exato, antes de tudo é uma tentativa, ou como nos diz Orlandi “um gesto de interpretação”, pois, segundo a mesma:

[...] não é só quem escreve que significa; quem lê também produz sentidos. E o faz, não como algo que se dá abstratamente, mas em condições determinadas, cuja especificidade está em serem sócio-históricos. (...). Os sentidos são, pois, partes de um processo. Realizam-se num contexto, mas não se limitam a ele. Têm historicidade, tem um passado e se *projetam* num futuro. (ORLANDI, 2004b, p. 58-61)

Ler, nesse sentido, não se trata apenas de uma atividade de contemplação, de abstração de conteúdo, bem como não é também apenas uma atribuição de significados, como se esses estivessem sempre lá, na nossa memória enquanto leitores. O discurso, enquanto palavra em curso, não se fecha na noção de texto, pois na AD, segundo os preceitos de Orlandi (2001), um texto é sempre uma peça de linguagem¹⁹. Ele “representa uma unidade significativa”, tendo em vista que as palavras não têm significado em si mesmas, ao contrário, “é o *texto* que significa”. (ORLANDI, 2001, p. 88). A mesma autora afirma que o texto, enquanto materialidade do discurso é um objeto histórico, não no sentido de tornar-se documento ou fonte, mas sim um discurso, antes de tudo um “objeto linguístico-histórico”. Mesmo possuindo início, meio e fim; o texto é tomado em sua incompletude, pois, não é estático e nem fechado, ao seu redor circulam outros textos, outros elementos que estão além de sua apresentação empírica, sendo então submetidos à análise da memória, dos fatos que, por sua vez, são portadores da historicidade.

¹⁹ Para a autora, a palavra *peça* sinaliza para sentidos de jogo, de lutas constantes entre sentidos e falhas, entre o dizer e o silenciar. Peça para a autora, também nos antecipa que as palavras não possuem significado em si, não é nelas que os sentidos residem estáticos; mas sim no jogo da linguagem, no deslize dos sentidos. No curso da linguagem.

É importante ressaltar, ainda na esteira de Orlandi (2012a, p.69-70), que todo texto deve ser visto na AD não como um dado, mas como fato. Assim, “os dados não tem memória, são *fatos* que nos conduzem à memória linguística [...]. Olharmos o texto como *fato* , e não como *dado* , é observarmos com ele, enquanto objeto simbólico, funciona”. (*grifos da autora*). Um texto tem sua origem em determinados textos e ao mesmo tempo está sempre apontando para outros, numa relação que põe em questão tanto o sujeito quanto sua memória, através das suas condições de produção que, segundo Orlandi:

Incluem os sujeitos e a situação. A situação, por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito e em sentido lato. Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. (ORLANDI, 2001, p. 16)

Portanto, para Orlandi (2013), “o texto é lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade”, e essa é nossa questão: perceber os modos como o acontecimento Guerra do Paraguai põe em funcionamento uma rede de memórias e de sentidos a partir de determinadas condições de produção, deslocando esses discursos para a atualidade, numa possibilidade de pertencimento ao passado, presentificando-o nas vivências das personagens textualizadas por Verissimo.

A partir da definição de discurso, na perspectiva teórica que adotamos, ou seja, na AD postulada por Orlandi nas leituras de Michel Pêcheux, a língua tem sua ordem própria, no entanto, é relativamente autônoma; assim a história tem seu real afetado pelo simbólico, na medida em os fatos reclamam sentidos. (ORLANDI, 2012a, p. 19-20). O sujeito não escapa a essas intervenções, pois sua condição atesta para seu assujeitamento pela ideologia. Pêcheux (1997, p. 24) já destacava que “a ideologia tem como função fazer com que os agentes da produção reconheçam se lugar nestas relações sociais de produção”.

É assim que o autor abre espaço para a sua noção de duplo atravessamento do sujeito: pelo real da língua e pelo real da história, não tendo

controle sobre o modo como ambas o afetam. É essa a condição do sujeito em AD: sua interpelação pela ideologia. (PÊCHEUX, 1997, p. 165). É essa condição herdada do materialismo histórico marxista, a práxis, ou seja, a relação da teoria com aquilo que de fato, na materialidade ou infra-estrutura dos sujeitos podem significar, é assim que a linguagem é colocada discurso – prática entre sujeitos, no mundo; o que permite à AD a compreensão dos modos de significação no real da língua e da história.

Por isso, no funcionamento da linguagem, ou melhor, da linguagem em curso – discurso, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, (ORLANDI, 2012a, p. 21) o sujeito não é origem e fonte do dizer, é sempre um já sujeito, há sempre o já dito, que retorna sob aspectos do novo para que assim se produza o dizer. A linguagem, neste sentido, não serve apenas para comunicar, mas é também espaço da falha, da falta, pois serve também para não comunicar. Para não dizer. Na AD, não paramos na decodificação dos dizeres, pois esses não são apenas mensagens dadas a ler, são antes, efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz. É assim que “os sentidos sempre podem ser outros, possibilitando outras redes de sentidos, derivando para outras formações discursivas, que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura”. (PÊCHEUX, 1997, p. 167).

Para melhor compreendermos as formações discursivas e o funcionamento da linguagem, é preciso abrir-se espaço para as condições de produção do discurso, pois, para Pêcheux (1997) o termo *condições de produção*, desde suas indagações de 1969, trazia a ideia ambígua que:

[...] designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a ‘situação’ no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo, etc. (PÊCHEUX, 1997, p. 170-171).

Na sequência de suas investigações, Pêcheux (1997, p. 170-171) coloca como elemento necessário, na compreensão das condições de produção, uma teoria do imaginário, ou seja, não a estagnação nas “atitudes” ou “representações” do sujeito enunciator, mas um “jogo de espelho de papéis interiores a uma instituição”. Numa tentativa de não-subjetividade da situação concreta daquele que enuncia, ou seja, a linguagem como prática. Se as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação, a memória (interdiscurso) também faz parte da produção dos discursos.

O interdiscurso, ou memória discursiva, é para Orlandi (1999) “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”; é aquilo que a autora denominou como “já lá”, ou melhor, o já dito, ou pré-construído que sustenta todo o dizer. (ORLANDI, 1999, p.31). Logo, segundo Orlandi (1999), todo dizer se encontra na junção de dois eixos: o da memória (constituição), e o da atualidade, ou no presente (formulação). Para Pêcheux (1997, p. 175-176), a enunciação compreende “uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem como característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. O jogo entre o dito e o não-dito sinalizado pelo autor, coloca-nos na condição dos esquecimentos: ao enunciar o sujeito esquece que não é origem e fonte do dizer e que nem tudo ele pode dizer. Segundo Pêcheux (2009, p. 150), a noção de esquecimento remete à função-autor de Louis Althusser e seria assim, “o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”, o que numa possível paráfrase poderíamos dizer que é o esquecimento inconsciente de que o sujeito só é pela sua relação com o outro e na incompletude de sua origem. Assim, Pêcheux (2009), aborda o desdobramento do sujeito em dois esquecimentos:

[...] todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (PÊCHEUX, 2009, p. 161)

Isso nos permite dizer que ao falar o sujeito “esquece” que há muitos modos de dizer e diz conforme a FD à qual está filiado e não pode dizer senão desse modo. Por sua vez, o esquecimento nº 1, é aquele em que o sujeito esquece que não é a origem do dizer e toma como seu aquilo que já foi dito antes, em outro lugar, por outro sujeito e em condições de produção diferentes. Dessa forma, há a “tomada da palavra”, na qual o sujeito significa ao dizer, ao posicionar-se, ao assumir uma determinada posição-sujeito no discurso. Há, nesse sentido, sua relação constante com o interdiscurso ou memória discursiva.

Funcionando como conjunto de “formulações feitas e já esquecidas”, que determinam o que dizemos, o interdiscurso permite que aquilo que foi dito em outros momentos, por outros sujeitos, seja apagado e que “passando para o anonimato”, retorne e possa fazer sentido naquilo que enunciamos no presente. (Orlandi, 2012a, p.34). Ainda na esteira de Orlandi (2012a, p. 74), “a prática discursiva consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito”.

Como objeto simbólico, afirma Orlandi (2001), todo texto é heterogêneo do ponto de vista de sua formação discursiva, ou seja, ele é atravessado por diferentes formações discursivas. As formações discursivas, por sua vez, condicionam as diferentes posições do sujeito – também heterogêneo e descentrado em suas filiações e relações desiguais e contraditórias com os sentidos, com o político e com a ideologia. Pelo viés da AD, Orlandi (2003, p. 07,) nos adverte de que “não há controle “pessoal” ou “coletivo” dos processos e da história de que sujeitos e sentidos participam. O que há é a aparência de controle e de certeza dos sentidos porque as práticas sócio-históricas são regidas pelo imaginário, que é político”. No entanto tratamos aqui do termo *político* que em AD não é apenas uma nomenclatura que designa atos de governar, mas sim:

[...] o político é aqui compreendido de um ponto de vista discursivo sendo definido pelo fato de que o sentido é sempre dividido, esta divisão tendo uma direção que não é indiferente às injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história em um mundo significado e significante, em que as relações de poder são simbolizadas. (ORLANDI, 2001, p. 90)

É, pois na relação do sujeito com a língua e com a história que a memória (enquanto interdiscurso) toma forma, significando-o na materialidade do dizer. Como memória em AD, mobilizamos não só a noção de memória discursiva ou interdiscurso, mas as redes de memória, local de disjunções, de pré-construídos, como veremos a seguir. Mas, não só. Não temos como objetivo a decodificação do texto de Veríssimo ou apenas suas condições materiais de produção, mas sim, nos orientamos pela AD, num gesto interpretativo, e segundo Orlandi:

A AD visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios modos gestos de interpretação que ela considera como atos do domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A análise do discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte do processo de significação. (...) Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2012a, p. 26)

Desse modo, não procuramos verdades escondidas na obra de Veríssimo, mas sim perceber como a memória, enquanto interdiscurso torna possível o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, que sustenta a tomada da palavra, pois é assim que “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. (Orlandi, 2012a, p. 31). Buscar um dispositivo de análise pressupõe um longo caminho teórico que por certo não se esgotará neste trajeto, mas abre-se um caminho, pois segundo a autora, “as palavras não são nossas”, elas possuem

relações com outros dizeres possíveis ou imaginados, e adquirem sentido apenas no discurso. Além disso, será pensada aqui a noção posta por Indursky (2011, p. 87) de memorável, ou seja, aquilo que não se deve esquecer, aquilo que é da ordem do “todos sabem, todos lembram”. No entanto, buscamos aqui, entender o memorável como algo que é digno de ser lembrado, que fez sentido para um determinado grupo e que sendo coletivo, é eternizado pela memória.

1.6- O sujeito e suas posições no discurso: o autor

Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível. (ORLANDI, 2012, p. 52)

Na perspectiva discursiva, sujeito e sentido são indissociáveis. (MALDIDIÉ, 2003, p. 49-50). Pensar o sujeito na sua relação com a linguagem e eleger um instrumento para a cientifização do campo teórico desses estudos, constituiu um desafio para Pêcheux, justamente num momento em que se dissipavam conflitos nas áreas das ciências sociais pela teorização dos eventos até então não explicados pelas ciências em destaque, a saber: Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise.

A partir de Louis Althusser e seus Aparelhos Ideológicos do Estado, Pêcheux (1997) destaca não apenas a posição ocupada por esse sujeito em uma determinada classe social, mas sim, a relação de conflito entre as classes sociais, desvencilhando-se da separação inicial posta pelo marxismo em infra e superestrutura. A rejeição (e avanço) de Pêcheux (1997) se dá pelo questionamento desse modelo de explicação que condicionava a ideologia como simples “esfera das ideias”, que estaria “acima do mundo das coisas, dos

fatos econômicos” (PÊCHEUX, 1997, p. 165); pois para o autor, a ideologia não pode ser considerada um reflexo da economia, ao contrário, o aspecto econômico é uma das condições para sua existência, nas relações de produção nela estabelecidas.

É esse processo que notoriamente será elementar na construção de uma noção de sujeito que possibilita o avanço nos estudos da linguagem: a sua interpelação ideológica. Diferentemente de Althusser, Pêcheux (1997) destaca que não basta ao sujeito conhecer sua posição em uma classe social, mas sim estabelecer sentido nas formações discursivas nas quais ele está inserido. Aqui, utilizamos de nossa “liberdade” interpretativa e retomamos aquilo que foi preconizado por Marx em seu *Manifesto Comunista*: a história é sempre a história da luta de classes. Portanto, onde houve conflito, houve discurso, houve linguagem, houve relação entre a língua e a história. São esses conflitos que levam Pêcheux (1997, p. 166) a pensar as formações ideológicas, tendo em vista que o sujeito está inserido em um “conjunto complexo de atitudes e representações²⁰ que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras”. (grifos do autor).

Como formação discursiva, Pêcheux (1997, p. 166-167) define aquilo que “determina o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura”. Assim, toda formação discursiva, como reguladora do que pode e não ser dito, é ligada diretamente às suas condições de produção, ou seja, às possibilidades de sentido que lhe são conferidas, existindo sempre “no interior de determinadas relações de classes”. O deslize de sentidos dentro de uma determinada FD para outras posições, na filiação à outra FD, no interior de novas relações ideológicas, põe em jogo outras formações ideológicas, que derivam para novas FDs. Esses movimentos, segundo Pêcheux (1997) causam dificuldades no estabelecimento de limites, pois não só significam

²⁰ Nas suas proposições e notas, Pêcheux em sua *Análise Automática do Discurso* destaca que as noções de *representação* e *atitudes* instauram um equívoco na medida em que no marxismo, elas não estão ligadas à práticas de reconhecimento de *comportamentos sociais*, é portanto, um termo *emprestado* da sociologia, o que para o autor provoca uma dissimulação em sua colocação. (PÊCHEUX, 1997, p. 237)

diferentemente em suas próprias interioridades bem como na exterioridade delas, já que, “no próprio interior do discursivo ela [FD] provoca uma defasagem que reflete essa exterioridade”. (PÊCHEUX, 1997, p. 168).

A partir das noções de esquecimento de Pêcheux (1997; 2009), é possível pensarmos aquilo que ele mesmo denominou *efeito-sujeito*, ou seja, “processo pelo qual uma sequência discursiva concreta é produzida, reconhecida como sendo um sentido para um sujeito, se apaga, ele próprio, aos olhos do sujeito”. (PÊCHEUX, 1997, p. 169). Esse é o efeito de incompletude do sujeito. É nessa incompletude do sujeito que ele tende a ocupar posições no discurso, ou seja, tomar partida no discurso. A partir das posições-sujeito ocupadas em determinada FD, na relação com a ideologia, Pêcheux (1997) destaca as modalidades de identificação. Na primeira forma de identificação, o sujeito se identifica plenamente com a FD da qual enuncia, ele é então “bom sujeito”. Na segunda forma de identificação, o sujeito não se identifica com a forma-sujeito da FD e assim, distancia-se dela:

(...) trata-se de uma contraidentificação, que, apesar de instaurar o questionamento, não desencadeia o rompimento com os saberes próprios da forma-sujeito. Nesta modalidade de identificação, aborda o desdobramento do sujeito e referencia o sujeito constituído não mais em sua unidade, mas em sua divisão. Não fosse pela identificação com a FD, seria pelo atravessamento do inconsciente que se instala a diferença. (VENTURINI, 2009, p. 117)

O “mau-sujeito”, nesse sentido, promove as falhas, as faltas que, na terceira modalidade é a total desidentificação, ou seja, o sujeito, além de não identificar-se com a forma-sujeito e o saberes de determinada FD, filia-se a outra FD, instaurando novas possibilidades de sentidos e discursos, sempre outros. Provoca deslizos e deslocamentos, sendo, portanto, um sujeito dividido “pelas diferentes posições que a interpelação ideológica lhe permite”. (VENTURINI, 2009, p. 118).

Pensar o sujeito em suas diferentes posições na AD nos coloca diante daquilo que o próprio Pêcheux (2009), definiu como “tomada de posição”.

Nesse sentido, para o autor, é a marca do inconsciente em relação ao Outro que torna eficaz a presença do sujeito, ou seja, faz com que o sujeito tome posição, signifique, no retorno do “Sujeito”²¹ ao sujeito. Assim:

[...] a tomada de posição não é, de modo algum, concebível como um “ato originário” do sujeito-falante: ela deve, ao contrario, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transversal, isto é, o efeito da “exterioridade” do real ideológico-discursivo, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para se atravessar. [...] (PÊCHEUX, 2009, p. 159-160)

Assim sendo, o sujeito é levado a desdobrar-se, a separar-se daquilo que tomou consciência, ou seja, assumir determinada posição identificando-se “consigo mesmo, com seus “semelhantes” e com o “Sujeito”, (PÊCHEUX, 2009, p. 160), numa reduplicação de sua identificação, na relação entre o que lhe é exterior (atravessamento pela história) e o seu interior (ilusão de ser origem). É nesse sentido que o sujeito, assumindo uma posição no seu discurso, identifica-se ou filia-se a uma determinada formação discursiva²². Já que as formações discursivas são determinadas pelas formações ideológicas, o sujeito ao assumir uma posição, tem sua constituição como tal a partir da interpelação pela ideologia, logo, é sempre já-sujeito, só assim significando.

Para Orlandi (2001, p. 91) refere-se à noção de função-autor deslocando aquela postulada por Foucault (1992) que, segundo a autora, colocava o autor como origem do texto, em sua não-contradição, coerência, progressão e finalidade. Para Orlandi (2001, p.91), o “sujeito que corresponde à nossa forma social é a de um sujeito dividido: sujeito a e sujeito de”, sendo ao “mesmo

²¹ Para essa definição Pêcheux (2009, p. 159) retorna a Louis Althusser quanto à sua noção de “Sujeito”. Em nota Pêcheux explica que Althusser usa essa forma de escrita para analisar como as condições materiais da criação e da educação do animal humano e a materialidade do imaginário representam a forma como o Sujeito se torna um sujeito. É assim, resumidamente, a transformação de um sujeito fisiológico em um sujeito ideológico.

²² A noção de formação discursiva em Michel Pêcheux é revista por Maldidier (2003, p. 52), que retoma as considerações feitas à palavra *formação* pelo marxismo, à qual, segundo a autora, Pêcheux acreditava junto aos demais estudiosos do discurso na época, faltava a palavra *discursiva* junto à *formação*. Nesse sentido, a noção de formação discursiva seria articulada à *ideologia*, sendo muito mais *rigorosa* do que a de *prática discursiva*. Sendo assim, Pêcheux (2009, p. 147) postula que formação discursiva é “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, determina pelo estado da luta de classes, [...] o que pode e deve ser dito”.

tempo livre e responsável, determinando o que diz, mas determinado pela exterioridade”. Essa, para Orlandi (2001), corresponde a uma função-autor:

Para mim, a função-autor é uma função do sujeito concebido na linguagem e na história, e não no autor [...]. A diferença corresponde justamente à maneira como considero as condições de exercício da linguagem e sua possibilidade de análise por sua forma lingüístico-histórica, sua descrição [...]. Minha proposta de-sacraliza o texto e o autor. Estes se atualizam no ordinário do dizer, toda vez que o sujeito se coloca, imaginariamente, na origem do que diz produzindo uma unidade de sentido em relação à situação. (ORLANDI, 2001, p. 91)

E, deslocando a noção foucautiana da noção de autor, Orlandi (2001), adverte que não há texto se não houver autor, mas, todavia, não é ele [o autor], que define a textualidade, ao contrário, é a posição do sujeito como origem do dizer e aí sim, promovendo os efeitos de coerência, não-contradição e finalidade, não esquecendo, portanto, que todo texto enquanto material simbólico nunca é fechado, mas sempre incompleto. Se o texto é incompleto, o sujeito também o é. Se por um lado há o deslizamento dos sentidos, por outro há as diferentes posições assumidas em discurso, logo, o autor quando diz, assume as condições exteriores ao que enuncia, ou seja, assume responsabilidade pelo texto, em seus limites, falhas e pausas. (ORLANDI, 2001, p. 93). Assim, para Orlandi (1998):

[...] A noção de autor é já uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto. A autoria – a função-autor – é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular no interior do formulável e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. (ORLANDI, 1998, p. 05)

É a partir dessas relações que a produção de discursos se insere na constituição do imaginário²³, do simbólico. Para Venturini (2009, p. 51): “O

²³ Na esteira de Orlandi (1994), destacamos o imaginário como uma relação entre o sujeito (em sua incompletude e ilusão de origem), a história e a língua; relação pela qual o sujeito tem a ilusão de filiação e pertencimento a determinadas formações ideológicas e discursivas. Dizemos ilusão, devido aos deslocamentos, deslizos e falhas no trabalho do discursivo. Para Orlandi (1994, p. 56): [...] *Há em toda língua mecanismos de projeção que*

funcionamento do imaginário remete à realidade, à ilusão constitutiva do sujeito de pertencimento a uma FD”. Há, neste sentido, a ilusão de ser o sujeito a fonte do dizer, numa tentativa de identificação com as formações ideológicas e discursivas, mas, “essas redes identificadoras não são transferidas ou aprendidas pelos sujeitos por processos de aprendizagem ou interação, mas por sua inscrição e formações discursivas que determinam o que pode ou não entrar na ordem do discursivo”. (VENTURINI, 2009, p. 53).

Nesse sentido, trazemos para nossa discussão os pressupostos feitos por Machado (2008, p. 74) quanto ao sujeito-autor, função-autor e efeito-autor, decorrentes da tomada de posição, já enunciada acima. Para a autora, tanto autor como o leitor, se manifestam enquanto sujeitos discursivos pela determinação histórica, e por isso, significam a partir das formações ideológicas nas quais estão inscritos e, assim se relacionam com a história e com os sentidos. Com essa assertiva, vai além e formula as definições de que enquanto sujeito-autor, o sujeito “ocupa um lugar discursivo duplamente determinado pela materialidade do discurso e pelo lugar social”. Por outro lado, quando assume sua função-autor, esse mesmo sujeito “promove a ‘unidade’ e o gerenciamento da escrita”, colocando-se assim, a nosso ver, mesmo ilusoriamente, na “origem do seu dizer”. O efeito-autor, por sua vez, é o que “mobiliza gestos de interpretação apropriando-se inconscientemente de saberes do interdiscurso”. (MACHADO, 2008, p. 77).

A partir dessas considerações podemos situar Erico Veríssimo em sua posição sujeito-autor na responsabilidade por um dizer autorizado e constituído na ordem do simbólico, sendo que, o corpus que analisamos – guerra do Paraguai, na obra *O tempo e o vento* – é um saber já inscrito na história. Mas, essa mesma inscrição, pelo atravessamento do real da língua e pela posição do sujeito-autor, deriva para outros sentidos, sinalizando para efeitos de sentidos diferentes daqueles que pertencem à história factual e institucionalizada. Assim, no capítulo a seguir tratamos da noção de memória em suas possíveis variações, orientados pelo viés teórico da AD, mesmo que

permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa.

com incursões na história e na sociologia, que servem como espaços de interface para nossas análises.

CAPÍTULO II

FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA²⁴

Eis um momento de beleza – refletir [...]. O céu é uma taça de porcelana azul. O vento cheira docemente a campo e flor. A luz da manhã se espreguiça sobre os telhados. (Prefácio de Clarissa, VERISSIMOb, 1997)

1.1-- A arte de lembrar – retorno a *mnemosine*

Lembrar, lembrar... Nem sempre o ato de recordar algo do passado é uma atitude benéfica e prazerosa ao homem. Nossas lembranças são espaços de margem, de falhas e esquecimentos, pois ao escolher aquilo de que se deve lembrar, apagamos o que deixou de ser importante ao presente. Lembrar algo já esquecido ou apagado por certo período nos traz algumas inquietações, haja vista nem sempre ser exata a reconstrução, como de fato tenha ocorrido no passado. Nossas lembranças frequentemente nos traem, escapam e deslizam para outros momentos, dos quais não queríamos mais usufruir.

A memória, em sua descrição mitológica estaria atrelada ao nascimento e constituição do conceito de História, como ciência do lembrar. Segundo a mitologia grega *mnemosine* seria a “mãe das nove musas que ela procriou no

²⁴ A palavra *funcionamento* em AD sinaliza para os movimentos de sentidos que se instauram na construção de dispositivos analíticos, ressoando como algo em movimento, não fixo, em constante modificação. A memória, nesse sentido, não é parada e pronta, mas sempre no retorno do mesmo (passado), na presentificação promovida pelo sujeito (em discurso).

decurso de nove noites passadas com Zeus”. (LE GOFF, 1990, p. 438). A musa da memória é a responsável pelas lembranças e recordações dos heróis e a narrativa de seus feitos, que devem ser eternizados através da poesia. É então *mnemosine* que “revelando ao poeta os segredos do passado, o introduz nos mistérios do além. A memória aparece então como um dom para iniciados (...)”. (LE GOFF, 1990, p. 438).

Na descrição mitológica da memória pelos gregos, temos num primeiro momento a narrativa oral, passada e imortalizada pelas canções e poesias. Assim, o poeta e o aedo, servem como testemunhas do lembrar, como origens do saber. É a partir de Heródoto, considerado o “pai da história”, de Aristóteles e Platão, que temos as primeiras formas escritas de perpetuação de uma memória. No início a memória serve como pressuposto para as ações e feitos de heróis, de grandes homens; depois, ela tende para as narrativas de grupo, mas só funciona pelas ações humanas, entre elas, a linguagem. Na linguagem, como ato humano, o homem é condenado ao não retorno a tudo que já disse, a palavra dita é algo que se tornando material, imortaliza-se. Logo, partimos do pressuposto de que a memória da qual tratamos não se resume a lembranças, à busca por um passado imortalizado e intocável, ao contrário, trabalhamos na perspectiva de memória como falha, como deslize, como deslocamento.

1.2- - Memória social e coletiva – laços de pertencimento

É conhecido que a memória, quando arquivada, deixa de ser, na sua verdadeira acepção, uma recordação, logo, algo que mantém um elo vivo de continuidade e de pertença a um sujeito. Nesse sentido, ela adquire, ao contrário, o estatuto de documento, sejam seus suportes o registro sonoro e fílmico ou a própria escrita. (CATROGA, 2001, p. 46)

Desde que o homem aprendeu a organizar-se em grupos, desde as mais antigas sociedades, aprendeu também a constituir uma memória social, na

relação com o outro. Viver em sociedade pressupõe conhecer e dividir com o outro as suas condições reais, materiais e simbólicas de existência. Agrupar-se não só tornou-se necessário como também funcionou como modo de observação e aprendizagem com o outro, percebendo suas intervenções e suas formas de agir diante de obstáculos naturais ou próprios da sua experiência vivida. Nesse sentido, um dos autores que nos ajuda a pensar a constituição de uma memória coletiva é Maurice Halbwachs (1877-1945), filósofo, estudante de direito, de economia e política, além das letras e sociologia, transitou durante a vida, pelas mais diversas áreas do conhecimento, estudando o homem e a sociedade; morrendo em 1945, depois de ser preso pela Gestapo e ter sido levado a um campo de concentração.

No que tange à noção de memória, assunto que nos interessa aqui, Halbwachs (2004) defende em sua obra *A Memória Coletiva* a idéia de que nenhum homem é capaz de lembrar sozinho, pois, há sempre a presença do outro; bem como o ato de recordar não é permitido a nenhuma entidade social, senão da sociedade, como um todo. Mas, como explicar então as lembranças mais particulares?

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (...) (HALBWACHS, 2004, p. 30)

As pessoas que fazem parte de nossas lembranças particulares são denominadas pelo autor de testemunhas. São elas que podem nos ajudar a recordar ou confirmar uma possível lembrança, todavia, segundo Halbwachs (2004), são, porém, dispensáveis na medida em que as imagens do passado não são construídas da mesma forma, sob os mesmos aspectos para todos os indivíduos de determinado grupo. Mesmo sendo aparentemente uniforme, um grupo social é efêmero e suas memórias também, daí a ilusão de certo preenchimento do passado, que segundo o autor, dá sinal de que “nossa

memória não é uma tábua rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado”. (HALBWACHS, 2004, p. 32).

O retorno das memórias que constituiriam um passado não é possível porque não há condições reais de uma aproximação exata daquilo que ocorrera. O que existem são possibilidades de aproximação de um real vivido pelo indivíduo, que, através dos traços deixados na lembrança podem descrever o passado, mas não reconstruí-lo. Esse distanciamento é chamado pelo autor de efeito de descontinuidade, sendo que com o passar do tempo, tanto o grupo como o indivíduo podem não mais pensar sobre esse passado; também o fato de que cada um que fazia parte de nossas lembranças ocupava determinado espaço no grupo e, portanto, não funcionam isoladamente. Assim, para o Halbwachs (2004, p. 34) “a duração de uma tal memória era então limitada, pela força das coisas, na duração do grupo”.

A memória, nesse sentido, só é possível e eficaz se todos os componentes de determinado grupo tiverem as mesmas noções, e que compartilhem dessas lembranças da mesma forma, “se fizeram e continuam fazendo parte de uma mesma sociedade”. (HALBWACHS, 2004, p. 39). Diferentemente daquilo que pensamos em AD, a noção de memória proposta por Halbwachs (2004), não é espaço para o pré-construído, para deslocamentos e disjunções, ao contrário, só existe na divisão social, numa espécie de acordo inconsciente do grupo no qual o indivíduo/sujeito está inserido.

Mas, há algumas semelhanças. Para uma memória coletiva, Halbwachs (2004), em grupos com indivíduos separados pelo tempo e diversos num determinado espaço, fora do grupo, há a necessidade da escrita. Na perspectiva do autor, somente a escrita permanece, daí a necessidade de registros que dêem conta de um passado vivido e que deve ser reservado como memória para as próximas gerações. Essa escrita seria a história, mas nem esta consegue depreender tudo o que é necessário para a efetivação

dessas memórias. A história, para ele, é diferente da memória. (HALBWACHS, 204, p. 84-85).

A partir das discussões teóricas levantadas por Halbwachs (2004), podemos dizer que o passado não é algo estático, pronto e particular na construção de uma memória, ao contrário, é passado em sua pluralidade. Seria o caso de tratarmos de “passados” que sendo retomados nas lembranças de diversos indivíduos, num mesmo grupo social, constituem um quadro próximo daquilo que a sociedade [o grupo] elegeu ou deve elegeer como memória.

Logo, não é qualquer “passado” que vem à tona nas memórias sociais, mas somente aquele que fez parte, de modo significativo, da construção e manutenção do grupo; é esse passado, enquanto real vivido e pertencente à memória, diz quem é o sujeito e a sociedade na qual está inserido. A memória funciona, portanto, como elo de ligação entre um real imaginado e um passado real vivenciado, contido nas experiências sociais dos sujeitos. Catroga (200, p. 20), tratando da memória e do esquecimento aponta que mesmo considerando a memória como um processo seletivo não se pode depreender dela “um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo” e, que, sobretudo, se recorda apenas partes daquilo que aconteceu, portanto, a memória nunca é completa.

Essas falhas e vazios da memória construída tendem a ser preenchidas pelos sujeitos em suas supostas condições de dizer, mas não o fazem, apenas as enredam. Para o autor, o entrecruzamento do real e da ficção (o passado como objeto ausente), também causa a insistência em defesa daquilo que deve ser recordado na medida em que o esquecimento ronda a construção do presente. Há, portanto, a necessidade constante de atualização dessas memórias, do passado revisitado e construído no presente para que a ela, a memória, seja perpetuada.

1.3- Memória e esquecimento – a memória em AD

[...] A memória revivifica-se, portanto, num “campo de experiência” aberto à recordação e às expectativas, horizonte que a recebe como herança e como um imperativo de transmissão, num aceno em que se promete ser possível vencer a morte, jogo ilusório que faz esquecer que, tarde ou cedo (duas, três gerações?), também os mortos ficarão órfãos de seus próprios filhos. (CATROGA, 2001, p. 29)

Pensar a memória, em seu aspecto discursivo, é sinalizar para as suas falhas, para os silenciamentos e escolhas que se cruzam de modo a constituir novas formas de lembrar. Lembrar e esquecer são indissociáveis, estão relacionados de forma que não esquecemos daquilo que elegemos como importante ou digno de lembrar, na contramão, destituímos certos eventos e dizeres de nossas lembranças possíveis. É, portanto, um caminho de dupla via.

Ainda Pêcheux (1999), em seu *Papel da Memória*, discute a funcionamento da memória no seio das sociedades alertando que não se deve pensar numa memória apenas no “sentido psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Assim, a memória em AD, diferentemente de outras áreas, seria uma noção frágil, haja vista a inscrição do acontecimento na ordem do simbólico, portanto, sob a “dupla forma-limite” nas quais o mesmo acontecimento não chega a inscrever-se e quando é absorvido na memória, como não houvesse ocorrido. (PÊCHEUX, idem). Essas fragilidades apontam para a naturalidade do acontecimento, ou seja, dado como natural, não é memorizado, não tem a memória de sua existência, logo, foge e escapa ao funcionamento que a significa. É o aspecto lacunar, com falhas da memória.

As falhas e vazios deixados pela memória são sempre preenchidos pela memória discursiva, ou melhor, aquela que restabelece os “implícitos”, “a condição do legível em relação ao próprio legível”, preenchendo os furos na linearidade do discurso, pois na leitura de Pêcheux (1999, p. 52), esses

implícitos “estão ausentes por sua presença”, e retomando P. Achard, o autor reitera que esses só existirão pela repetição, pela regularização e nunca de forma clara, estagnada. No entanto, a regularização/repetição sempre está sujeita ao novo, ao acontecimento que vem rompê-lo, promovendo outras séries discursivas.

Pierre Achard²⁵ (1999, p. 11) destaca, assim como Pêcheux (1999) que a memória não deve ser entendida como psicológica, como “memória social infalível”, ou “da ordem do inefável, do inconsciente coletivo”, mas sim, como prática. Essa consideração de P. Achard (1999) o leva a colocar os implícitos como elementares na construção e movimento da memória, pois “a representação usual do funcionamento dos implícitos consiste em considerar que estes são sintagmas cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada por esta memorização”. (ACHARD, 1999, p. 12). A paráfrase²⁶, nesse sentido, opera como um entrecruzamento da memória e do movimento dos sentidos no discurso produzido, no deslocamento do que é dado como provável historicamente.

Ao romper com a repetição, o discurso outro, ou melhor, o acontecimento discursivo, cria possibilidades de dizer nas quais a língua é mobilizada, logo, há mudanças constantes de sentidos. É essa “espécie de repetição vertical em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”, (PÊCHEUX, 1999, p. 52) que permite a divisão do mesmo, retirando-se por pouco dos limites dos sentidos, para que assim o indizível seja retorno sempre. É nesse sentido que o real histórico, como o evento A Guerra do Paraguai, no caso específico deste trabalho, necessita de outro real – da língua, para que a memória funcione e tenha relação com o mundo, com os aspectos exteriores ao sujeito e as suas condições materiais de existência, e

²⁵ Tratamos aqui do texto “*Memória e produção discursiva do sentido*” que faz parte da obra *Papel da memória* que reúne de modo sucinto e esclarecedor os pensadores da noção de memória pelo viés da AD, com introdução e tradução de José Horta Nunes.

²⁶ O termo paráfrase para P. Achard (1999, p. 16) designa as “*derivações de possíveis em relação ao dado, que a regularização estrutura a ocorrência e seus segmentos, situando-os dentro de séries*”. Assim, podemos dizer que é o estabelecimento de relações entre a possibilidade factual de determinado acontecimento e sua inserção como objeto memorizado, construído pelo discurso.

que, por esse deslocamento produza uma memória não completa, mas espaço de falhas, de falta.

Para a AD a memória não é apenas a presentificação [retomada] de um passado vivido ou uma lembrança, ao contrário, funciona como lugar da repetição, do pré-construído, ou seja, o interdiscurso – aquilo que fala antes, em outro lugar. Nesse sentido podemos dizer como nos orienta Indursky (2011) que a memória regula assim o que pode e deve ser dito no interior de uma formação discursiva. Por sua vez, o pré-construído é resultado da relação entre repetição, memória e sentidos, derivando para um discurso outro, fazendo emergir saberes que pré existem ao discurso do sujeito. Assim, a memória, segundo Indursky (2011) não é cognitiva, nem psicologizante; antes, social, na medida em que é a noção de regularização que dá conta da memória.

Como Courtine (1999) nos afirma, a memória é “a existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos”. Nesse sentido se busca pensar como um trabalho da memória permite a lembrança, repetição, refutação, mas também o esquecimento destes elementos, ou seja, como alguns fatos são ressignificados e outros não, bem como o modo como esses discursos ressoam na materialidade do discurso. Ademais, não temos apenas a memória temporalizada, institucional ou legítima, mas a memória discursiva, ou seja, a filiação pelos modos de retorno à reflexão e intenções que, em outros espaços e tempo, fizeram sentido para outros sujeitos; mas que retornam sob a condição do pré-construído, fazendo com que ao significar, signifiquemos. (ORLANDI, 2003, p. 13)

É esse regime de repetição, essas sustentações de um dizer já esquecido e retomado na forma do novo que torna a materialidade memorável, ou seja, instaura-se a noção daquilo que é necessário lembra-se, daquilo que constitui os sujeitos e o seu passado como “digno” de uma história, num passado idealizado e tomado como padrão de existência para as futuras gerações. A memória traz à tona, neste sentido, os papéis da instituição como reguladora desses atos memoráveis, na medida em que elas propiciam a divulgação dos saberes, dos modos de filiação que seriam fundantes dessa filiação. Mas

Orlandi (2003. p. 07,) nos adverte de que “não há controle “pessoal” ou “coletivo” dos processos e da história de que sujeitos e sentidos participam. O que há é a aparência de controle e de certeza dos sentidos porque as práticas sócio-históricas são regidas pelo imaginário, que é político”.

Logo, enquanto interdiscurso, afirma Indursky (2011) “a memória do dizer reúne todos os sentidos produzidos por vozes anônimas, já esquecidas, e é por comportar todos os sentidos que ele se distingue da memória discursiva” – assim, o dizer, diferente da memória discursiva, faz retornar os saberes que preexistem ao discurso do sujeito, aquilo que já fez sentido antes, em outras situações. Essa repetição é, antes de tudo, uma ressignificação, é um deslizamento que torna possível o discurso outro e, se as palavras faltam, o sujeito se mostra por inteiro através da língua que funciona como mediação entre o olhar de quem olha e de quem é olhado. Olhar, neste sentido é estar diante de, participar do discurso do outro, na prática que condiciona os discursos, por sua vez, sempre outros nas diferentes condições de produção. (FERREIRA, 2011).

Nesse sentido, uma determinada “formação discursiva é regulada por uma memória discursiva que faz ressoar os ecos de uma memória coletiva, social”. (FERREIRA, 2011, p 63). No entanto, segundo Indursky (2011, p.78): “a memória discursiva que se depreende de uma FD não é plena, não é saturada, pois nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar em uma FD”; ou seja, nem tudo se pode dizer uma vez que não faria sentido para o grupo, uma vez que não são laços de pertencimento, ou de filiação. Nesse mesmo sentido, Romão (2011) destaca que:

[...] essa instância anterior – interdiscurso ou já-lá – sustenta a possibilidade de que as palavras façam sentido e de que os sujeitos produzam seus efeitos deslocados ou repetidos. Sem acesso a essa exterioridade, o sujeito não tem amparo na língua e no discurso para tecer suas significações nem para construir movimentos de dizer [...] (ROMÃO, 2011, p.111)

A relação entre aquilo que o sujeito diz, nas redes de filiação da memória permite, segundo a mesma autora, a heterogeneidade constitutiva da

linguagem, pois quem fala não diz de um lugar isolado, mas sim na recorrência de dois eixos: da memória e da seleção ou formulação do dizer. É no entrecruzamento da memória e dos sentidos que o dizer se estabelece, mesmo que provisoriamente, na ordem do simbólico. Os apagamentos e falhas estão desse modo, ligados diretamente à própria condição do sujeito: sua posição sempre já-lá, sempre sujeito e nunca origem dos dizeres. Sobre tal condição, Venturini (2009) afirma que:

O sujeito empírico, como indivíduo, ou, na ordem pública, como pessoa física, não tem funcionamento na ordem do discursivo. Toda transformação, ou mesmo reprodução, se dá no coletivo. O sujeito e o discurso constituem-se na historicidade que movimenta os processos sociais. A origem dos saberes não está, portanto, no sujeito, pois na análise discursiva ele é um lugar e se submete a práticas sociais. (VENTURINI, 2009, p. 93)

A memória, a partir dessas considerações não é nenhum constructo individual, mas sim, produto de uma coletividade²⁷, espécie de acordo entre os sujeitos para que os dizeres produzam efeitos de sentidos de acordo com o real e com a exterioridade que os preenche e constitui. Assim, os efeitos de sentidos estão sempre sujeitos aos processos de regularização e repetição que os inserem nas práticas sociais e que os constituem enquanto discurso. Sobre tal condição, P. Achard (1999), ainda acrescenta que esses efeitos, na ordem dos implícitos, não são autônomos, mas sim como discursos em circulação:

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re) construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re) construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo. (ACHARD, 1999, p. 13)

²⁷ Lembrando que, assim como defendem Pêcheux (1999) e P. Achard (1999), não tratamos de memória coletiva no sentido coletivo/ psicológico do termo, mas sim, como nos advertem ambos os autores, a memória inserida em práticas, na relação com o político e o simbólico.

Levando em consideração a não-autonomia dos sentidos e discursos, retomando Courtine (1981), Venturini (2009) destaca que esses movimentos da memória, sua circulação e seus sentidos outros construídos no social, são “efeitos de memória”, ou seja, “toda produção discursiva que se efetua em condições determinadas de uma conjuntura provoca movimentos, faz circular formulações anteriores, já enunciadas”. (VENTURINI, 2009, p.107). Essas movimentações da memória delimitam aquilo que, em determinada situação, devem ou não ser lembrado, o que deve ser esquecido e silenciado, apontando para a “saturação da memória”, uma das formas que sinalizam para o “fazer crer”.

Nesse mesmo sentido, voltamos a P. Achard (1999) em suas considerações acerca das noções de repetição e regularização²⁸, na medida em que o autor afirma serem essas as condições de retomada dos discursos, o que por sua vez, constitui uma questão social. Assim, em suas palavras, “[...] se situarmos a memória do lado, não da repetição, mas da regularização, então ela se situaria em uma oscilação entre o histórico e o lingüístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento [...]”. (ACHARD, 1999, p. 15-16). O jogo de forças entre o real da língua e da história é destacado também por Scherer (2005), que relendo Pêcheux (1999) e seu *Papel da Memória*, afirma a não dissociação entre a memória, o político e o histórico, defendida pelo autor e vai além:

[...] a memória é muito mais que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem, uma junção. Memória é tudo o que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir. (SCHERER, 2005, s. p.)

²⁸ Para P. Achard (1999, p.16), a noção de regularização é parte constitutiva da repetição, ou melhor, “se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador [...]”. É nesse nível, entre o encontro (ou embate) entre o que se repete e o que se regulariza que se projetam os efeitos de retomada; temos assim um acontecimento discursivo.

Reunindo ou aproximando diferentes temporalidades, a memória funciona em AD diferente dos modos que a concebem as demais ciências sociais, pois no viés que adotamos ela não significa lembrança, nem um estoque de recordações que se prestam de um passado e ressurgem no presente, mas sim como funcionamento complexo, de engendramento entre aquilo que se deseja lembrar, de modo seletivo e daquilo que se faz necessário, na emergência do discurso presente. Nesse sentido, a aproximação entre o histórico e o lingüístico, é também colocado por Orlandi (1996), sendo que:

[...] memória funciona como versões enunciativas, imagens do dizer. [...] a memória inscreve o discurso em filiações e o sentido que as representa está sempre sujeito a deslocamento. As diferentes versões são efeitos das relações de sentido (relação de um discurso com outros), das relações de força (relação de um discurso com o “lugar” de que é falado. (ORLANDI, 1996, p. 132)

A palavra “lugar” nas considerações de Orlandi (1996) pode apontar para as diferentes posições que o sujeito assume no discurso bem como o próprio sujeito como lugar de onde se fala, ou seja, tanto o sujeito, quanto o que ele diz, como os efeitos de sentido do seu dizer e ainda as memórias construídas nessa relação, nunca estão fechadas em si. São sempre movimentos e deslocamentos que permitem a inscrição do novo, das relações de força sempre contínuas entre a língua e a história, produzindo assim, novos dizeres, novos sentidos. É o mesmo e o outro que se preenchem e se esvaziam, na construção do político e do simbólico no quais se inscrevem os sujeitos. Na aproximação com o histórico, na perspectiva da Nova História, segundo Le Goff:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1990, p. 419).

A concepção de memória pensada a partir da ciência histórica, sobretudo pelo viés da Nova História, diz das relações humanas com as lembranças, com as recordações. No entanto, essas lembranças possuem redes de significação, não são aleatórias; ao contrário, fazem sentido, são selecionadas pelo sujeito. Assim, não é qualquer memória que vem a tona no ato de lembrar, mas apenas aquelas que constroem significados no momento e em certas condições dadas. O laço de pertencimento do sujeito a um determinado grupo nos permite pensar em uma memória coletiva que, para Nora, é “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado.” (LE GOFF, 1990, p. 467). Nesse sentido Orlandi retoma a noção de Michel Pêcheux quanto ao interdiscurso:

O interdiscurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas, só por sua existência, ele marca a possibilidade de uma desestruturação - reestruturação dessas redes e trajetos. É um efeito das filiações sócio-históricas de identificação e, ao mesmo tempo, um trabalho de deslocamento no seu espaço. (ORLANDI 2012b, p.57)

É assim que pertencer a um grupo é uma das ilusões que liga o sujeito a suas condições sociais de existência. (INDURSKY, 2011). Logo, sendo a memória discursiva irrepresentável, ela mesma produz efeito, inserindo assim a memória em uma atualidade que funciona sendo sujeita a equívocos e em qualquer acontecimento, ou seja, é então uma formulação. O acontecimento sempre produz sentidos, atualizando, criando, presentificando um passado. Ora, há nesse sentido, um jogo constante entre a memória, ou interdiscurso (estruturada pelo esquecimento) e a memória institucional, que não esquece. É entre as contradições entre o que deve e o que não deve ser esquecido que as formulações são feitas e que, pelo efeito de presentificação, produz um passado. (ORLANDI, 2012b, p 57-59). Assim:

Enquanto arquivo a memória tem a forma de instituição. O dizer nessa relação é relativamente curto, datado. Reduz-se ao contexto, ao pragmático. Enquanto interdiscurso a memória é historicidade, a relação com a exterioridade alarga, abre para outro sentido, dispersa, põe em movimento. (ORLANDI, 2012b, p. 172)

Considerado como efeitos entre diferentes naturezas de memória, o texto sempre é incompleto, lacunar. Isso não se dá apenas por ser constituído por relações de sentidos (que derivam e apontam para outros), mas porque tem uma relação também com o silêncio, no espaço simbólico. A interpretação, portanto, é o vestígio do possível, sendo responsável pela materialização da ideologia na história, e tendo sempre uma direção próxima à determinada sociedade, o gesto de interpretação é textualizado no político. E esse é o lugar da metáfora, da produção de sentidos. (ORLANDI, 1997, p. 18-21).

Se todo sujeito recorre a um “arquivo” (aos discursos disponíveis), a memória funciona através de imagens do dizer, inscrevendo os discursos em filiações de sentido que, deslizando, torna-se não transparente para o sujeito, ou seja, a relação construída entre linguagem/pensamento/mundo é um processo imaginário, haja vista ser o sujeito atravessado pelo real da língua e da história, interpelado pela ideologia. (ORLANDI, 2012b, p.133). No entanto, memória e esquecimento são indissociáveis – é preciso esquecer para lembrar, ou seja, a memória é seletiva, ela “desgruda” o sujeito de um modo e o “prende” de outro, na responsabilidade do dizer.

Nesse sentido Nora nos aponta que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, de longas latências e de repentinas revitalizações. (...). A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (...). A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1984, p. 09).

São essas falhas e lacunas deixadas pela memória que fazem com que os eventos, tais como a Guerra do Paraguai, tenham sempre sentidos incompletos, sempre a noção de que há ainda *algo a dizer* sobre o acontecimento. Assim, se a história apenas compreende o relativo, como afirma Nora (1984), a memória abre espaço para a presença de um estoque

material daquilo que poderíamos desejar lembrar. Daí a necessidade de arquivar esses registros de memória, para que as futuras gerações possam ter acesso ao passado que as constitui enquanto grupo. Essa incompletude dos discursos e memórias está intrinsecamente ligada ao silêncio, ao esquecimento, na medida em que para lembrar é preciso esquecer, pois o silêncio aqui, na visão de Orlandi (2001, p. 23): “não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante”. E acrescenta: “é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio”.

Na diferenciação posta por Le Goff (1990), a memória (monumento), diferente da história, sobrevive como “uma escolha efetuada”, como herança do passado, já que para o autor, “monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” e tem como características principais “ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária das sociedades históricas”. (LE GOFF, 1990, p. 535-536). A partir dessas considerações pode-se destacar a presença dos atos escritos, da necessidade de transmissão desses feitos e que devem materializar-se na/pela palavra. A noção de Le Goff (1990) aponta para a ampliação do próprio conceito de memória uma vez que não esta não mais reside e se fixa nos documentos oficiais, mas sim em todos os atos humanos, ou seja, abre-se espaço para a monumentalização da palavra, do discurso enquanto produção humana e objeto de análise. Ponto de aproximação com a literatura e com os estudos da linguagem.

É a partir dessas relações entre as áreas da lingüística e da história que a AD encontra espaço para os estudos da linguagem, em suas falhas e incompletudes. São essas memórias passadas que, na ordem do vivido do grupo, no cruzamento das temporalidades e da emergência de inscrição dos sujeitos no simbólico e na língua, que tornam certos acontecimentos próprios da história como dignos de serem lembrados, eternizados pela memória. E mais, esses deixam de ser apenas uma memória, um já dito e esquecido que retorna presentificando-se, sendo, sobretudo, fruto de uma necessidade de eleger um determinado evento ou sujeito como um objeto simbólico digno de memória. Acrescente-se – não é uma escolha aleatória nem particular, antes é

selecionada pelos sujeitos na coletividade que, numa filiação de pertencimento ao evento ou feito narrado, nomeiam esses como memoráveis. E, neste trabalho destacamos a obra de Verissimo, *O tempo e o vento*, como um operador de memória, ou seja, como a obra e a narração dos eventos vividos pelo personagem Florêncio Terra na Guerra do Paraguai, abre espaços múltiplos para o funcionamento da memória, para a circulação de sentidos que aparentemente se completam, mas que também se esvaem de sentidos, no cruzamento do histórico e do político.

É assim, que na narrativa de Verissimo, há o deslize de sentidos na figura do um herói – o sujeito-personagem Florêncio atua como peça chave para o desenvolvimento da narração no capítulo V intitulado *A Guerra*, e faz brotar memórias esquecidas. Junto à sua volta, trará novas possibilidades à Santa Fé e são essas redes de memórias postas pelos sujeitos-personagens que nos dão condições de análise, na medida em que nos interessa o modo como um evento pode ser discursivizado e textualizado na literatura. A memória, neste sentido, se integra ao imaginário da cidade pelo retorno da personagem, pois não temos a descrição e ambientação do conflito, são as lembranças e falhas de memória do personagem Florêncio que atulham a narrativa e nos permitem produzir discursos outros, na filiação às redes de memória.

Quanto ao domínio da cidade ficcional de Santa Fé, a memória é deslocada, funciona como necessidade de lembrar e dignificar um passado que ressoa nos discursos dos habitantes da cidade, ou seja, podemos dizer que a própria cidade funciona discursivamente como lugar de memória, como modo de inscrição dos sujeitos-personagens que a habitam. Porém, na cidade textualizada nem todos se agregam, se assemelham. Há discórdias quanto à forma de ver e existir na cidade: aqueles que ali nasceram, mais especificamente a família Terra-Cambará têm no espaço a sua vida, sua identificação; ao contrário, o mesmo não acontece com Luzia e Dr. Winter, por exemplo. Sendo assim, partimos do princípio de que a cidade, em AD, é lugar do mesmo e do diferente, espaço constituído por sujeitos heterogêneos em suas mais variadas dimensões: “material, cultural, econômica, histórica, etc. O

corpo social e o corpo urbano formam um só”. (ORLANDI, 2004a). A cidade é, portanto, em nossa análise, espaço do múltiplo e do único, que formam um só, significando. O sujeito, nessa inscrição, também se significa pelo dizer e pela falta, pelo silêncio, na memória. Por isso algumas considerações devem ser postas para que prossigamos, pois, até aqui destacamos a aproximação entre as áreas da literatura, história e AD; bem como os modos de funcionamento da memória nos domínios herói (Florêncio) e cidade (Santa Fé). Assim, temos um trajeto a seguir para que seja ao menos ilusoriamente possível uma posição diante da obra que analisamos, num efeito de deslocamento²⁹.

Para a análise de uma obra literária, pelo viés da AD, é necessário que pontuemos as noções de autoria, texto e historicidade, bem como da interpretação. Assim, não falamos de uma posição-sujeito historiador ou literato, mas sim, como analistas de discurso, ou seja, verificando como a narrativa textualiza determinado acontecimento, num certo período e em condições específicas de produção. Retomando o que já pontuamos no início, mobilizamos as teorias de AD de linha francesa, postas por Pêcheux e Orlandi, uma área defendida pelos próprios autores não apenas como uma ciência da interpretação ou mais uma área da Linguística, mas como disciplina de entremeio que busca preencher as lacunas deixadas pelo Marxismo (materialismo histórico), pela Linguística (mecanismos sintáticos e processos de enunciação) e a Psicanálise (teoria da subjetividade) (MALDIDIÉ, 2003, p. 38).

Logo, trabalhamos com a opacidade do texto, com sua não transparência (ORLANDI, 2001, p. 21), noção postulada por Pêcheux (1997) a partir de sua *Análise Automática do Discurso* (AAD), na busca por uma sistematização do método de estudo da linguagem. Quanto à noção de sujeito, Pêcheux (1997, p. 31-34), o situa diferentemente daqueles já pensados por Lacan, Derrida e Foucault, ou seja, não mais um sujeito do inconsciente; ou da ordem do signo

²⁹ Para P. Achard (1999, p. 17), o que distingue o historiador e o analista de discurso “*não é uma diferença radical, mas um deslocamento*”. Para ele a AD, “*é uma posição enunciativa que é também aquela de um sujeito histórico. [...], mas de um sujeito histórico que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar em relação ao modelo, à hipótese de sujeito de que fala [...].* (grifo nosso)

ou ainda da ordem do discurso (na enunciação ou história das idéias), mas sim como interpelado pela ideologia na relação com a linguagem. Assim, a ideologia para Pêcheux (1997) “é um processo que produz e mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes (...), trabalhadores e não-trabalhadores”. (PÊCHEUX, 1997, p. 24).

A partir da ideologia Pêcheux (1997b) remete a função das ciências sociais na transformação e reprodução das relações sociais de produção, nas práticas políticas que têm no discurso o instrumento necessário para que se reformule as demandas sociais, na garantia do reconhecimento dos lugares do sujeito, em sua formação social, no sistema de produção. Assim, para o autor, a definição de linguagem como mero “instrumento de comunicação e significação”, de “informações”; é rejeitada. Para que ela [linguagem] tenha sua efetividade nas relações humanas é preciso entendê-la como processo de sujeição ao “sempre-já-lá”, numa perspectiva que situe o sujeito em sua prática social na qual a ideologia o constitui como tal. (PÊCHEUX, 1997, p. 25 – 28). Nessa relação, o sujeito é sempre a partir de seu assujeitamento pela ideologia, logo, não é origem ou fonte do dizer, mas apaga-se o fato de sua existência, pois esse é o trabalho da ideologia: “produzir evidências, colocando o homem na sua relação imaginária com suas condições materiais de existência”. (ORLANDI, 2012a, p. 46).

Amparados nessas considerações de Pêcheux (1997; 2009) e de Orlandi (2012a), podemos dizer que Erico Veríssimo, em sua posição sujeito-autor, descreve na trilogia “*O tempo e o vento*”, não só a representação dos duzentos anos da história do Rio Grande do Sul a partir de dados reais e fictícios, mas sim os modos como o real (como prática social) entrecruza-se com a ficção e, tendo como instrumento o discurso, materializa um modo de compreensão da época e da obra narrada. Na relação realidade/ficção, segundo Venturini (2009, p. 39), há a “falta de especificidade da história, no entanto há a representação da singularidade de uma época pela atuação das personagens”, ou seja, a literatura, como obra de ficção dá conta das lacunas que a história não

preencheu, mesmo não tendo nenhum compromisso com a objetividade e verdade, pelo funcionamento da memória. A obra, nesse sentido, é um simulacro. (VENTURINI, 2009, p. 39).

As guerras, como fatores históricos, em geral, permeiam a obra *O tempo e o vento*, de modo que podemos afirmar a existência de necessidade e desejo de lembrar essas lutas, sendo a Guerra do Paraguai, o objeto memorável. Assim, a eleição desse objeto não é momentânea, mas é um processo contínuo e sempre aberto a novos discursos, a novas interpretações, não sendo imóvel. Esta mobilidade, porém, não apaga aquilo que já foi discursivizado anteriormente, não apaga os sentidos primeiros, havendo sempre um retorno ao passado na relação direta do presente que prevê um futuro.

As futuras gerações devem saber o que foi dito sobre esse objeto que, sendo tomado como ponto de referência para esses sujeitos. Portanto, o memorável não apenas institui aquilo que é da ordem do “todos sabem”, mas é uma rede de sentidos que todos devem preservar, na condição de ser parte constitutiva do grupo e do sujeito. É neste sentido que retomamos as palavras de Orlandi (2012b, p. 59): por esses gestos o sujeito *produz* um passado. (grifo nosso). A partir dessas afirmações, nosso trajeto analítico, no próximo capítulo, se dá com a discussão em torno do objeto memorável, na perspectiva da AD e depois, seguimos na revisitação dos fatos históricos que colocaram a referida guerra como um evento ou acontecimento memorável, pela escrita da história e pelo real da língua, no texto de Verissimo.

CAPÍTULO III

O EVENTO MEMORÁVEL

1.1- O tempo e a guerra: a guerra no tempo

[...] Muitos foram os oficiais e soldados que deu para as lutas de que esta Província tem sido teatro, e pode-se dizer sem exagero que não houve geração que não tivesse visto pelo menos uma guerra. [...] O que passou e mais vale esquecido do que lembrado, pois uma luta fatricida é mil vezes mais horrenda do que as guerras entre as nações. (Trecho de uma das edições do *Almanaque* de Santa Fé – VERISSIMO, 2004, p. 11)

A cidade ficcional de Santa Fé³⁰, no capítulo que analisamos, é palco de vários conflitos armados e de lutas interpessoais constantes. Na epígrafe acima, destacamos a forma como o Dr. Nepumoceno coloca em uma das edições do *Almanaque* o modo bravo que os gaúchos teriam defendido o solo de Santa Fé: solo, suor e sangue parecem constituir o imaginário da cidade e daqueles que a habitam. No trecho acima é apontada a relação memória e esquecimento, tratando da questão Farroupilha, como sendo a maior de todas

³⁰ Podemos dizer que, a construção discursiva do objeto memorável Guerra do Paraguai, na narrativa de Verissimo, se faz conhecer pelas memórias do personagem Florêncio Terra, em seu retorno das lutas em solo paraguaio. Ao retornar, porém, destacamos; não é só ele que tem memórias de guerra – a guerra também acontece como extensão na própria cidade, entre as demais personagens e no imaginário já construído de heroísmo e bravura, de defesa do solo e da luta pelo RS. Sobre tal afirmação, trataremos a seguir, neste e no próximo capítulo.

as lutas que os santa-fenezes teriam já travado naquele contexto, até a então referida Guerra do Paraguai.

O imaginário de guerra e entrega aos deveres pátrios (inseridos no regional) são constitutivos de toda a narrativa de *O tempo e o vento*. Assim, trabalhamos neste capítulo com o episódio Guerra do Paraguai na história, na sua temporalidade, em sua narrativa institucional autorizada pela ciência histórica, entendida como história oficial, portanto, datada e documentada; também os modos como enquanto acontecimento histórico e, como a mesma guerra torna-se acontecimento discursivo, ou seja, na perspectiva da AD, é espaço de produção de efeitos de sentidos diferentes daqueles institucionalizados pela história oficial. Assim, discutimos as relações entre o acontecimento na história e na AD, possibilitando a compreensão das condições exteriores que constroem e interferem na narrativa literária, na construção de discursos outros, dos quais Erico Veríssimo em sua posição sujeito-autor, responsabiliza-se. Para tanto, surge a necessidade de esclarecimento do modo como concebemos o texto em AD, haja vista ser esse o nosso vestígio para a análise. Neste caso, tratamos de uma obra ficcional, portanto, pensamos o texto não como um objeto empírico (com início, meio e fim); o trabalhamos em AD, enquanto unidade simbólica, em sua discursividade, na organização da relação entre língua/história e sujeito/mundo. Neste sentido, um texto nunca é uma unidade fechada, bem como não fala por si mesmo, pois, se as palavras significam, elas também falham. O texto é o espaço da materialidade dessas contradições; logo, em AD:

Consideramos o texto não apenas como um “dado” linguístico (com suas marcas, organização, etc.), mas como “fato” discursivo, trazendo a memória para a consideração dos elementos submetidos a análise. São os fatos que nos permitem chegar à memória da língua: desse modo podemos compreender como o texto funciona, enquanto objeto simbólico. (ORLANDI, 2012b, p. 69-70).

Enquanto fato discursivo, o texto como materialidade ideológica³¹ (Pêcheux, 1997), provoca o desdobramento das discursividades. Ora, se os discursos também não são objetos empíricos, mas, efeitos de sentido entre locutores, a AD trabalha com a materialidade da linguagem sob dois aspectos: o linguístico e o histórico; o sujeito, neste sentido, é lugar de significação historicamente constituído. (Orlandi, 2001, p. 37).

Assim, se por um lado tomamos a obra enquanto um texto, logo como uma peça, na relação língua/histórica, sujeito/mundo; por outro buscamos entender como esse discurso funciona, como atualiza e ressoa na atualidade, ou seja, como um acontecimento discursivo. A noção de acontecimento discursivo para Orlandi (2012b) funciona no encontro de uma memória e uma atualidade, ou seja, no encontro entre aquilo que fez sentido em outro lugar, em outras condições e aquilo que se enuncia.

Já para Indursky (2011), a ruptura com a repetibilidade/repetição que produz um novo discurso identificando, desidentificando ou contraidentificando os sujeitos, é um acontecimento discursivo. Nesse sentido, entendemos o evento Guerra do Paraguai, pela literatura, portanto acontecimento ficcional, como um espaço de mobilização de sentidos, pois, mesmo que haja certa regularização, como explicitaremos a seguir, há também, como nos afirma Indursky (idem), a “movência” dos mesmos discursos, ainda que em pequeno grau, portanto, um acontecimento discursivo; bem como no confronto entre a repetição e a regularização, como defende P. Achard (1999).

Ora, como evento histórico, a referida guerra foi o maior conflito armado que o Brasil participou, gerando inclusive, graves perdas econômicas e humanas, que com seis anos de combate deu origem ao pacto denominado Tríplice Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai que, derrotando o Paraguai, estabelecem acordos políticos e comerciais. O discurso de bravura dos brasileiros combatentes é enaltecido na obra literária analisada, no entanto, há

³¹ Em sua *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux (1997) diz não buscar resolver a questão entre ideologia, inconsciente e discursividade, mas sim, que determinada formação discursiva é *margeada* por exterioridades que a constituem, *aquilo que aí é estritamente não-formulável*. (grifo nosso)

um deslocamento – não mais aparece a visão do quadro nacional, mas do local – são os gaúchos que se destacam no combate e, é do Rio Grande do Sul que saem as tropas para compor o exército. Neste sentido Pesavento (2003) nos diz que:

Nação e região são comunidades simbólicas de sentido que operam no âmbito do imaginário. Como tal, correspondem a um sistema de representantes sociais, construídos historicamente e que se expressam por discursos, imagens e práticas. [...] Mais ainda [...], participam da construção da realidade, uma vez que partilham deste núcleo de investimento original que faz com que as pessoas enxerguem o mundo, as relações sociais e a si próprias de uma determinada maneira. (PESAVENTO, 2003, p. 209).

Como comunidades simbólicas, as noções de região e nação se deslocam para o espaço sulino, mais especificamente, no caso da obra, na cidade de Santa Fé. O espaço ficcional da cidade é representativo do quadro psicologicamente desgastante que uma guerra pode causar nos habitantes, é nela que os sujeitos falam das lutas, das dores e angústias provocadas. A cidade ficcional de Santa Fé torna-se palco onde se desenrolam os efeitos da guerra, onde a memória retorna e significa o presente vivido dos seus cidadãos, sobretudo na figura do personagem Florêncio, a princípio e depois, no medo de Bibiana de que Licurgo, como todos os homens, tenha que ir à guerra também. O espaço é, neste sentido, uma materialidade dos desejos de luta, da coragem, mas também dos medos e insegurança, vejamos:

SD 1

Durante aqueles cinco anos de campanha, Santa Fé não apenas estacionara: mostrava mesmo sinais de decadência. As obras da igreja nova, iniciadas em 1863, foram interrompidas por falta de dinheiro e de braços. Os homens válidos da vila estavam em terras do Paraguai – em cima dela lutando ou debaixo dela apodrecendo. (...). Ninguém tinha vontade de se divertir nem ânimo para cantar, dançar ou brincar, sabendo que parentes e amigos estavam na guerra. (...). (VERISSIMO, 2004, p. 171)

A notícia do final do conflito é uma das novidades que alegra os personagens, no entanto, logo que anunciada, é também notada como mais um boato, uma inverdade. Novamente os ânimos se definham, a cidade deixa de ser alegre e festiva para dar espaço ao choro e luto. Mas, um fato acontece e é significativo na narrativa de Verissimo – o retorno do sujeito-personagem Florêncio. A volta de um homem do conflito traz uma série de acontecimentos que contribuem para a construção do imaginário social, pois marca uma nova possibilidade – nem todos morreriam. E mais, apenas um homem valente poderia ter passado por tantos horrores e retornado. O pai e homem Florêncio desempenha papel central nas lembranças de guerra que toda a sua comunidade possui, mesmo que não tenha sido reconhecido pela mulher num primeiro momento e pela filha caçula, que chora e o renega.

Assim, uma boa parte do capítulo analisado trata das memórias que o “herói” faz ressurgir na sua chegada. Neste sentido, ele reitera a noção de bravura já colocada por Ana Terra – a perseverança, mas também o ideário de todo o grupo, o imaginário do que seria um homem digno de ser recebido em sua terra. Essa presentificação de um passado vivido é reforçada ainda na visita de Florêncio à sepultura do pai, momento no qual as sensações se misturam tanto que “trazia ainda nas ventas o cheiro da guerra: suor de homem e de cavalo misturado com cheiro de pus, de podridão e morte”. (VERISSIMO, 2004, p. 176). As lembranças de guerra fazem com que ele reviva os momentos que, passando longe de casa, desejou sentir o cheiro daqueles campos, daquela terra, ou seja, há o desejo intenso de pertencer ao espaço, de estar nele e com ele morrer. Essa atitude de apego não aparece na figura da mulher de Florêncio – Ondina. Mesmo na sua chegada, ela apenas o acompanha, não se mostra assustada, demora entender tudo aquilo, depois chora e abraça-o. Em quatro anos de espera pelo marido sempre tivera a certeza de sua volta, mas sem nenhum atropelo, sem grandes emoções.

Os esquecimentos e lembranças do sujeito-personagem Florêncio podem ser explicados em AD naquilo que Orlandi (1996) nos coloca como a necessidade de esquecer para poder lembrar. Antes, é preciso destacar a

incompletude dos discursos uma vez que, não há sentido que não seja silêncio, logo; “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”. (ORLANDI, 1997, p.12). Neste sentido, o passado é tomado não apenas como uma lembrança que retorna, mas como um objeto de idealização, ou como nos diz Venturini (2009):

[...] as sociedades, ao longo de sua história, elaboraram para si um sistema articulado de ideias e imagens, de representações coletivas, por meio das quais se constituem as redes de identificação, que se articulam por meio de um imaginário social que inclui uma visão do passado tomado como ideal, em cuja esteira se materializa um discurso centralizado em personagens idealizadas, criadas a partir da rememoração (recordação) e da comemoração (celebração). (VENTURINI, 2009, p. 83)

Segundo Venturini (2009), portanto, a construção de um passado ideal permite a efetivação dos processos de identificação dos sujeitos a determinados personagens ou eventos, na medida em que esses, em contato com o espaço e valores desses sujeitos comemorados, criam laços de pertencimento, de identificação; logo, os sujeitos comemorados tornam-se pontos de referência para os interlocutores. Assim, para que se tenha essa filiação ao passado, é preciso esquecer-se, selecionar memórias e então ser lembrado como digno, corajoso, valente, possuidor de um passado, de tradição. Essa relação entre o passado ideal e o presente vivido, traz a tona a ideia de pertencimento, de construção de um processo de identificação que une o sujeito ao seu espaço e ao grupo no qual está inserido.

Mas nem tudo deve ser lembrado, pois há a necessidade de esquecer, de apagar certas memórias para que aquelas selecionadas ideologicamente e de modo inconsciente pelo sujeito, adquiram sentido não só para ele, mas na coletividade: “isso porque os sujeitos (se) significam a realidade social e natural em determinadas condições e a partir de um saber discursivo, uma memória que se faz pela filiação a uma rede de sentidos, historicamente determinados e politicamente significados”. (ORLANDI, 2001, p.142).

Na narrativa de Verissimo, através do personagem Florêncio, há presença de apagamentos e silêncios, pois, para que esse passado pudesse ser tomado como ideal, há a necessidade de apagar certos fatos, como por exemplo, a noção de “voluntários” na composição do exército. Na obra essa possibilidade é destacada na demanda de “seis corpos de voluntários” gaúchos, sendo que esses homens, longe de ser “patriotas”, como pode ressoar na obra literária; foram recrutados por um decreto, forçados pelo uso da violência para que servissem, numa faixa etária que, em tempos de combate variava de 18 a 65 anos de idade. Segundo Chiavenatto (1979), aqueles que aderiram por vontade própria, foram poucos. Criaram-se até mesmo grupos de oficiais para prender recrutas para o serviço militar aos quais o governo pagava uma pequena quantia, além de custear as despesas como fornecimento de algemas, armas e às vezes, transporte. Além disso, eram prometidas terras aos brancos que desejassem compor o corpo e aos negros era dada a promessa de liberdade, o que sem dúvida, foi um bom negócio para os senhores que foram indenizados por lhes fornecerem ao governo.

Esses silenciamentos são sinais de uma possibilidade de “poder e não poder dizer”, numa relação sócio-histórica, ou como nos diz Orlandi (1997, p. 75-76), que define uma política do silêncio na qual ao dizer apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis: “o silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer”. Portanto, há no discurso analisado na obra, o apagamento dos sentidos em torno da palavra *voluntário* que, no contexto oficial da guerra foi reiterada ainda como *voluntários da pátria*; ou seja, fortalecendo o laço de nacionalismo dos sujeitos no dever de defesa da nação. Mas não só. A cidade ficcional de Santa Fé é mais que o espaço de memórias de Florêncio Terra, é a projeção de um futuro e um passado de toda família Terra Cambará. No capítulo antecedente, “O Sobrado – V” são relatadas as experiências da família diante da Revolta Federalista, em 1895, ou seja, a Santa Fé futura; mas que não muda nada daquela que o sujeito-autor descreve nas próximas páginas:

SD 2

Dirige o olhar pesado de sono para a praça, que uma luz pálida começa a iluminar. As árvores, os telhados e a terra estão úmidos de rocío e prateados de geada. Lá do outro lado continuam fechadas as janelas e as portas do edifício da Intendência. Nenhum galo canta. Não se enxerga viva alma nas redondezas do Sobrado. Santa Fé parece uma cidade de taperas. (VERISSIMO, 2004, p. 162)

A cidade, aos olhos do personagem Licurgo é a mesma descrita no imaginário da guerra do Paraguai: fria, vazia e triste. A tapera, termo usado, principalmente no sul do Brasil, serve para designar um espaço não mais habitado, em ruínas, esquecido. Há, no discurso do narrador, uma posição de desassossego do personagem diante da paisagem que contempla, sinalizando para a memória ainda presente de uma cidade alegre e festiva que estacionara com a guerra. Porém, a vaguidão com que passa o tempo da cidade não é a mesma para os habitantes do Sobrado, pois, no interior do casarão os acontecimentos são contínuos, assim como o movimento da cadeira de balanço de Bibiana. Assim, “a cidade é organização, é injunção a trajetos, a vias, a repartições, a programas, a traçados e tratados. Do ponto de vista simbólico, entretanto, organização e desorganização se acompanham [...]” (ORLANDI, 1998, s.p.)

Na relação entre organização e desorganização, a cidade pelo viés discursivo, atrela, liga o sujeito ao social, é assim que acontecimentos de fora da casa (Sobrado) servem de base para que as lutas internas apareçam e se fortaleçam cada vez mais. O tempo, mais que cronológico e linear, é uma densidade vaga, preenchida pelos acontecimentos, é mais um tempo mitológico, nas aventuras e embates das personagens que residem no Sobrado ou que habitam a exterioridade dele.

Mas não só. Pode-se dizer que existem muitas guerras que preenchem a narrativa: guerras reais, revoltas e revoluções; a guerra do Paraguai; a Revolução Federalista; a Farroupilha; a guerra ideológica sobre o nascimento de uma república no lugar da monarquia; as guerras familiares e por fim as guerras pessoais. No capítulo intitulado “A guerra”, que numa primeira leitura

parece tratar do evento Guerra do Paraguai, existem todas as guerras. “A memória revivifica-se, portanto, num campo de experiência aberto à recordação e às expectativas, horizonte que a recebe como herança e como um imperativo de transmissão [...]”. (CATROGA, 2001, p. 28). O palco é o mesmo. As memórias dos habitantes do Sobrado fazem ressurgir os espaços e as lutas narradas e lembradas, não sendo possível descartar nenhuma delas do presente deles e, que se amarra a um passado digno de lembrar. É uma rede de memórias que se cruza pelas falhas, pelas faltas e pelos silêncios.

O passado, tomado como exemplo, coordena as ações das personagens e as leva a rememorar, a tomar o espaço da casa e da cidade como locais de preservação e imortalidade de uma memória que os identifica, que os eterniza em sua grandeza e glória de Terra-Cambará. No intervir dessas memórias que os dignificam nada pode manchar a honra, todos sabem, todos veem; são construídos laços de pertencimento ao passado, coragem no presente e espera de um futuro que agregue essas temporalidades.

As façanhas de guerra são reiteradas na pessoa de Florêncio, mas é um passado próximo que não lhe traz nenhum prazer, e ao contrário do que todos afirmam na cidade, não é digno de honra. Passado glorioso para a personagem é aquele rememorado aos pés da sepultura do pai – homem valente, trabalhador, não amigo da guerra, mas nunca covarde também, não escapando jamais de uma boa briga. Como já proposto anteriormente, o personagem Florêncio foge à tradição do herói por um lado, mas por outro filia-se à ela. Sobre isso trabalharemos mais especificamente a seguir, na sequência de nossa análise, na próxima subseção.

Por hora, destacamos que ser (ou parecer) “herói” exige dele uma tamanha força na superação dos seus próprios obstáculos, desde os mais simples, como o não reconhecimento por parte da filha caçula e o choro desconcertante de Ondina, a esposa. Seu retorno marca uma nova temporalidade e outro olhar sobre as guerras – existem sobreviventes. Porém, maior que todas as suas lutas no campo, maior que o desejo de voltar e até mesmo aquele que sentira quando pensou por um minuto em desertar, é o fato

de carregar muletas. É um inválido. Portanto, a posição-sujeito de Florêncio como sobrevivente de guerra, tem em seu retorno, um deslize de sentidos, num confronto com a formação discursiva na qual ele deve estar filiado, assim, para Pêcheux (1997, p. 168), “[...] uma FD existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas FDs, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas que colocam em jogo novas formações ideológicas”. O sentimento de pertença ao grupo que desde sempre lhe ensinara todos os preceitos para um bom homem, é anulado. Suas inquietações se cruzam com suas memórias e afinal surge a grande problemática que tanto o incomoda, como o faz Bibiana também: *para que tudo isso? Ao contrário do herói mítico, Florêncio Terra não tem nenhuma coroa a receber.*

O deslize dos sentidos no domínio do herói nos faz adiantar a noção posta por Orlandi (2012b) – no encontro entre uma memória e uma atualidade; e Indursky (2011) – na ruptura da repetibilidade e que, produz um novo discurso; no que se refere ao acontecimento discursivo pode ser destacada na referida obra literária, uma vez que, os discursos que se tem da guerra são pertencentes a uma determinada FD – de que homens não voltavam vivos de um conflito daquela proporção – no entanto, esse discurso deriva para outro: se valente como Florêncio, o homem pode voltar à sua terra e nela ser recebido, acolhido pelos seus. Essa movência de sentidos possibilita novas interpretações, já que “um acontecimento não para de produzir sentidos”. (ORLANDI, 2012b, p. 58). Ainda há uma ruptura na concepção do que é um homem nas terras rio-grandenses.

Nesse sentido, Licurgo, personagem posterior nas lutas em defesa do solo de Santa Fé, mesmo na idade de 15 anos e se adequando aos parâmetros que deviam ser seguidos para ser considerado já um homem, como possuir uma faca, ter barbas e ter conhecido mulher; foge desse quadro quando não se diverte com essas mulheres, apenas as toma como uma “obrigação”, uma tarefa que deve ser cumprida e para que todos saibam que merece ser assim considerado.

Assim, a guerra não é vista apenas como algo trágico, mesmo custando a vida de muitos homens, choro e lamentações dos amigos e familiares – era sobretudo uma maneira de provar aos demais o valor de cada soldado, de cada homem que nela morria. São os efeitos de exterioridade, que na perspectiva discursiva, é lugar no qual o homem produz realidades pelos discursos, ou melhor:

[...] Sendo o real função das determinações históricas que constituem as condições de produção materiais e a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações, tal como elas se apresentam no discurso, ou seja, num processo de significação para o sujeito, constituído (ideologicamente) pelos esquecimentos.[...]. (ORLANDI, 1996, p. 39)

As origens de bravos guerreiros ressoam nos discursos postos pelos personagens de Verissimo, havendo a convocação do passado na ordem da experiência desses, passado glorioso e que deve ser lembrado. Logo, ao apagar os danos de uma guerra, outras formações discursivas se formam, confrontando com o estabelecido até então. Segundo Pesavento (2003):

[...] É preciso convencer que a vitória de uma causa é a consagração do princípio mais justo e a legitimação do mais apto. [...]. Ter um passado é ter raízes, é dizer e saber de onde vem um povo, qual o seu perfil e suas características, é poder inscrever o futuro no presente, é articular e compor temporalidades, podendo ler o passado desde o mesmo presente e poder salvar este passado para futuras gerações. (PESAVENTO, 2003, p. 211)

São essas memórias passadas que, na ordem do vivido do grupo, como práticas, tornam-se simbólicas e memoradas. Mas, elas deixam de ser apenas uma memória, um já dito e esquecido que retorna presentificando-se, sendo, sobretudo, a necessidade de eleger um determinado evento ou sujeito como um objeto simbólico digno de memória. Logo, o acontecimento Guerra do Paraguai, na literatura de Erico Verissimo constitui-se um percurso para entendermos como funcionam as redes de sentido, as memórias, o interdiscurso e a ideologia, numa relação entre sujeito/mundo/história. Sendo esses discursos a materialidade da ideologia, o sujeito é o lugar de

interpretação, pelo viés da identificação. (Orlandi, 2012b, p. 85). Mas, para que isso tudo seja possível, nos aproximamos das condições de produção da guerra enquanto acontecimento histórico, como um dos maiores conflitos armado dos quais o Brasil já teve participação.

3.2 A guerra no tempo: o que se conhece da Guerra do Paraguai

[...] Um acontecimento histórico de pesadas consequências, que daria nova dimensão à história desta parte do planeta [...]. (MOTA, 1995, p. 244)

Pensar a Guerra do Paraguai enquanto um acontecimento discursivo nos leva também a questionar as especificidades da ciência histórica na medida em que aquele que historiciza determinado evento também está, na perspectiva que adotamos, inscrito pela ordem do simbólico, nas formações ideológicas e discursivas. Assim, a escrita histórica, a partir dos *Analles*³² e Nova História não é mais aquela que se fundamenta nas fontes oficiais, documentais; a “verdade” não é responsabilidade do historiador, tampouco do documento. Há, a partir da 3ª geração dos *Analles* uma nova abordagem: não mais o grande evento, não mais o factual, mas novas formas de se narrar determinado acontecimento. O historiador, nesse sentido, não tem a obrigação de uma verdade “escondida” nas fontes, mas sim as suas interpretações, seus modos de ver e analisar os vestígios e, então, na especificidade do método histórico, preencher os vazios que os mesmos podem deixar, pressupondo e valorizando as suas escolhas, na relação de entrecruzamento das temporalidades passado e presente, ou nas longas e curtas durações.

³² A reviravolta na História aconteceu na união de historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre na então denominada *Revista dos Analles*. Esses dois autores constituem a primeira geração dos *Analles*, que desejavam sobretudo uma aproximação da História com as demais ciências sociais e a problematização das fontes. Depois chamado *Escola dos Analles*, o grupo contou com Fernand Braudel, que mais uma vez instaura modificações nos modos de ver e entender a História, propondo inovações no conceito de tempo histórico – não mais a totalidade dos acontecimentos, mas, a curta e longa duração, ou seja, aumentando as possibilidades de estudo da relação entre tempo/espaço/homem. Além, disso, a segunda geração, sob a liderança de Braudel, desenvolve o estudo das estruturas, alargando a noção de fonte e posição do historiador (BURKE, 1997; REIS, 2004)

Na relação de entremeio com a História, podemos dizer que, ao historicizar determinado acontecimento, o historiador assume uma posição em seu discurso e assim, pode, de acordo com as condições materiais de existência dessa documentação, produzir uma análise efetiva. Mesmo que sucintamente essas questões devem ser postas para esclarecimento de que, neste trabalho, escolhemos – como também faz o historiador – as possibilidades de abordagens que nos possibilitam “um caminho” entre tantos outros, na compreensão do que pode ter sido a Guerra do Paraguai, na historiografia.

Na historiografia sobre a referida guerra, pode-se afirmar que praticamente a unanimidade dos autores concorda ser o conflito, o grande acontecimento na história da América Latina, bem como de maior duração no continente americano. Seu início deu-se, segundo Salles (1990, p. 09), em 11 de novembro de 1864, na tomada do vapor brasileiro Marquês de Olinda pelos paraguaios, até 01 de março de 1870, na morte de Solano Lopez, no Cerro Corá. Assim, são seis anos de batalhas, de mortes, epidemias e fome que assolaram o Paraguai, deixando-lhe apenas as desolações de uma sociedade que perdeu sua população masculina em torno de 95%. (SALLES, 1990)

Ainda nas considerações de Salles (1990), a Guerra do Paraguai foi inserida em um contexto em que outras reivindicações sócio-econômicas e políticas, sobretudo, culminariam no conflito de renome no país. Assim, era o momento de expansão do capitalismo britânico na região platina e a situação política brasileira, ao contrário da maioria dos países europeus, consolidava um império, o que ia contra os desejos expansionistas. Os entraves entre Argentina, Uruguai e Brasil os uniram na Tríplice Aliança, contra aquilo que faria do Paraguai seu maior inimigo: a autosuficiência. (SALLES, 1990, p. 09)

O Uruguai, recém saído de uma guerra civil, a partir do momento que entra na guerra, começa também a perder forças, pois não há condições de manutenção de um exército no conflito, além de que sofria com as fortes oposições internas quanto a sua participação. A Argentina, por sua vez, vivia um clima de instabilidade política e social, haja vista a centralização do poder nas mãos de uma burguesia de Buenos Aires, lutando contra os ideais dos

principais estancieiros das demais províncias. O problema se agrava, a medida que essas lutas internas aumentam, há uma baixa gradativa no efetivo militar – dos 25 mil soldados postos em armas no início do conflito, estavam apenas 4 mil em 1869, em solo paraguaio. Mas nem tudo lhe foi dado como dano: foi a maior fornecedora das tropas da Tríplice Aliança. (SALLES, 1990).

Para situar o Brasil no conflito, trazemos as considerações feitas por Mota (1995), em sua análise sobre os possíveis silêncios em torno da guerra, aos 130 anos comemorativos após a luta armada. Entre outras motivações para que o Brasil entrasse no conflito, segundo o autor, coloca-se, sobretudo, o processo de abolição da escravatura e a formação de um exército nacional. Nas considerações de Mota (1995), as relações comerciais entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai agravaram-se contra o Paraguai e a guerra estaria assim situada como:

[...] processo histórico de definições e redefinições da geografia política e econômica sul-americana. [...]. Questões de fronteira, problemas de navegação nos dois grandes rios da região (Paraná e Paraguai), abertura ao comércio exterior, migrações, caudilhismo e coronelismo, regimes escravagistas, confrontos étnicos e culturais, tudo se misturava nesse meado de século, naquela região. (MOTA, 1995, p. 249)

Sobre as lutas internas pelos limites e definições na economia e na política brasileira, Salles (1990) destaca que as condições eram favoráveis à participação do país, pois, havia acabado a última das revoluções contra o governo imperial, era portanto, necessário um investimento e organização do poder para que a população se acalmasse. A saída foi a entrada no conflito, ao custo de altos investimentos, tanto material como humano³³; e se todo o país se mobilizou, apenas algumas regiões específicas foram afetadas diretamente, principalmente no sul do Brasil. Quanto à participação dos sulinos no conflito, aponta Mota (1995, p. 49): “no caso do Rio Grande do Sul [...] foi a província

³³ Segundo Mota (1990), não foram apenas os escravos que participaram da guerra direta, mas sim a população indígena, numa estimativa de composição de 64.000 homens que, sendo esquecidos pela história não aparecem na maior parte da historiografia de guerra. Esses, nas palavras do autor, são *memórias esquecidas*, pela história tradicional. (grifo nosso)

que mais contribuiu, em termos de material humano, para o esforço da guerra”. Segundo os autores que aqui referenciamos, os saldos e números da guerra, bem como o censo da população da época não é tão certo, pois ainda não havia medições exatas, apenas algumas estimativas. O primeiro censo aconteceu somente em 1872, ou seja, depois do término da guerra. (MOTA, 1995, p. 11).

Mesmo com problemas políticos e econômicos nos países da Tríplice Aliança, contando com um exército formado por homens livres, escravos e ex-escravos, índios e outros, esses foram vencedores. Tendo duração de seis anos, a guerra foi um período de enormes gastos, de prejuízos e perdas, principalmente humanas. Segundo Salles (1995), alguns autores estimam em torno de 80.000 homens no exército paraguaio; só na primeira fase. Esse número caiu para 20.000, na medida em que, as forças da Tríplice Aliança fechavam em torno de 30.000 homens, sendo que a maioria dos combatentes era composta por brasileiros. Perdendo muitos soldados em combate, o Paraguai iniciou a campanha de recrutamento de homens, sendo a idade de 10 ou 12 anos até os 60, ou seja, a maior parte da população. No final da guerra, segundo Salles (1995, p. 11), um total de 95% da população masculina, no Paraguai, foi dizimada no conflito. (SALLES, 1995).

Para o Brasil, os saldos de perdas e danos não foram tão grandes quanto ao Paraguai, porém, sofreu com o esgotamento das finanças públicas e o crescente endividamento aos bancos ingleses. Mas, com o final da guerra, o Brasil acelerou os processos de instauração da República (1889) e na abolição da escravatura, um ano antes (1888), ou seja, o ideal anterior ao conflito que previa a estabilidade política do país é conseguido depois da organização de um exército nacional, hegemônico, ao contrário daqueles provincianos existentes até a referida guerra. A partir dessas considerações, na interface com a história, a seguir analisamos como o herói e a cidade, funcionam como modos de eleger e materializar esse passado de guerra e, como esses, no discurso, deslizam e transferem sentidos construindo um imaginário.

3.3 A viagem e o retorno do herói: na guerra/na cidade

Além disso, não precisamos correr sozinhos o risco da aventura, pois os heróis de todos os tempos a enfrentaram antes de nós. O labirinto é conhecido em toda a sua extensão. Temos apenas de seguir a trilha do herói, e lá, onde temíamos encontrar algo abominável, encontraremos um deus. E lá, onde esperávamos matar alguém, mataremos a nós mesmos. Onde imaginávamos viajar para longe, iremos ter ao centro da nossa própria existência. E lá, onde pensávamos estar sós, estaremos na companhia do mundo todo. (CAMPBELL, 1991, p. 137)

Toda viagem tem um trajeto a ser cumprido. Aquele que viaja pode ir ao encontro de algo, pode seguir na tentativa de conseguir um objetivo, encontrar alguém importante, ou ainda, apenas seguir, sem destino. Viajante que trilha caminhos nem sempre simples de se atravessar, obstáculos necessários para que o seu itinerário seja, de fato, cumprido. Desde as mais antigas narrativas há a necessidade de composição de um viajante. Ele não só segue o destino já traçado, como às vezes, o modifica. O viajante, então, assume outra posição, é um herói. Sua presença é constante na história da literatura, é ele que define a estrutura daquilo que é narrado, como princípio estrategicamente organizado, reproduzindo, até certo ponto, o sistema social no qual está inserido. (KHOTE, 1985, p. 09)

Segundo Khote (1985), nas narrativas ocidentais, o herói sempre foi escolhido dentre a classe alta, numa tentativa de demonstrar poder e a própria hierarquia social de determinada época. Seguem assim, as divisões clássicas: herói épico, trágico, pícaro, baixo, alto, cômico, moderno, entre outros. Trabalhamos aqui somente com os dois primeiros: o trágico e o épico. Como exemplos desses heróis, o autor destaca Aquiles, guerreiro conhecido por sua força e esperteza, mas que sendo humilhado por Agamêmnon, perde amigos, sua escrava preferida e por fim é barbarizado pela morte de Heitor. Aquiles, depois da decepção com o rei Agamêmnon jura não mais lutar por ninguém

mais que por si mesmo, deseja conhecer e superar seus próprios limites. Vai, mas retorna sempre ao mesmo local.

Além disso, outro herói conhecido na literatura universal, segundo o autor, é Odisseu ou Ulisses, portador de todas as características de um herói: forte, destemido, desejante de conhecer o destino e sábio. Tróia é a cidade sitiada pelos gregos, sendo que suas muralhas são, até então inatingíveis. É da cidade forte que sai o herói e viaja por ambientes desconhecidos, enfrentando toda sorte de obstáculos, conhece monstros temerosos, viaja ao submundo, enfrenta a dor da partida, a força da magia e ainda, na sua chegada, o não reconhecimento por parte do filho. Mas, ao final da narrativa, supera-se.

Édipo, ao contrário, tem o destino trágico determinado pelo oráculo de Delfos. É a partir de sua condição de parricida já prevista que segue ao encontro de seu triste destino. Não há modos de fugir do seu fim, tudo está antecipadamente organizado, e de rei amado e querido por todos, torna-se um pária para a sociedade. Deve ser excomungado, e não seguido jamais como modelo de homem. Segundo Khoté (1985) o herói trágico tem origem nos sacrifícios de animais para expiação de pecados, portanto, pode ser entendido como “bode expiatório”, por isso ao fim de qualquer narrativa trágica ele expõe suas maledicências, e o destino, com o poder que lhe é conferido como imutável, o castiga. Esse sofrimento que lhe é imputado não tem apenas um caráter de correção, mas também como forma de auto-reconhecimento, numa espécie de reconciliação interior. (KHOTE, 1985, p. 12-13)

O herói épico, (como Ulisses) resume em si todas as vontades e características do povo que representa. No caso de Ulisses e Heitor, por exemplo, são eles que definem o que é Tróia na história, são eles a materialização de todos os troianos, daí a importância de seu sofrimento, de suas façanhas, mas também de seu retorno. Eles não podem morrer, mas, se isso for necessário, deve ser com honra, com bravura, por uma causa que seja considerada nobre. É a narrativa dos grandes feitos. Assim, segundo Khoté (1985), as narrativas tanto as trágicas como as epopéias, são perpassadas pela ideologia, não são apenas a tessitura de um grande feito – são

representativas de um modo de pensar, de agir e ser na história de determinada sociedade. Para melhor explicitar sua posição teórica diz sobre Ilíada:

[...] a obra de Homero, nascida grandemente sob o signo da ideologia, foi se tornando mais arte à medida que morria a classe social que a inspirou. [...] estes eram aí considerados descendentes desses heróis, que por sua vez, eram apresentados como descendentes dos deuses, completando assim um ciclo de legitimação da aristocracia à base de um direito divino. [...] (KHOTE, 1985, p. 18)

Essas relações determinam a interferência de aspectos até então exteriores à narrativa. Seriam as suas condições de produção, sua relação com o real, com a história e com o mundo, mas aqui, defendemos nossa posição, a obra não é apenas o espelho de uma época, ela é produção determinada por certas condições histórico-sociais e culturais que a fazem ser desse modo e não de outro, portanto, uma obra literária, como texto dado a ler e interpretar, não é algo vazio de ideologia. De Certeau (2013), no mesmo sentido, define essa relação na construção do herói: “A construção da imagem efetua-se a partir de elementos semânticos. Desta maneira, para indicar no herói a fonte divina de sua ação e da heroicidade de suas virtudes, a vida do santo, frequentemente lhe dá uma origem nobre”. (DE CERTEAU, 2013, p. 297). A posição social daquele que é escolhido como representativo dos valores de uma determinada sociedade, em um período específico, não é, portanto, uma escolha aleatória. Ela está carregada de sentidos, de significados e sobre a função do herói, Campbell (1991) destaca:

O objetivo moral é o de salvar um povo, ou uma pessoa, ou defender uma idéia. O herói se sacrifica por algo, aí está a moralidade da coisa. Mas, de outro ponto de vista, é claro, você poderia dizer que a idéia pela qual ele se sacrificou não merecia tal gesto. E um julgamento baseado numa outra posição, mas que não anula o heroísmo intrínseco da proeza praticada. (CAMPBELL, 1991, p. 141)

Homem nobre, o herói tende a ir além das condições de todos, é único. Suas ações não são justificadas pelas suas necessidades, mas convergem

para o desejo de todos, na defesa e busca de algo que é coletivo. Isso lhe confere a obrigação de façanhas, de obras grandiosas, sempre seguindo a lógica da ida e do retorno. É a eterna viagem, a busca pelo desconhecido e desejado. Segundo Campbell (1991, p. 137), “mesmo nos romances populares, o protagonista é um herói ou uma heroína que descobriu ou realizou alguma coisa além do nível normal das realizações ou da experiência. O herói é alguém que deu a própria vida por algo maior que ele mesmo”. São essas condições que marcam a importância do herói na história da literatura, que garantem seu espaço e mobilizam sentidos em torno dessa construção.

No caso de nosso objeto de análise, na obra “*O tempo e o vento*” destacamos no capítulo V, *A guerra*, a personagem Florêncio Terra, como uma construção possível de herói. No capítulo analisado, como já dissemos, trabalhamos com o real textualizado na obra, portanto, seus regimes de historicidade. O tema guerra é presente, em toda trilogia de Veríssimo, sendo uma das condições necessárias para que as personagens, de fato, cumpram suas funções enquanto pertencentes ao espaço do Rio Grande do Sul, não sendo apenas as guerras oficiais, mas as lutas e conflitos pessoais travadas na rua, na vila ou mesmo no interior do Sobrado. A partir dos pressupostos colocados pela teoria mobilizada acima por Kholer (1985), De Certeau (2013), Campbell (1991), Miceli (1989), e a AD, destacamos alguns pontos necessários na compreensão dos modos como o significante herói sinaliza para sentidos outros na referida obra de Veríssimo. Para tanto, evidenciamos a construção de um imaginário social como:

[...] construções mentais que dão significado a mundo e que permitem a identificação, o reconhecimento, a classificação e a atribuição de valor à realidade. Mais ainda, podemos avançar nesta linha de entendimento e dizer que participam da construção da realidade, uma vez que partilham deste núcleo de investimento original que faz com que as pessoas enxerguem o mundo, as relações sociais e a si próprias de uma determinada maneira. (PESAVENTO, 2003, p. 211)

É o imaginário que compõe as imagens que devem ser tomadas como exemplo a ser seguido ou excluído do social. Nesse sentido, as idéias que se

constroem em torno de uma época ou de uma sociedade, até mesmo de certas pessoas ou de eventos específicos, são colocadas como necessárias na constituição de uma memória que se tem sobre tal acontecimento, pessoa ou evento, para a sua manutenção como possível, como real vivido, digno de sua existência. No trecho da obra analisada temos como evento desencadeador de um imaginário a Guerra do Paraguai, que na história dita oficial, teria sido o maior conflito armado do qual o Brasil participou. Esse evento, na discursividade do texto, mostra-se como algo grandioso, como uma guerra sem fim, da qual não voltam homens vivos. Não há, na narrativa, a descrição dos conflitos na referida guerra, portanto, podemos dizer que a dimensão dela se dá na ordem do imaginário, textualizado pelas personagens, principalmente por Florêncio Terra.

O personagem Florêncio, como todos os demais “voluntários”³⁴, fora obrigado a lutar, não sendo de sua vontade, pois apenas a cidade de Santa Fé teria formado seis corpos desses para a batalha. Logo, a palavra “*voluntário*” só funciona no discurso produzido pelos personagens porque há a relação com a história, ou melhor, com os rastros dela, no regime de historicidade, pois é uma “retomada que traz consigo um espaço de memórias que ecoa em seu discurso”. (INDURSKY, 2013, p. 91). Num desses corpos de voluntários, Florêncio segue. Entre todas as personagens masculinas que estão presentes na narrativa, é dele que se exige a façanha de ir, vencer e voltar. Para isso, pensamos aqui sua origem: não qualquer homem, mas um representante da família Terra – traço condutor de toda trama. Não há nobreza na sua origem, mas um ideal de bravura, de força e de história que deve ser preservada na cidade.

Esse mesmo desejo em mostrar bravura e destreza em defesa do solo gaúcho que apaga outras memórias: Florêncio não quis ir à guerra, só fez isso

³⁴ A palavra “voluntários”, como já destacamos anteriormente, é questionada, pois, segundo a história tradicional [oficial], essas pessoas teriam “voluntariamente” aceitado a condição de luta pelo Brasil na defesa dos ideais nacionais, no entanto, discutimos na análise, os termos de obrigatoriedade que foram emitidos pelo governo. Trabalhamos na possibilidade de que no início foram convocados os homens para compor exército, mas depois, com o agravamento da situação, mulheres e até mesmo crianças participaram como voluntários. Ver Chiavenatto (1979; 1983)

pelo código de honra que permeia o imaginário simbólico textualizado na narrativa. O pré-construído, o elemento constitutivo do interdiscurso (constituído por todas as FDs), apresenta no interior dele mesmo (interdiscurso), “todos os sentidos que lhe foram atribuídos. Para que o pré-construído seja dotado de um e não de todos os sentidos, ele deve passar pelo filtro de uma FD”. (INDURSKY, 2013, p. 100)

Já a personagem Ana Terra é força primeira e presente nas ações de todas as demais gerações dos Terras, depois adicionada por ideais dos Cambarás, o que ressoa na personagem de Florêncio Terra. A chegada de Florêncio traz à cidade a sensação do novo, do estranho, marcando uma temporalidade diferente daquela que se vivera ali desde o início da guerra.

SD 3

Foi naquele quente e abafado dezembro de 1869 que chegaram de volta à Santa Fé alguns voluntários que a guerra deixara inválidos. Entre eles estava Florêncio Terra, que recebera um balaço no joelho. Desceu da carroça apoiado em muletas. Estava tão barbudo, tão magro e sujo, que a própria mulher não o reconheceu no primeiro momento. Ficaram os dois frente a frente, parados, mudos, a olhar estupidamente um para o outro. De repente ela se atirou nos braços de seu homem e desatou o choro. (VERISSIMO, 2004, p. 173)

Como herói, num ideário de guerra, o sujeito-personagem Florêncio Terra inaugura um novo discurso, uma nova rede de efeitos de sentidos, uma vez que instaura um rompimento naquilo que se esperava de todos os homens que iam às guerras. Assim, como ele é pertencente à família Terra, há o interdiscurso que funciona e faz significar o passado: Florêncio volta, porque é neto de Ana Terra. Esse ressoar de um passado ideal é trabalho da memória discursiva, pois: “a memória em análise de discurso, refere ao saber discursivo, ao fato de que todo dizer se produz sobre um já dito. Todo dizer é assim já um gesto de interpretação, uma posição, entre outras, em relação a uma memória”. (ORLANDI, 2012b, p. 171).

Assim, ressoam os sentidos de que em seu sangue há bravura, certa teimosia que o impede de perder e até mesmo de desertar, desejo que em certo momento o persegue. Seu retorno marca ainda a possibilidade de um reconhecimento por parte do conhecido por todos. É a cidade de Santa Fé que o espera, são os seus compatriotas que contemplam sua chegada, mesmo que pese sobre ele o fardo de agora ser um “inválido”. As muletas ressoam também como suporte, como ajuda. E isso, instaura um efeito de sentido que não aparece explícito, mas sinaliza para o apagamento das condições necessárias aceitáveis a um homem do sul: forte, corajoso e destemido, filiado à FD existente.

Uma das características do típico herói grego, como já apontamos, é a força de seu destino que, por mais que lute ao contrário dele, não consegue fugir. Florêncio quando convocado diz à mulher que se não morrera da peste que assombrou a região naquele período, por certo morreria na guerra. Mas, pelo destino, isso não acontece e ele volta à cidade. Só no seu retorno sabemos de suas façanhas, lutas e obstáculos travados no solo do Paraguai. Em sua viagem, há todos os percalços e provas pelas quais os heróis devem passar e eles retornam pelas memórias do sujeito-personagem:

SD 4

[...] Tinha passado o diabo naquela guerra, onde não só se morria varado de bala, de baioneta ou lança, mas também de tifo e de câmara de sangue. Tinha visto coisas de arrepiar. E a idéia de que com suas próprias mãos matara outros homens – pessoas que ele nem conhecia e que antes não lhe tinham feito nenhum mal – deixava-o perturbado, com a sensação de ter cometido vários crimes. Trazia ainda nas ventas o cheiro da guerra: suor de homem e de cavalo misturado com cheiro de pus, de podridão e morte. Não se livrara ainda das muquiranas que trouxera das trincheiras e dos acampamentos. (VERISSIMO, 2004, p. 176)

A guerra, no discurso do sujeito-personagem, pelo ressoar de suas memórias, é o maior de todos os acontecimentos. Distanciando-se da cidade e ingressando na viagem que lhe é imputada como prova de coragem, Florêncio sente a falta dos seus, da família e da cidade que o faz ser, na relação com os

demais. Existe, nesta SD, a idéia que se tem de uma guerra nos moldes daquela que se travou no Paraguai, logo, podemos dizer, de acordo com Orlandi (1996, p. 69) que pela função-autor Verissimo “consegue formular, no interior do formulável, e se constitui, com seu enunciado, numa história de formulações”, ou seja, dentro das possibilidades do que é uma guerra e suas trincheiras, o autor nos mostra outra guerra. A guerra que, na sua posição autor, se faz necessária e interpretável ao seu leitor.

Mesmo retornando da guerra, saindo das trincheiras, Florêncio traz nele as muquiranas. Animais que se apegam e não desgrudam facilmente da pele, as muquiranas sinalizam para efeitos de sentido de que as memórias também não o deixam em paz, não se separam dele. São as imagens da guerra já terminada que compõe o seu presente, e no retorno, compõe o seu imaginário, pois como representante de todos os santa-fenezes, ele deve lembrá-la e fazê-la retornar sempre como atual. A imagem do animal preso a Florêncio nos faz pensar nos pressupostos feitos por Orlandi (2012b, p. 93), que o corpo do sujeito está investido de sentidos, e “o sujeito relaciona-se com seu corpo já atravessado por uma memória, pelo discurso social que o significa, pela maneira como ele se individualiza”. Assim, podemos dizer que a muquirana está presa a ele assim como suas memórias estão ali, presentificando o retorno ainda com os ares de guerra. O personagem Florêncio, neste sentido, não se separa do ideal de guerreiro, mesmo usando as muletas. As idéias de persistência e apego são partes constitutivas do imaginário criado pelas narrativas do sul, assim como estão descritas na obra que analisamos, pelos movimentos de paráfrase.

Segundo Pesavento (2003) os limites entre o real e o imaginado são fundamentais para que o imaginário se construa:

Naturalmente, não se quer dizer que sejam verdadeiros, pois todo processo de construção “imaginária” do social não é o reflexo da realidade. Entretanto, o imaginário se expressa por representações que recolhem do social, elementos que permitem o reconhecimento, trabalhando-os para vertê-los em sua formulação positivada e agregadora. No caso em pauta, a recorrência a rusticidade, à guerra, à qualidades físicas e às noções particulares de honra dão a

pensar em certo senso comum a visualização do sul.
(PESAVENTO, 2003, p. 223)

Na construção do imaginário atuam as condições históricas, as experiências dos sujeitos que o produzem, as suas crenças, suas formas de ver e entender suas experiências em relação ao tempo e ao espaço. Daí, depreendemos que não é o sujeito sozinho que produz essas condições necessárias, mas sim o coletivo, na escolha (inconsciente) daquilo que deve compor esse imaginário, fazendo sempre presente um passado que retorna por essa construção, na necessidade de memória.

Silveira (2004, p. 24), analisando a construção do imaginário gaúcho, pela via de Erico Verissimo, afirma a necessidade de pensar o imaginário com o conhecimento das “suas evoluções e suas transformações, sempre determinado pela historicidade e pela exterioridade, onde as condições de produção são determinantes na construção da imagem do gaúcho, seja ele um herói ou um não-herói”. Essa perspectiva da autora é apontada por ela como uma urgência de relações entre o velho e o novo, nas quais, “a produção dos efeitos de sentidos depende desse batimento”. Portanto, o imaginário, na perspectiva que adotamos não funciona como espelhamento, mas como construção, como relação entre a linguagem, o simbólico e o político.

Mas, pelo gesto de interpretação sobre o ingresso de Florêncio na guerra, ressoa seu não agrado em participar dela. O conflito não lhe é honroso, não cumpre suas ansiedades, seus desejos. Pelo cruzamento da história, podemos interpretar que ele compunha um dos corpos de “voluntários”, o que sinaliza para os soldados recrutados a força pelo exército brasileiro. Seus desassossegos são intensos na guerra, aos quais temos acesso pelas suas memórias destacadas na SD acima; mas na são menores no seu retorno. Assim, quando visita as sepulturas, desconcerta-se diante da lembrança do avô Maneco Terra, e essa presença presente pela memória do avô, o pune, o faz pensar.

SD 5

Saiu a visitar outras sepulturas, e ao ver a própria sombra no chão – um homem de muletas com perna dura e o pé no ar – começou a pensar em que talvez no futuro ele viesse a ser conhecido na vila como o “Florêncio Pepé”. [...] Florêncio teve a sensação de que todos os amigos que possuía no mundo estavam mortos. Pior que isso: tinham-se matado uns aos outros. Meu lugar é aqui no cemitério – pensou. Eu também estou morto. [...] (VERISSIMO, 2004, p. 178).

É, pois, no encontro das condições interiores (do discurso, funcionando) e pela história, como exterioridade, que o imaginário de guerra se constrói na narrativa. Os sujeitos que se inscrevem nessa construção, o fazem pelas suas formações ideológicas e discursivas e, é na memória discursiva, pelo interdiscurso que os sentidos ora se estabilizam, ora se movimentam, ou segundo Orlandi (2012b, p. 171); “[...] uma coisa ou outra – a estabilização ou a transformação – vai depender da natureza do gesto de interpretação produzido, da posição do sujeito em sua filiação ao interdiscurso”. A designação imaginada de “Florêncio Pepé” pelo personagem ao contemplar-se, sinaliza para nos leva a considerar aquilo que Orlandi (2012b) coloca como a relação entre o corpo do sujeito e a sociedade da qual ele faz parte:

Porque o corpo não escapa à determinação histórica, nem à interpelação ideológica do sujeito. O corpo não é infenso à ideologia. [...]. Ele funciona estruturado pelos modos de produção da vida material que condicionam o conjunto dos processos da vida social e política. (ORLANDI, 2012b, p. 95)

Assim, o incômodo da perna machucada será para Florêncio um problema que se agravará nas relações com os demais habitantes de Santa Fé, e, pelo funcionamento da memória discursiva, podemos dizer que para ele, perder os movimentos do corpo, ou tê-lo de certa forma atrofiado, seria uma morte. A morte também funciona como efeito de memória. Lugar dos mortos, o cemitério seria, nas condições do personagem, o seu lugar. Para Venturini (2009, p.93), [...] o sujeito e o discurso constituem-se na historicidade que movimenta os processos sociais. A origem dos saberes não está, portanto, no sujeito, pois na análise discursiva ele é *lugar* e se submete a práticas sociais”. (*grifo nosso*). Entre o lugar físico (cemitério – lugar dos mortos) e o lugar

simbólico do sujeito (no discurso), existe a mobilização dos sentidos, permitindo o deslize.

É nela que os desejos se acabam, assim como o corpo. É na morte que os nomes são esquecidos existindo, portanto, receio por parte do personagem de ser esquecido, de cair na falta de memória de seu nome Terra e de seus antecessores. É o desejo de lembrar, de ser eternizado que lhe ocorre em ser denominado como “Pepé” e não mais “Terra”.

Na chegada do sujeito-personagem Florêncio à Santa Fé e no encontro com os seus, há a presença de silêncios e falhas que abrem para a não completude da linguagem e sua não transparência. Vejamos:

SD 6

Ondina não dizia palavra. [...] Florêncio que, tanta saudade sentira de sua terra naqueles anos de ausência, agora nem sequer olhava para as casas. [...]. Quando chegou à praça, fez alto e olhou primeiro para a figueira e depois para o Sobrado. [...]. Florêncio sentiu um aperto no coração. Lembrou-se de Bolívar, de Bibiana, de Luzia e todo o passado pareceu cair sobre ele como cinza fria. [...]. (VERISSIMO, 2004, p. 174

O passeio que Florêncio faz pela cidade assim que chega da guerra, antes de voltar para sua casa pode ser entendido como uma necessidade de revisitar as suas lembranças que haviam sido postas de lado no momento que ingressara no corpo de soldados no Paraguai. Seu olhar pela cidade ao descer do carro, é a vista panorâmica de suas memórias que se cruzam: passado glorioso e feliz, junto a um presente que o condiciona a posição de homem inapto às lidas. O silêncio de Ondina, sua mulher, é espécie de acordo para com os seus sofrimentos. Assim, o que parece não fazer sentido, marca a narrativa e permite que os efeitos de sentido sejam produzidos, já que “as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras”, segundo Orlandi (2001, p. 11). Esse silêncio é espaço de falhas, de aparentes vazios no

discurso, na significação, no entanto é, a necessidade que se estabelece entre o dizer e a história, como real significado pelo simbólico. “É silêncio significante”, (ORLANDI, 2001, p. 23). Assim, se o sentido atravessa as palavras, Ondina cala e Florêncio apenas olha a cidade, sem nada dizer. O “nada”, em sua observação, não é vazio. É espaço para que as memórias do passado retornem e que se misturem à sua ansiedade diante daquilo que vê, buscando nesse tempo de outrora as condições para resistir.

Figueira e Sobrado constituem a função de recuperar as memórias desse tempo. Funcionam como domínios que o integram ao espaço e ao imaginário já construído pelos habitantes da cidade e pela família Terra. Figueira e Sobrado são assim, partes constitutivas da existência das gerações passadas e das futuras, como se atravessassem o tempo e permanecessem sempre lá, intocáveis. Assim, “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes que se alojam na memória”. (ORLANDI, 2012, p.43). A amarra ao passado, pela repetição dos domínios figueira e Sobrado, funciona discursivamente como umas das características que compõe o estilo do homem rio-grandense, ou seja, sinaliza para uma determinada FI e FD, que instaura efeitos de multiplicidade nos ditos e não-ditos pelos personagens. Em sua posição sujeito-autor, Verissimo (2004) traz para a obra, não só a trama da família Terra-Cambará, mas todo o modo de pensar e ser que constitui o imaginário sobre o Rio Grande. Logo, segundo Orlandi (2012a, p. 42), a imagem, nesse sentido, é “o confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições”, e ao imaginário. Para melhor compreendermos a constituição do imaginário, tratamos a seguir da historicidade e efeitos de sentidos construídos em torno da palavra cidade. Iniciamos nosso trajeto sob a discussão de Le Goff (1998) e então, num gesto de interpretação, analisamos a cidade ficcional de Santa Fé, na obra de Verissimo, pelo viés da AD.

3.4- Um olhar sobre as cidades: Santa Fé e o espaço urbano³⁵

Os sentimentos mais genuinamente humanos logo se desumanizam na cidade. (QUEIROS, 1990)

Desde a Idade Média e a queda do Feudalismo como sistema de organização social, política, econômica e cultural; a vila tornou-se o centro das atenções. A princípio aquele que, cansado das obrigações postas pelo sistema feudal e pelo poder instituído nas mãos e na figura representativa do senhor, abandonou as cercanias do castelo e do manso senhorial; foi denominado “vilão”. Esse homem, mesmo sendo livre, não consegue desligar-se do seu senhor, pois a ele não é dado o direito de compra da terra – riqueza primordial daquele sistema, apenas seu uso em troca de proteção e trabalho. A “villa”, segundo Le Goff, (1998, p. 12), torna-se assim, o centro dos grandes domínios, “é um domínio com um prédio principal que pertence ao senhor; em consequência, é um centro de poder, não apenas de poder econômico, mas também de poder em geral (...). O poder, no sentido posto por Le Goff (1998) ainda é centralizado nas mãos do senhor feudal, já que só a partir do século XII que o termo “civitas” deixa de parecer e a “ville” entra em cena.

As cidades, ou “urbs” (LE GOFF, 1998, p. 12), expandem-se. Não mais cercadas por fortes e densas muralhas para proteção dos inimigos, não mais com vigias situados nos pontos mais altos do castelo, mas agora, como centros comerciais. A feira e o banqueiro (homens que distribuem moedas diversas sobre bancos de madeira para melhor visualização dos passantes, daí a palavra “banqueiro”) marcam o início do processo de urbanização, pois são eles que promovem não só a troca de moedas diversas, de comércio, cobrança de juros e outras funções delegadas às companhias mercantis, mas também como propulsores de trocas culturais. Dessas trocas, no processo de

³⁵ Na composição de nosso corpus analítico, tanto o termo *cidade* quanto o termo *vila* aparecem para significar o espaço ficcional de Santa Fé, na medida em que temos essas duas palavras que a nomeiam no capítulo V – *A guerra*, e nos dois volumes de *O Continente*, Santa Fé ora é designada como vila, ora como cidade. Além disso, vale repetir, a cidade de Santa Fé aqui tratada é da ordem do ficcional, cidade imaginária que funciona discursivamente na obra de Verissimo (2004).

urbanização, derivou o termo sociabilidade, ou melhor, a urbanidade. (LE GOFF, 1998, p. 14)

Para Pesavento (2004), as cidades têm um funcionamento desde os mais antigos relatos bíblicos, mas por esse mesmo motivo, sempre foram locais de disputa, motivo de discórdia e tragédias constantes. Tragédia, para a autora, remonta ainda à Grécia Antiga, mais precisamente nas personagens trágicas Creonte (polis) e Antígona (natureza), ou seja, há a tensão inicial entre duas áreas totalmente distintas: o campo e a cidade. Quanto ao discurso bíblico, segundo Pesavento (2004), a inveja de Caim o fizera matar o irmão Abel, e depois do acontecimento, numa relação de desagrado e desobediência a Deus, fora o primeiro a construir uma cidade – Henoc, num processo de separação com o sagrado. Henoc torna-se, portanto, lugar de emancipação humana, mas do distanciamento divino. O campo seria a representação do atraso, do sagrado, da natureza. A cidade, por sua vez, é a cultura, o profano, local de produção humana, não natural. Assim:

Do mito e da tragédia grega ao texto bíblico, a cidade aparece como tensão entre o sagrado e o profano, entre a cultura e a natureza, entre o público e o privado, entre o individual e o coletivo, entre a ordem e a desordem, ou ainda como *topos* de manifestação da alteridade e da gerência do conflito. (PESAVENTO, 2004, p. 173)

Essas relações postas por Pesavento (2004) e Le Goff (1998) nos levam a pensar as considerações quanto ao espaço urbano na AD, numa interface com a história. Pensar sobre essas relações nos põe diante de mais uma problemática levantada pelo historiador: desde as cidades antigas, houve a necessidade de organização dos centros, deixando para as margens tudo que não servia como padrão de cultura, de “urbanidade”. É assim que surge a noção de periferia, de espaço deslocado do centro e que deve ser restrito aos seus ocupantes, àqueles que se identificam com esse espaço, fora dos olhos do grande centro. Mas, mesmo distante do centro, essas margens estão configuradas ao espaço da cidade, pois são as mesmas leis que regem ambas, de forma diferenciada, mas ao mesmo tempo num sentido de igualdade, de homogeneidade.

O centro é parte da periferia, na mesma medida em que Le Goff (1998), coloca como exemplo material a disposição dos cemitérios – fora da cidade – cidade dos mortos; centro – cidade dos vivos, do movimento. Ora, com o passar do tempo, essas configurações mudaram, e houve então a aproximação entre os dois espaços, a cidade dos mortos e a dos vivos aos poucos integram-se; o centro e a periferia se unem, se completam. A nova cidade conjuga os dois espaços e os diferentes sujeitos que neles habitam. A partir da historicidade do significativo cidade, a AD trabalha justamente com essa perspectiva: espaço do múltiplo e do único, do coletivo e do individual, público e privado.

Essas relações são possíveis, em AD, na materialidade da linguagem, na produção de discursos e sentidos; mais especificamente no entrecruzamento do homem/língua/história. Segundo Orlandi (2004a, p. 11), “todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida, cruzam-se no espaço da cidade”. No espaço de heterogeneidade, entendido como urbano, os corpos dos sujeitos materializam as relações entre o próprio sujeito e o espaço, numa espécie de atrelagem no qual “o corpo social e o corpo urbano formam um só”. (ORLANDI, 2004a, p. 12)

A cidade, portanto, na teoria que adotamos, significa a partir da inscrição do sujeito; como um espaço não vazio, como lugar de dizeres e de silêncios, de produção de discursos. Esses discursos são, textualizados na cidade. Na posição sujeito autor da qual enuncia Veríssimo (2004) descreve pelas suas personagens a cidade de Santa Fé. que:

SD 7

A vila de santa fé, cabeça da comarca de São Borja, e da qual temos a desvanecedora honra de ser o primeiro juiz de direito, é uma das flores mais formosas do vergel serrano. Situada sobre três colinas e cercada de campinas onduladas, lembra ela ao viandante, singelo mas gracioso presepe. Prodigamente dotada pela natureza, seus bons ares e suas cristalinas águas são propícios a longevidade, razão pela qual, muitos de seus habitantes, em geral de costumes morigerados, passam dos noventa anos, [...]. (VERISSIMO, 2004, p. 10)

idade de
circulou

O Dr. Nepomuceno, benemérito juiz da cidade, vai além, destacando-se em seu discurso um sentimento de pertença à cidade, quase uma possessão, autodenominação que o liga, que o une aos demais habitantes, uma espécie de acordo coletivo inconsciente. A cidade de Santa Fé torna-se o local de pureza, de beleza natural que prolonga os dias de seus habitantes – é a cidade em sua forma natural, ideal. Os homens (sujeitos em AD) que a preenchem, porém, não são iguais. Nela circulam sujeitos distintos, em suas diferentes formas de ser e conceber a si mesmo e aos outros, com diferentes modos de significar o mesmo espaço. Nesse sentido, a cidade constitui-se como lugar da homogeneidade, mas também da diferença. Do mesmo e do outro. Espaço lacunar, contínuo, sendo sempre preenchido na produção de efeitos de sentidos construídos pelos sujeitos que a significam, que a textualizam em seus movimentos, mas também nas suas cesuras, na fala e no silêncio. (ORLANDI, 2004).

O termo utilizado pelo juiz chamando atenção para a beleza da cidade aos “viandantes” aponta para uma das colocações feitas por Silveira (2004), na qual a autora discute o movimento dos efeitos de sentido sobre o gaúcho³⁶. Não mais o gaúcho a cavalo, como centauro dos pampas, mas o gaúcho a pé, que sinaliza para o deslocamento dos sentidos na construção do imaginário sobre o homem designado como gaúcho. Há, portanto, na SD acima, um deslize de sentidos que, na relação com a memória (como interdiscurso) funciona de modo a agregar ao espaço descrito pelo juiz a todos aqueles que desejarem ali se fixar, ou conhecer, instaurando a ruptura nos domínios até então postos sobre o espaço simbólico e físico, como defende a autora.

³⁶ Em sua tese de doutorado, Silveira (2004) destaca que como analista dos discursos sobre a constituição do imaginário sobre o gaúcho, não se prende à idéia de que é gaúcho *todo aquele que habita o Rio Grande do Sul*; nem àquele que é *fazendeiro ou estancieiro*, tampouco à designação pejorativa de gaúcho como *ladrão* ou *saqueador*, ou ainda como uma *raça*. Sua análise leva em consideração “*o gaúcho enquanto sujeito que habita nosso imaginário social: um tipo regional de brasileiro que conquistou espaço físico e simbólico [...]*”. (SILVEIRA, 2004, 144). (grifos nossos)

Essas considerações nos conduzem a pensar sobre a noção de lugar em AD, não sendo apenas um espaço físico ocupado por determinados sujeitos, mas, nesse sentido, pensar o lugar, segundo Scherer (2008), é também pensá-lo em seus domínios e fronteiras, nos seus modos de repetições tomadas por regularidades; de suas formulações, e de certa regularização, sendo, portanto, um “lugar de formulação, produção e circulação de discurso e de lugar”. (SCHERER, 2008, p. 132). Seria, assim, um “entre-lugar”, espaço de falhas, de lacunas; não sendo pleno e saturado, mas simbólico e histórico, sempre constante e mutável, aberto a deslocamentos e fragmentações. É assim que na SD abaixo temos a colocação do pronome possessivo *nossa* vila para situar a posição-sujeito do enunciador, numa relação de divisão com aqueles que se autoidentificam como santa-fenezes, pois, o juiz, em seu discurso afirma não ser dali *por nascimento*, mas *de coração*. Pelo interdiscurso compreendemos a abertura do simbólico, ou seja, a inserção desse sujeito pelo discurso, num espaço que vai além da estrutura física, sendo, portanto, advindo do histórico, logo, incompleto e pronto a deslizes e nova

SD 8

[...] Nossa vila (e aqui peço vênica para usar o possessivo *nossa*, uma vez que me considero um santa-feneze de coração se não de nascimento) tem pago pesado tributo de sangue e heroísmo no altar da pátria. Muitos foram os oficiais e soldados que deu para as lutas de que esta Província tem sido teatro, e pode-se dizer, sem exagero que não houve geração que não tivesse visto pelo menos uma guerra. (VERISSIMO, 2004, p. 11)

Não só natural e dona de uma longevidade para os seus, Santa Fé é local de heróis. Lugar de homens valentes e honrados – ela é palco das lutas. A cidade é o teatro onde se desenrolam as mais ferozes batalhas, onde o sangue é parte dos seus laços de filiação. Nesse sentido, podemos dizer, a partir de Orlandi (2004a), que pensar a cidade, em AD, é compreender sua materialidade discursiva, pois, “o que caracteriza o espaço significante da cidade é o fato de se metaforizar ou não a questão da quantidade”. Logo, não é o tamanho geográfico, físico dela que significa, mas sim o que se diz nela/dela, quais os sentidos produzidos pelos sujeitos que a habitam, como a

discursivizam. É no discurso e efeitos de sentidos produzidos que aparece (ou não) a idéia de pertença ao espaço. Deslocar-se ou integrar-se ao corpo da cidade, movimentos que apontam para a posição do sujeito, e para as suas filiações, identificações, contraidentificações e desidentificações, às formações ideológicas e discursivas. O sentimento de pertencimento a esse espaço é textualizado na obra e significa, pois, como nos aponta Orlandi (2004):

[...] esse sujeito, por sua vez, como está produzindo sentidos na cidade – textualizando sua relação com objetos simbólicos nesse mundo particular do urbano – vai produzir uma realidade que é estruturada de tal maneira que nos vai dar, enquanto analistas, uma imagem do texto, do acontecimento urbano, que é histórica e que se apresenta com seus vestígios. (ORLANDI, 2004a, p. 28)

Enquanto na formação ideológica temos o pré-construído de que todo homem que se identifique como gaúcho deve defender a pátria³⁷, sem medo e com honra. Como analistas dos discursos produzidos na obra literária de Veríssimo, adotamos em nosso dispositivo analítico, a noção posta por Michel Pêcheux (1997, p. 176), como formação discursiva (FD), ou seja, aquilo que se pode e não se pode dizer, ou melhor, “uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem como características colocar o ‘dito’ e em conseqüência rejeitar o ‘não-dito’”. É a partir da noção de FD que destacamos as possibilidades de sentidos e dizeres que constituem a cidade de Santa Fé, pois, nem todos os seus habitantes-personagens a significam como o Dr. Nepomuceno. Ele, o juiz, seria aquele sujeito apontado pelo próprio Pêcheux como o que se identifica com a FD corrente na cidade – espaço ideal e mágico. Mas nem todos agregam esses mesmos valores à cidade.

A chegada de Luzia, não só perturba a cidade tão calma e sem grandes novidades, mas também permite novos discursos, novas FDs que virão se

³⁷ Segundo Silveira (2004, p. 259), o termo pátria, ou ainda, *patricios*, é recorrente na literatura sobre o gaúcho e o segundo, designa “aquele que habita o estado do rio Grande do Sul (coestaduano) e que toma o estado como sua pátria”. Sobre essas relações trataremos especificamente no capítulo IV.

cruzar com aquela que seria comum entre os santa-fenezes. A personagem Luzia então abala de certa forma, a tranquilidade do espaço e, ao mesmo tempo em que as personagens produzem discursos, elas também significam essa chegada pelo silêncio. Nesse sentido Orlandi (1997, 37) afirma que “[...] um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então o homem abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala. Atulha o espaço de sons e cria a idéia de silêncio como vazio, como falta”. Diante disso, a autora aponta para a fala e o silêncio como sentidos que se completam, inseparáveis, sendo que a falha, a falta e ausência é aspecto necessário para a produção dos sentidos, que se constituem na fala, no discurso.

SD 9

[...] E durante muito tempo a neta de Aguinaldo Silva foi o assunto predileto das conversas da vila. As mulheres reparavam nos seus vestidos, nos seus penteados, nos seus “modos de cidade”, mas bisonhas, não tinham coragem de se aproximar da recém-chegada, tomadas duma grande timidez e duma sensação de inferioridade. [...]. Luzia era rica, bonita, tocava citara – instrumento que pouca gente ou ninguém ali na vila jamais ouvira -, sabia recitar versos, tinha bela caligrafia, e lia até livros. (...). Para alguns severos pais de família tudo aquilo que a forasteira era e tinha, constituía uma extravagância ostensiva que os deixava até meio afrontados. E quando viam Luzia metida nos seus vestidos de renda, cintura muito fina e saia rodada; quando aspiravam o perfume que emanava dela, não podiam fugir à impressão de que a neta do pernambucano era uma “mulher perdida” e, portanto, um exemplo perigoso para as moças do lugar. (VERISSIMO, 2004, p. 17)

Como mulher da cidade, Luzia, diferente daquelas que habitam a cidade de Santa Fé: castas, quietas e donas de casa reservadas – é considerada uma “mulher perdida”. A personagem Luzia, na sua posição de “mulher da cidade”, aparece como destoante das demais; é no espaço da vila, uma intrusa, cheia de maus costumes e de hábitos que não condizem com as santa-fenezes. O uso de vestidos elegantes, o hábito de ler e escrever, até mesmo seu perfume oferece ao lugar a sensação de estranheza, de insegurança. Ela é superior às demais. Há ainda na SD acima um espaço de falhas no discurso, no não-dito. Ao contrário de Luzia, as mulheres de Santa Fé, são *bisonhas*, isto é,

acanhadas, tímidas; portanto, não cidadinas, mas provincianas, interioranas. Logo, há o interdiscurso e o apagamento das FDs que circulam sobre as mulheres santa-fenezes – quietas, obedientes e dadas aos afazeres domésticos, não interferindo em assuntos maiores e muito menos tendo acesso a livros, que pelo domínio histórico sabemos serem por muito tempo vistos como caminhos para a perdição das moças de boas famílias.

A ideia de que a personagem seria um perigo para as moças de Santa Fé, pode ressoar como uma ameaça à boa índole, até porque Luzia não é dali, não faz parte daquela cidade. Isso não significa somente porque não é nascida na cidade, mas porque seus costumes e comportamento de mulher da cidade, não são bem vistos pelos demais, não há identificação entre ela e os santa-fenezes; ou seja, como sujeito que provisoriamente ocupa o lugar, Luzia destoa do imaginário social da cidade. Ela é a margem, a forasteira. Ela, nesse sentido, materializa a noção de contraidentificação posta por Pêcheux (1997), pois, como não se encontra no espaço da cidade e na convivência com os demais, refugia-se em casa e assume outra posição – é diferente e não faz questão nenhuma de filiar-se a FD comum aos demais, não se vê como uma santa-feneze; é, no discurso dos demais, uma “forasteira”.

Mas não é só Luzia que é estranha no local. Também há ali o médico alemão Dr. Winter. Acostumado aos ares da Alemanha, nos hábitos de leituras, teatro, estudos científicos e outros atrativos de uma cidade moderna, não consegue compreender porque teria aportado justamente ali, na cidade de Santa Fé. O sentimento de que não faz parte daquela terra é algo que não só o incomoda, mas que faz despertar certa admiração velada por Luzia, a única mulher da cidade que lhe parece mais acessível, mais próxima de seus costumes, de seu modo de viver citadino. Andando pelas ruas de Santa Fé, espaço delimitado por seu aspecto público, como local próprio daquilo que é dado a ver por todos, sente-se “fora do lugar”:

SD 10

[...] E o primeiro também que passeia sob este céu com essas roupas. E rindo o seu riso interior o Dr. Winter olhou para a própria silhueta no chão e teve mais que nunca consciência da maneira como estava vestido; a sobrecasaca de veludo, verde, as calças de xadrez preto-e-branco, muito ligadas às coxas e às pernas, e principalmente aquele chapéu alto, que era um dos grandes espetáculos de Santa Fé. Sabia que suas roupas davam o que falar. (...) (VERISSIMO, 2004, p. 37)

Sua quase impossibilidade de ater-se ao chão gaúcho, sua dúvida diante de um povo que destoa dos seus modos de conceber a própria existência, a consciência de que é estranho ali, o persegue. Logo, segundo Orlandi (1996, p. 49), “[...] Esse sujeito que se define como “posição” é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (interdiscurso), definindo-se em função de uma FD na relação com as demais”. Ao tentar identificar-se como pertencente à cidade de Santa Fé, Winter, não se separa de sua condição de alemão, marcando a posição de onde diz: não é dali. Mas, aos poucos e pela força do hábito, mesmo criticando veementemente a vida dos santa-fenezes, liga-se ao local, em certos aspectos, num processo de contraidentificação. A memória que possui quanto a uma cidade “civilizada”, não condiz com a realidade na qual situa-se:

SD 11

O cheiro de picumã e mofo – que ele tanto detestava, mas com o qual já começava a habituar-se – envolveu-o num abraço familiar. Winter acendeu o candeeiro, franzindo o nariz ao cheiro de sebo frio; brotou dele uma chama amarelenta e móvel, e aos poucos as coisas daquele quarto como que foram crescendo da sombra para fazer-lhe companhia: a cama-de-vento, a gamela de pau que lhe servia de bacia, o jarro de folha amassada, as cadeiras de palhinha, a estante com livros, a mesa de pinho, sebosa e guenza, com seus papeis, o tinteiro, o secador de louça e a pena de pato... As paredes caiadas estavam manchadas de umidade. Que contraste aquele ambiente oferecia quando Winter o comparava com os aposentos que tivera na Alemanha! (...)
(VERISSIMO, 2004, p. 38)

Santa Fé é uma caracterização dos efeitos de filiação e identificação do sujeito com as formações ideológicas e discursivas, sendo que se num primeiro momento o médico não “se encontra” na cidade, aos poucos a aceita e incorpora os modelos e padrões de vida ali constituídos. Assim, podemos

afirmar que, se num primeiro momento o médico não se identifica³⁸ à FD e FI que são comuns em Santa Fé, aos poucos, ele avança para uma contraidentificação, na resistência aos padrões estabelecidos naquela ordem social, mais precisamente naquelas formações ideológicas e discursivas.

Em sua condição de visitante na cidade, não se isola como Luzia, não se fecha, mas passeia, observa, vê e dá-se a ver, como observador e observado na/pela cidade. Nessa sua observação dos sujeitos e corpos que compõe a cidade Dr. Winter descreve o código de honra dos homens dali como muito apegados à honra, sendo “machos” e não sendo “cornos”. Outra característica que os dá é o fato de serem ligados aos cavalos de modo que, segundo Winter, chegam a trazer no semblante os traços eqüinos.

Essas analogias feitas pelo médico fazem parte do processo de tentativa de uma identificação com o lugar. Essa cidade descrita pelo sujeito-personagem Dr. Winter não tem nada de parecido com os salões da Alemanha, era rústica e simples, mas devia confessar, havia nela alguma coisa como uma espécie de feitiço que fazia com que as pessoas que por ali passassem não quisessem mais ir embora. (VERISSIMO, 2004, p. 48-49). A única coisa que o aproxima do imaginário de cidade que possuía antes de Santa Fé são as tocatas feitas por Luzia, seus modos de ver e entender as pessoas e o mundo, coisas que o deixava encantado.

Nesse sentido, podemos dizer que há um encontro entre as suas memórias alemãs e o seu viver no Rio Grande do Sul que o liga à cidade aos poucos, sem se dar conta, pois assume que também aprendia a gostar do lugar, sem desejar partir. É ali, no chão de Santa Fé que ele reconstrói seu perfil, ou melhor, há um confronto entre o imaginário que possui de homem e os santa-fenezes, ali é a honra que fala mais alto. É a palavra de um homem que não volta atrás. Na cidade são os carros que mobilizam sentidos de progresso e velocidade, de movimento e até mesmo de status de um homem, mas em Santa Fé não, ali, como em todo o Rio Grande do Sul são os cavalos. O cavalo faz parte do homem, não é dissociado dele. Winter chega a dizer que

³⁸ Para Pêcheux (1999) o processo de filiação dos sujeitos em formações ideológicas e discursivas passa por três momentos distintos, sendo eles: identificação, desidentificação e contraidentificação, conforme já explicitamos no capítulo anterior.

os homens dali tem o rosto quase equino. O cavalo também ressoa como liberdade, como possibilidade de ser livre de qualquer regra, de moldes e padrões estabelecidos por outros homens. Como afirma Pesavento, (2003) o olhar do europeu marca o gaúcho como ser nunca preso.

Personagem como nômade e vivendo “sem chefes, sem leis, sem polícia” com uma moral peculiar que os fazia respeitar só a propriedade do que os emprega ou os ajuda. Tipo arrojado, amante da briga, do jogo e da bebida, faz uma espécie de simbiose com o cavalo com o qual se desloca pelo pampa, com velocidade e destreza. (PESAVENTO, 2003, p. 113)

Esse modo de ver e compreender o gaúcho pode ser deslocado para a construção do imaginário da cidade na qual ele transita/habita. A posição do Dr. Winter, sinaliza para o que Orlandi (2004a), coloca como ponto de deriva, de deslocamento dos sentidos. Para a autora, as palavras são comuns, o que muda é os sentidos, os sujeitos e os discursos e se há o comum, não é o banal, “ele é o ponto necessário de conversão da quantidade própria da significação da cidade, do que é público, que metaforizado, permite ultrapassar o estereótipo, as idéias recebidas, como o irremediavelmente igual”. (ORLANDI, 2004a, p. 56). Cidade que, na perspectiva que adotamos, é constitutiva do corpo do sujeito, numa relação que os une e integra. Assim, a cidade ficcional de Santa Fé começa a ser composta no primeiro capítulo do volume que analisamos, de *O Continente - A Teiniágua*. Seria uma “descrição literária” da cidade, feita em exemplar do Almanaque pelo Dr. Nepumoceno.

O relato do juiz mostra as belezas naturais da cidade e também diz das relações entre os habitantes e as condições favoráveis à existência deles por um longo tempo. Mas não só. A cidade é lugar de bravos, de guerreiros, de homens honrados e destemidos. O gaúcho de Santa Fé tem uma espécie de contrato com a terra, defendê-la de modo que nenhum mal a ataque, fazendo isso com honra e coragem. Esse imaginário, segundo Pesavento:

[...] tem uma capacidade mágica de fazer o mundo existir desta ou daquela maneira, guiando e iluminando o olhar, dando existência à coisa nomeada e admirada. Sendo um universo

paralelo de sinais, o imaginário, como uma constelação de representações, tem a propriedade também de substituir ao mundo real, pois as pessoas fazem dele e nele a sua realidade. (PESAVENTO, 2003, p. 209)

A beleza da cidade construída no imaginário posto no Almanaque não é o mesmo de Dr. Winter, nem de Luzia e difere do imaginário de guerra. Parece ressoar nas palavras do juiz uma cidade imaginada, uma cidade idealizada em um passado que retorna e produz efeitos de sentidos outros, de acordo com as situações pelas quais a cidade passa e bem como as vivências de cada sujeito-personagem, como veremos a seguir. Essa idealização de Santa Fé é possível, daí a condição de ser uma “descrição literária”, segundo o sujeito-autor.

Como efeito de contradição entre o real e o imaginado, destacamos ainda mais uma vez a posição de Dr. Winter e entendemos o trajeto das referências à cidade de três formas: pelo santa-feneze (de nascimento ou por identificação, como Dr. Nepumoceno, Florêncio, Licurgo e a própria Bibiana), pelo sujeito que não se identifica (Luzia) e pelo olhar do outro, num processo de contra-identificação inicial, mas, que se encaminha para a identificação, que é o caso de Winter; para que assim, possamos nos ater no espaço da cidade como lugar de memória que traz em sua construção a presença constante das guerras (históricas e pessoais), na formação de um imaginário.

SD 12

A paisagem era civilizada, mas os homens não. Tinham rudes almas sem complexidade, e eram movidos por paixões primárias. A lida dos campos e das fazendas tornava-os ásperos e agressivos. Lidar com potros bravos, curar bicheiras, sangrar e carnear o gado, laçar, fazer tropas – eram atividades violentas que exigiam fortaleza não só de corpo como também de espírito. [...] Depois havia as guerras. Era raro uma geração que não visse pelo menos uma guerra ou uma revolução. [...] primitivas na estratégia e nos armamentos. Mas nem por isso eram menos brutais e cruéis que as guerras européias. (VERISSIMO, 2004, p. 47)

Na { Fé e aos que nela circulam o seu imaginário de civilização, de vida urbana, comparando-os sob todos os aspectos às suas experiências na Alemanha, aquilo que ele entende como vida cidadina. Seu olhar é daquele que vê, que observa e lhe atribui valores e significações no choque entre o seu real formulado pelas

lembranças, memórias de sua vida social em seu país de origem e as condições materiais que encontra nos espaços do outro. Diante disso, Orlandi (2004a, p. 61) afirma que na cidade, “organização e desorganização se acompanham”, ou seja, espaço de continuidade e de descontinuidade, deslocamentos e movimentos na produção dos efeitos de sentidos produzidos por sujeitos em suas diferentes posições. E, segundo a autora, essas relações sociais “são também relações de sentidos”, logo, “reprodução e ruptura”, na medida em que a “emergência das falas desorganizadas que significam lugares onde sentidos faltam, incidência de novos processos de significação que perturbam ao mesmo tempo a ordem do discurso e a organização social”. (ORLANDI, 2004a, p. 61).

Podemos dizer que é no espaço da cidade construído pelos sujeitos personagens na obra de Verissimo, que as falas de Winter e Luzia, mesmo parecendo desorganizadas, auxiliam na significação de Santa Fé. O que para ambos é uma diferença, uma oposição aos modelos de civilização que possuem; para os que ali nasceram, como as famílias Terra-Cambará, entre outras, é a raiz de suas vidas, a única forma de ser no mundo, não havendo possibilidades outras, em outros lugares. É na/pela cidade que as famílias principais da obra de Verissimo se reconhecem como dignos, como pertencentes à história, seja na cidade, na guerra, no casarão; seja na paz, na vitória, na derrota ou até mesmo na morte.

Defender esse espaço significa, nesse sentido, defender as raízes, as memórias, as ações e nomes memoráveis; incorporar esse amor pelo chão e defendê-lo de modo a assumir os perigos para si, tomando os acontecimentos nacionais como sendo de total responsabilidade da região, mais especificamente, no corpus que analisamos, da cidade ficcional de Santa Fé e de seus soldados e civis – nossa discussão no capítulo que segue. É na cidade, como espaço lacunar que os que ali aportam, mesmo provisoriamente, constroem e participam da construção coletiva do imaginário social.

CAPÍTULO IV

O BRASIL É O RIO GRANDE – ENTRE O NACIONAL E O REGIONAL

[...] no caso em pauta, a recorrência à rusticidade, à guerra, à qualidades físicas e as noções particulares de honra dão a pensar um certo senso comum de visualização do Sul. (PESAVENTO, 2003, p. 223)

4.1 – Nação e região – deslocamentos e memórias

A partir das questões apontadas no capítulo III, buscamos a análise de como há, em certa medida, o deslocamento da noção do nacional para o regional, de modo que a cidade de Santa Fé torna-se, pela produção de efeitos de sentidos e a construção de um imaginário, o Rio Grande do Sul e por extensão, o Brasil. Neste sentido, é preciso que destaquemos em um primeiro momento que o imaginário que tratamos não é consciente, mas sim, uma organização entre o que se diz sobre o acontecimento guerra do Paraguai e a participação dos gaúchos nela, no movimento dos efeitos de sentidos, na linguagem em sua incompletude e falhas.

Esses discursos que constituem as formações ideológicas e discursivas são aqueles produzidos pelos habitantes da cidade, mas também por aqueles que ali se refugiaram, ou se esconderam, como Luzia. Esta e Dr. Winter, em suas posições sujeito-personagem não identificadas com a FD e a FI de Santa Fé, constituem o olhar do outro, e esse, segundo Pesavento (2003) é elementar para a própria identificação e modos de filiação daqueles nascidos ali, ou ainda, como dissemos anteriormente, aqueles sujeitos que se integram ao corpo social da cidade, ao imaginário. Assim, podemos dizer que não são apenas os discursos dos santa-fenezes que compõe o espaço, mas é principalmente o olhar do outro, ou melhor, as posições-sujeito diferentes em

suas FIs daquelas do moradores de Santa Fé, que juntos, em suas disjunções e deslizes, compõe o simbólico.

[...] No jogo identitário, o olhar do outro compõe, em parte, um pouco daquilo que somos, mesmo que esta designação e qualificação atribuída se manifestem de forma estereotipada. A identificação, no caso, contribuía para a caracterização de uma certa “autonomia” ou a concepção própria de conduta com relação a uma autoridade central. (PESAVENTO, 2003, p. 215)

Nesse sentido, as formações ideológicas e discursivas são necessárias ao processo de construção de um imaginário que integra os sujeitos à cidade, a terra e aos seus. Na esteira de Pesavento (2003), podemos destacar a importância do olhar do outro, do estrangeiro que auxilia na formação desse imaginário e mais, como as redes de sentidos estabelecidas pelos sujeitos em seus movimentos pelo espaço através de discursos, formam a sociedade ideal, desejada por esses sujeitos. Assim, não há modos de afirmar um real que se preste a cópia, mas sim, a relação entre um passado glorioso, digno de ser lembrado que faz emergir laços de pertencimento no presente. Esse jogo entre o passado ideal e o presente desejante de uma idealização é fundamento para os trabalhos da memória e significação de um objeto memorável. Na textualidade que analisamos, as guerras, entre elas a Guerra do Paraguai, é retomada, por um lado, em suas dores, seus dissabores e prejuízos; mas, por outro lado, é essa mesma idéia de guerra que torna aqueles que nela se envolveram, dignos, lembrados, corajosos. Mesmo que não apareçam de forma explícita, significam pelo silêncio, pelo espaço lacunar.

(...) o silêncio é sentido contínuo, indistinto, horizonte possível da significação. A linguagem, mesmo em sua vocação à unicidade, ao completo, não tem como suturar o possível, porque não tem como não conviver com a falta, não tem como trabalhar (com) o silêncio. Isto justamente porque a linguagem é estrutura e acontecimento, tendo assim de existir na relação necessária com a história (e com o equívoco). (ORLANDI, 1996, p. 12)

Os efeitos de sentido em torno da referida guerra são possíveis pelo imaginário sustentado e sempre reconstruído pelos sujeitos que a elegeram como objeto memorável, mas também pela asserção às noções de nação e região. No capítulo que analisamos as referências ao nacional e local se cruzam, se atravessam e permitem o processo de construção identitária dos gaúchos, ou mais especificamente, dos santa-fenezes. Como já discutimos anteriormente, a cidade é palco de desdobramentos, de ações e reflexões em torno da guerra, mesmo que os conflitos aconteçam longe dali. Tomando para a cidade e para si a responsabilidade em ser defensor de Santa Fé e a extensão da pátria, é uma honra e um dever de qualquer santa-feneze a lutar pelas causas que julga necessária, até o fim. Em uma conversa entre Bibiana e o major de Santa Fé sobre as ações políticas da cidade e do império, na pessoa de Caxias, o último acrescenta: “- Vejo que muita gente nesta província ainda não esqueceu a Guerra dos Farrapos. É lamentável. Nesta hora devemos deixar de lado todas as questões regionais. O destino da pátria comum está em jogo”. (VERISSIMO, 2004, p. 218). Assim, há a construção do imaginário local que se instaura como modelador para que a narrativa se desenvolva, logo, pelo viés da AD, podemos dizer na esteira de Orlandi (2012a) que:

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (ORLANDI, 2012a, p. 33)

Há, portanto, um movimento que permite ao domínio guerra – uma multiplicidade de efeitos de sentido, na relação entre a luta em terras do Paraguai, como acontecimento acontecendo no presente do discurso, a memória da Guerra dos Farrapos, como passado próximo, e as guerras do sujeito-personagem Bibiana, lutando para manter suas idéias contrárias às inovações que um novo regime estabeleceria na sociedade.

Neste sentido, podemos destacar que ao contrário disso, as guerras, de modo geral, funcionam discursivamente na obra, não só como eventos regionais, mas unem o local ao nacional. São esses conflitos que integram as partes e o todo, ou seja, constroem uma unidade que liga os sujeitos ao imaginário social, tornando-os necessários ao projeto de nação que se pretende. É assim que, segundo Venturini (2009, p. 123), surgem as falhas e os equívocos, nos furos da linguagem, da ideologia e da contradição, ou melhor:

Esse funcionamento constitui a diferença entre o sujeito e o eu. O sujeito é clivado, dividido, descentrado, e o eu funciona pelo imaginário, a partir dos esquecimentos que o conduzem a entrar na ordem do imaginário, na ilusão de ser uma unidade completa. (VENTURINI, 2009, p. 123)

É nas falhas, nos espaços de contradição que emergem os apagamentos, pois, se a linguagem comunica, o silêncio também significa. Assim, na relação entre o passado e o presente, entre a língua e a história, os sujeitos-personagens da narrativa de *O tempo e o vento se significam* e, pela ilusão de unidade entre suas subjetividades e o que lhe é exterior, constroem o imaginário. A literatura de Verissimo é, então, um espaço de produção de sentidos e de memórias que se cruzam, se estabelecem, se confrontam. Logo, é pelo trabalho da memória que o evento Guerra do Paraguai, eleito como objeto memorável pelos sujeitos em suas diferentes posições; que se articulam, o passado – como ideal, honroso e digno, e o presente – na emergência de laços de pertencimento que agreguem esses mesmos sujeitos nas duas temporalidades.

O desejo de lembrar e preservar na memória esse objeto, tornando-o memorável, é parte de um estoque material, que seleciona o que se deseja e necessita ser lembrado pelo grupo para que as futuras gerações possam ter acesso ao objeto idealizado e a ilusão de pertencimento a ele. Segundo Venturini (2011), essas relações se dão pela língua na história e produzem ecos entre o passado, reconstruído no/ pelo discurso; e o presente, e

inscrevem os sujeitos em um futuro, projetando-lhes. A partir dessas premissas, destacamos a existência desses entrecruzamentos no trecho que analisamos na obra de Verissimo, pois nele, o acontecimento da guerra abre espaço para que outros efeitos de sentidos possam ser produzidos, fazendo movimentar a memória, emergindo os efeitos metafóricos, que por sua vez: “são base da constituição do significar, já que este movimento de transferência permite que o sujeito, no deslizamento próprio dos sentidos, inscreva-se nos processos discursivos, filiando-se a redes de memória ao mesmo tempo em que se desloca”. (ORLANDI, 1996, p. 139).

Na tentativa de *perpetuação* (LE GOFF, 1990) da memória das lutas no Paraguai, os espaços e os sujeitos são deslocados, numa relação que os conduz a ocupar a casa, a cidade, a região e a nação, como instâncias que se completam, mas que também se esvaem (ilusoriamente) de significação, no silêncio, constituindo-se assim, pelas falhas, pelos apagamentos. Essas possibilidades podem ressoar nos discursos dos sujeitos-personagens em suas discussões no interior do Sobrado, tais como na conversa entre Bibiana, Pe Otero, o major e Dr. Nepumoceno , sobre a instauração de um novo governo no país:

SD 11

SD 13

- Fala-se em república, não há dúvida – não há dúvida – concordou ele, com mais calma. Mas é meia dúzia de mocinhos que andam com as cabeças cheias de leituras exóticas e idéias extravagantes. [...]

- É o progresso – concluiu o Dr. Nepumoceno, que mastigava um bolinho de polvilho – É o progresso – repetiu [...].

(VERISSIMO, 2004, p. 223)

Ao se referir a palavra república como forma de governo pensada por “meia dúzia de mocinhos”, o major apaga a memória da monarquia no discurso, mas ela não se esgota, está inscrita como possibilidade, se firma e se faz presente pela sua mesma ausência. O desejo de construir uma nação

esbarra nas situações do cotidiano dos sujeitos, que, tendo seus exércitos lutando em solos paraguaios, defendem a região e a cidade dos ataques do progresso, da modernidade européia que circundava a construção de uma identidade nacional.

As novidades ideológicas na política não são bem-vindas em Santa Fé, pois no local devem ser preservadas as raízes do povo, as suas tradições, seus costumes e não outros. Nessa mesma conversa entre os sujeitos-personagens masculinos, Bibiana não participa, apenas observa, mas quem de fato contribui e dá as suas opiniões é Luzia que, como mulher da cidade, portanto, educada e culta, faz referência aos Estados Unidos e suas reformas. Bibiana luta há bem mais que seis anos pelo domínio do Sobrado, e sua disputa com Luzia não parece acabar tão logo:

SD 14

Winter olhou em torno como se quisesse abranger com o olhar não apenas aquela sala e aquele momento, mas também o espaço de tempo que separava aquele minuto exato do dia em que Bibiana entrara pela primeira vez no Sobrado.

- Quase dezessete anos, não, D. Bibiana?

- Ela sacudiu a cabeça, devagarinho.

- É verdade. Um tempão. Nenhuma guerra, que eu saiba, durou tanto.

Winter pensou na sua curiosa situação de neutro; e reconheceu que naquele conflito ele mantinha uma neutralidade benevolente para com a sogra em detrimento da nora. (VERISSIMO, p. 236)

A defesa do espaço do Sobrado por Bibiana se dá na narrativa de lutas no Paraguai, mas não se restringe ao interior da casa, mas é conhecido por aqueles que a frequentam e pelos demais habitantes de Santa Fé. A luta entre ela e Luzia é, nesse sentido, um deslocamento de efeitos de sentido produzidos a partir do acontecimento Guerra do Paraguai e são as formações ideológicas e discursivas que preenchem as falhas dos discursos dos sujeitos.

Quando Bibiana afirma que nenhuma guerra havia sido tão longa como essa, não se refere ao fato histórico, mas às suas lutas no Sobrado, papel do interdiscurso, ou já-dito.

É assim que, pelo trabalho da memória, do interdiscurso, as possibilidades de dizer e não dizer se ligam aos sujeitos, de modo que, filiados a uma FD que preza pela honra, pelo sangue e solo em defesa de um espaço, esses sujeitos significam e fazem significar o acontecimento da guerra. É criando laços de pertencimento a esse momento histórico de tão grande importância para a cidade, para a região e para a nação, num interpelamento pela ideologia, materializada no discurso, que esses elegem o objeto memorável, como digno de ser preservado, de ser lembrado por todos.

Abre-se assim, um espaço para nossas discussões em AD, na relação sujeito/história/língua, não sendo o real como cópia, nem como espelhamento, mas como um possível caminho para que, textualizado na narrativa de Verissimo, façamos nele o percurso analítico, um gesto de interpretação, portanto, aberto a significações, a discursos e sujeitos outros.

4.2- A cidade como lugar de memória

A necessidade de escolher e manter um objeto como memorável passa por vários aspectos, desde a posição-sujeito em suas diferentes formas e discursos, até a legitimação desse objeto como tal, passando pelas instituições que eternizam ou não essa memória. Mas a memória que foge à instituição, aquela guardada e sempre em movimento na junção do simbólico e do político, é a memória esburacada, memória lacunar e espaço múltiplo de falhas, de deslizos e de efeitos de memória, sempre outros. Para analisar a constituição da cidade de Santa Fé, como lugar de memória, numa perspectiva discursiva, nos filiamos também à ciência histórica e à sociologia, como áreas que podem nos auxiliar no gesto de interpretação que fazemos a partir de Verissimo.

Venturini (2009) ao analisar a o lugar de memória em AD, coloca que no seu ponto de vista, todos os discursos são políticos na medida em que neles há a constante negociação de sentidos e posições do sujeito. Assim, “o lugar de memória é tomado como arquivo, mas não no sentido estático da institucionalização da memória comemorativa, porque não é somente um campo de documentos pertinentes sobre um nome ou objeto”. (VENTURINI, 2009, p. 67).

Já para P. Nora (1990), só há necessidade de se estabelecer lugares de memória na medida em que as pessoas esquecem a história, perdem memórias. Assim, segundo ele, “se fala tanto da memória porque ela não existe mais” (NORA, 1990, p. 07), o que seria para ele, o esfacelamento da memória nas práticas humanas que a asseguram apenas como passado. A “consagração” dos lugares de memória, segundo Nora (1990), segue assim as formações sociais e as necessidades que cada indivíduo tem de selecionar e fazer memória, pela história, num jogo, no qual “é preciso ter vontade de memória”. (NORA, 1990, p. 22).

Nas relações postas por Nora (1990) memória e história são indissociáveis, cabendo à primeira ditar e à segunda escrever. Nesse sentido os grandes acontecimentos, aqueles instaurados como importantes para a história, podem ser, segundo o autor, postos sob dois aspectos nos regimes de memória: aqueles “ínfimos, apenas notados no momento”, aos quais somente o futuro lhe dará grandiosidade; e aqueles nos quais nada acontece, mas que são carregados de sentido simbólico, numa espécie de “comemoração antecipada”. (NORA, 1990, p. 25). Nesse sentido, para Venturini (2009), o lugar de memória funciona sob dupla via:

[...] primeiro, guarda vestígios que irrompem no discurso de comemoração – eixo das relações – pelos objetos culturais que os ritos comemorativos convocam e celebram; segundo, constitui e dá visibilidade a esses objetos, mas como movimento contraditório pelo qual o passado é interpretado em função de um presente e encaminha a um futuro. (VENTURINI, 2009, p. 69)

Assim, a constituição do lugar de memória não pressupõe a estabilização como podemos ilusoriamente conceber, mas sim, o movimento dos sentidos nas redes de filiação que constituem o sujeito em suas formações ideológicas e discursivas. A partir dessa consideração, o lugar de memória funciona também como ligação entre o passado e o presente, constituindo, sustentando e interpretando os sujeitos idealizados. É nesse sentido que a autora coloca que “na perspectiva discursiva, o lugar de memória legitima por meio de processos de interpelação do sujeito e pelo funcionamento da memória discursiva, que atualiza os sentidos [...]”. (VENTURINI, 2009, p. 68-69). Logo, pelo viés discursivo, a noção de lugar de memória é concebida pelo entrecruzamento da ideologia e o real da língua que legitima os efeitos de sentidos, fazendo movimentar a memória, resignificando-a.

Ainda Venturini (2009), relendo Catroga, afirma que o passado funciona assim, como doutrinário, guardando valores que devem ser incorporados ao presente, projetando um futuro, e é, portanto, nesse sentido que “marcam e guardam vestígios e traços de identificação e de representação existentes entre a formação social e nomes ou eventos que atendem à demanda dos sujeitos do discurso [...]. A memória, desse modo, não é homogênea, antes, abre-se para os múltiplos *efeitos de memória*, ou seja, uma rede de sentidos outros, a polissemia. Para Orlandi (2012a, p. 50), a polissemia dá conta do “conceito de discurso no plural, sentidos no meio de outros – simultaneidade de movimentos diferentes de sentidos no mesmo objeto simbólico”.

Nesse ínterim, nos voltamos para o domínio guerra na narrativa *de O tempo e o vento*, já que defendemos a ideia de que esse perpassa e constitui a trilogia como um todo, e não só o capítulo por esse mesmo domínio intitulado. Mas, esse, especificamente, sendo nosso objeto de análise, tem a nosso ver, três momentos que o formam e constroem a narrativa, sendo a primeira parte (ou sub-capítulos 1,2 e 3), as memórias do sujeito-personagem Florêncio Terra, voltando da Guerra do Paraguai; na segunda parte, (sub-capítulos 4, 5 e 6) temos a descrição dos modos como Licurgo estaria sendo treinado para que, mesmo contra o gosto da avó, fosse à guerra do Paraguai se ela não

terminasse. A última parte (sub-capítulos 7, 8 e 9), é uma conversa entre a personagem Bibiana e suas visitas no interior do Sobrado, tratando da guerra que não termina, no solo paraguaio e as mudanças que ela trará à cidade e também a descrição de Bibiana sobre a guerra que travara ali, com Luzia.

Na primeira parte, como já enunciamos anteriormente, no capítulo III, o retorno de Florêncio Terra marca uma ruptura no imaginário de guerra, pois, o que ressoa da história oficial seria um evento grandioso, o maior da América. A história, nesse sentido, promove o atravessamento da língua fazendo movimentar os sentidos, logo, não só a língua sofre mudanças, mas também o sujeito que a produz, portanto, seu corpo, enquanto materialidade – significa nessa relação, uma vez que seu corpo não se separa da cidade. Social e individual, essa é a noção posta por Orlandi (2012b):

[...] O corpo do sujeito é, nas condições sócio-históricas, parte do corpo social tal como ele está significando na história [...]. O sujeito relaciona-se com seu corpo já atravessado por uma memória, pelo discurso social que o significa, pela maneira como ele se individualiza. (ORLANDI, 2012b, p. 93)

A partir dessas considerações podemos dizer que no capítulo analisado, “*A guerra*”, situamos o movimento da memória pelos discursos e textualização dos corpos na cidade, de modo que instaura uma variedade de efeitos de sentidos ligados a redes de memória que fazem desse lugar, um lugar de memória, na junção do político e do simbólico, no desejo e necessidade desses sujeitos de lembrá-lo, de eternizá-lo na memória. É a cidade, em sua textualização constante e múltipla pela relação com os sujeitos que nela habitam ou que a ela se identificam, que permite o retorno do domínio guerra, na definição do que seria um santa-feneze. É assim que o personagem Licurgo, aos seus completos quinze anos precisa adaptar-se ao imaginário da cidade: para ser um homem valente e honrado, deveria cumprir certo código de honra, [...] um código que não fora escrito mas que tomava corpo, fazia-se visível em milhares de exemplos e casos que andavam de boca em boca. [...]”. (VERISSIMO, 2004, p. 203).

Esse código tornava um homem “bem macho”, tendo “vergonha na cara” e “barba”, em tempos que não se faltava à palavra de um homem e em que não se assinavam *letras*, mas se dava um fio de barba como garantia. Nesse sentido, o domínio guerra está presente nas reflexões de Licurgo nos momentos nos quais fora provado diante de sangue de animais, coisa que aos poucos foi acostumando porque [...] fosse como fosse, tinha de ir se habituando àquelas coisas, porque se a guerra do Paraguai durasse mais dois anos, ele tencionava apresentar-se como voluntário. (VERISSIMO, 2004, p. 203). Os discursos sobre a guerra, nesse sentido, podem ser atualizados como:

[...] o efeito metafórico, o deslize – próprio da ordem do simbólico – é lugar da invenção, da interpretação, da ideologia, da historicidade. O interdiscurso significa justamente o discurso como um relação de uma multiplicidade de discursos, ou seja, ele é um conjunto não discernível, não representável de discursos que sustentam a possibilidade mesma de significar, sua memória. (ORLANDI, 2012b, p. 105)

As possibilidades de significar, nesse sentido, não são únicas, mas variáveis e apontam para a historicidade, para as condições materializadas pelo discurso e que as permite existir. Na terceira parte, durante as conversas de Bibiana e suas visitas, como Winter e o Major Graça; o domínio guerra reaparece, mas não mais nos sentido de passado em Florêncio, não no imaginário social ao qual Licurgo quer identificar-se; mas sim, no conflito pessoal entre Bibiana e Luzia, na defesa do Sobrado, assim como no deslize dos sentidos do evento nacional guerra do Paraguai, aos eventos regionais como a Revolução Farroupilha. Assim, podemos dizer que há um entrecruzamento entre os três espaços, mas que esses se juntam a partir da guerra como domínio pertencente os três, em seu regime de repetição.

Segundo Indursky (2013, p. 93), a repetição em AD, funciona como a retomada de uma memória que foi regularizada, na memória discursiva, que pode ser ou não “revestida do não sabido, de um saber anônimo”, ou ainda, “repetir, entretanto, “[...], não significa necessariamente repetir palavra por palavra algum dizer. No regime de repetibilidade, à medida que retomadas vão

sendo feitas, podem ocorrer desde pequenas, [...] até grandes alterações da ordem dos sentidos”. (INDURSKY, 2013, p. 93). Assim, há essa relação no discurso produzido pelo Major Graça, em sua visita ao Sobrado: “– Vejo que muita gente nesta Província ainda não esqueceu a Guerra dos Farrapos. É lamentável. Nesta hora devemos deixar de lado todas as questões regionais. O destino da pátria comum está em jogo”. (VERISSIMO, 2004, p. 218).

Ao enunciar a guerra dos farrapos, na casa de Bibiana, no mesmo momento que a guerra do Paraguai acontece, os personagens, em suas posições-sujeito diferentes nos discursos fazem ressoar a guerra, qualquer que seja sua denominação, como objeto de manutenção de memórias que constituem o imaginário. A cidade de Santa Fé, nesse sentido, não é apenas o espaço onde se desdobram as lutas dos Terra-Cambarás, de Bibiana ou outras lutas, mas reúne, em seus diferentes lugares, como espaços simbólicos, uma multiplicidade de efeitos de memória e de sentidos em torno do ideário de guerra, promovendo o movimento dos sentidos, ressignificando-a.

Quanto à divisão entre local, regional e nacional³⁹, Silveira; Medeiros (2013) sustentam a idéia de que na relação entre o regional/nacional há um efeito de contradição, uma vez que “diz-se regional para configurar o nacional”, o que não lhe implica de fato a designação de nacional. Logo, o domínio regional, para ambas, seria “parte que fará pertencer ao todo – nacional -, mas como parte”. Sendo assim, o regional daria conta do “processo de produção de sentidos que explicita os regionalismos como parte do todo, configurado pelo nacional”, e o local, é aquele que “se contrapõe ao que vem de fora”. (SILVEIRA; MEDEIROS, 2013, p. 14-15). Como enunciamos anteriormente, no capítulo intitulado *A guerra*, temos uma relação de aparente aproximação entre os três domínios, uma vez que, divide-se em três partes e em cada uma delas, o espaço e condições imediatas de produção dos discursos mudam, no entanto, o imaginário de guerra, filia, une um sujeito ao outro, e compõe, por fim, a narrativa do capítulo em questão.

³⁹ No texto *Da Língua Partida: Nomenclatura, Coleção de Vocábulos e Glossários Brasileiros*, as autoras analisam os modos como a língua se movimenta em diferentes formas vocabulares por meio de dicionários, na relação entre os domínios local, regional e nacional, tendo como objeto, especificamente dicionários próprios do Rio Grande do Sul. (SILVEIRA; MEDEIROS, 2013)

Na primeira parte, como dividido anteriormente por nós, a título de melhor observação, a guerra ocupa o passado e o presente de Florêncio em seu retorno do Paraguai. É a cidade de Santa Fé, lugar de suas memórias, de sua infância e de sua família constituindo o local; na segunda parte, é a cidade e a região da província, na referência ao Rio Grande do Sul como lugar das experiências de Licurgo, projetando-lhe um futuro nas lutas sob o cumprimento do código de honra que vigorava até então. Na terceira parte, no Sobrado, a discussão entre Winter e Major Graça (até mesmo Luzia e Bibiana), se fala da pátria, da implantação da República no Brasil. Logo, podemos dizer que, ao assumir posições-sujeito distintas, os sujeitos-personagens acima citados, promovem, pelo interdiscurso e pela ideologia, o movimento dos sentidos nesses domínios, descaracterizando-os como separados, assemelhando-os.

No capítulo que analisamos a cidade imaginária de Santa Fé, não é circunscrita em seus limites geográficos e físicos, antes abrange o simbólico, lugares provisórios marcados pelos sujeitos que a ela se identificarem. Nela, a região, mesmo sendo parte do nacional, é tomada *como de todos, para todos*, sendo um compromisso de todo santa-feneze não defender somente a cidade, mas o Rio Grande por extensão e o Brasil, como o todo dele. O Rio Grande, assim como Santa Fé, compunha a extensão do todo, onde não há divisão, coisa que Licurgo sabia bem, pois Fandango, o capataz o havia ensinado, “viajando, conduzindo carretas, fazendo tropas, e não havia cafundó do Rio Grande que ele não conhecesse tão bem como as palmas de suas próprias mãos”. (VERISSIMO, 2004, p. 189-190).

Os três domínios de divisão: local, regional e nacional; sendo separados e entendidos como partes distintas, com características próprias, não funcionam desse modo na obra, segundo nosso gesto interpretativo. Não há limites materiais nos discursos produzidos pelos sujeitos-personagem, que os identifique de forma isolada, ao contrário, juntos esses mobilizam efeitos de sentido e de memória que permitem, ao nosso ver, a escolha do acontecimento da guerra, como objeto memorável. Essa escolha, ilusoriamente autônoma, não o é, sendo sim regida e significada pela interpelação ideológica, pela memória discursiva, pelas formações discursivas e, claro, pelas relações

identitárias que ligam esses sujeitos ao objeto memorável. Nesse sentido, Venturini (2009, p. 114) destaca a noção de discurso transversal como “o efeito de memória pelo qual ressoam no eixo da formulação de saberes desde o interdiscurso, os quais permanecem deslinearizados e dependentes da inscrição de sujeitos próprios dos lugares que sustentam a FD dominante”.

É desse modo que os sentidos se atravessam, se deslocam e permitem o movimento dos discursos e dos sujeitos que ocupam posições determinadas de acordo com as FDs às quais se filiam, ou se identificam. Essas posições, no entanto, não são estáticas, antes também se deslocam à medida que o sujeito muda de posição, assim como os sentidos, sempre podendo ser outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra terminar teria muitos efeitos de sentido se a utilizássemos neste trabalho, até porque nos filiamos à perspectiva da AD, na qual o texto funciona como objeto simbólico, sempre aberto a outros que ao seu em torno o

constituem, além disso, há a noção posta por Orlandi (2012a) quanto ao gesto de interpretação que fazemos diante de todo fato existente. Portanto, não fechamos, apenas mobilizamos o sentido provisório de amarras, de limites que nos dão a ilusória impressão de estabilidade dos sentidos e da memória.

Em nosso trajeto discursivo analítico, partimos do tema acontecimento (histórico) Guerra do Paraguai, (re)significado na literatura de Erico Veríssimo, na obra *O tempo e o vento*, na tentativa de compreensão dos modos como o domínio guerra, na relação com o herói e a cidade, funciona como objeto memorável na referida narrativa. Assim, filiados à AD de linha francesa, no primeiro capítulo desta dissertação, buscamos aproximar as relações postas até então entre a literatura e a história, bem como essa relação permite que utilizemos as noções postas pela lingüística – AD, como área de entremeio, espaço para os estudos do funcionamento do discurso inserido nas práticas sociais. A partir dessa relação, no capítulo II, mobilizamos as noções de sujeito, ideologia, memória e memorável, entre outras, na constituição de nosso corpus analítico: como a guerra do Paraguai é ressignificada na obra e como, esse acontecimento próprio da história, faz funcionar a memória, sinalizando para a deriva, para o deslize dos sentidos e dos sujeitos, eleito então como memorável.

Como a obra *O tempo e o vento*, é composta de sete livros que formam a trilogia de Veríssimo, destacamos o capítulo V de *O Continente*, intitulado *A guerra*, como nosso objeto de análise. Tomando como ponto principal a cidade ficcional de Santa Fé – como espaço para a produção de sentidos e memórias sempre móveis – partimos do princípio dos modos como os domínios *herói* e *cidade* na narrativa, constituem um imaginário simbólico textualizado na obra que faz ressoar os ideais de bravura, de coragem e apego na defesa do Rio Grande do Sul, e por extensão, do Brasil, como um todo. Assim, a cidade ficcional de Santa Fé, apesar de pequena e triste, como nos diz o próprio Veríssimo (2004), é lugar onde se cruzam vidas, saberes e memórias.

Esses entrecruzamentos se dão não só pelas condições de proximidade entre os sujeitos-personagens na obra, mas também pelas suas insatisfações,

seus sonhos e suas lutas no mesmo espaço; porém, há a relação entre aquilo que é comum e o particular, entre o grupo e a individualidade de cada personagem. Florêncio Terra, no retorno da “grande guerra”, não mais aparece como o homem forte e destemido, criado em solo gaúcho, mas sim, como um inválido, mutilado pelo conflito. Antes da volta do personagem Florêncio, não se acreditava que homem algum sobreviveria aos confrontos, pois, no imaginário descrito, “[no] sexto dezembro da guerra - já não havia em Santa Fé família que não chorasse um morto”. (VERISSIMO, 2004, p. 171). Instaura-se assim, os efeitos de repetibilidade e repetição, sendo esses as premissas para que se estabeleça o evento histórico guerra, no movimento dos sentidos, como acontecimento discursivo. Em sua posição-sujeito que foge à FD construída de que homem nenhum voltava vivo da guerra paraguaia, Florêncio tem papel central na narrativa do capítulo. A cidade, por sua vez, como espaço do público e do privado, reúne e integra os diferentes sujeitos, em suas posições e discursos no mesmo local, sendo, portanto, entendida como lugar do mesmo e do diferente, no qual o corpo do sujeito está preso ao corpo social, sinalizando para o aspecto político da produção dos discursos e da construção do imaginário.

No capítulo II, destacamos os modos como o objeto discursivo guerra do Paraguai, pelo funcionamento da memória, e na relação entre sujeito/língua/história, significa nos discursos produzidos pelos personagens de Veríssimo em sua posição sujeito-autor. Destacamos as sustentações de dizeres, já esquecidos que, retornando no discurso pela memória discursiva, sustentam as noções de objeto memorável como aquele que deve ser lembrado, idealizado e construído como ressignificações, tornando o discurso e os efeitos de sentidos sempre outros. A memória, nesse sentido, tem seu funcionamento na filiação dos sentidos e dos sujeitos às FDs e FIs, sinalizando para a construção do imaginário e do simbólico, como formas de inserção desses na língua e na história, na ilusão de ser sujeito daquilo que dizem.

No capítulo III, observamos os modos como o acontecimento guerra do Paraguai é deslocado em seus sentidos e ressoa na narrativa literária de

Verissimo, apontando para diferentes efeitos de sentido, nos discursos produzidos pelos sujeitos-personagens em suas posições enquanto sujeitos filiados ao imaginário rio-grandense, na obra. Ainda, analisamos como os domínios cidade e herói são discursivizados e ressignificados, sendo assim, a posição-sujeito do personagem Florêncio faz funcionar as redes de memória que pelo interdiscurso, instauram-lhe a condição de herói sendo leal aos demais sujeitos, constitutivos do imaginário do qual faz parte, no trajeto que ele cumpre, seu retorno e entrega na defesa dos ideais comuns ao grupo, ingressando no conflito da referida guerra. A cidade, como lugar de espaços múltiplos e sujeitos heterogêneos, constitui amarras simbólicas para com os sujeitos que a preenchem, a habitam ou transitam nela.

Santa Fé, cidade imaginária textualizada na obra de Verissimo, é o local onde se estabelece o confronto entre o mesmo e o diferente, entre o passado e o presente, entre a história e a memória construída pelos sujeitos-personagens. Assim, partimos da noção de cidade e sua historicidade com Le Goff (1998), e a ressignificamos pelo dispositivo da AD como lugar não apenas físico e limitado, mas como lugar de memória, ou seja, como aquele que guarda traços e vestígios da memória, organizando e sustentando a mobilidade de discursos que funcionam nesse espaço, considerações feitas por Venturini (2009).

São esses vestígios esquecidos e silenciados, que inscrevem a cidade de Santa Fé como lugar de memória, na ordem do simbólico, retornando sempre como um novo dito, na escolha, sustentação e manutenção dos objetos memoráveis. Legitimando os discursos, na ordem do novo pelo processo e condição necessária do sujeito pela ideologia, esses vestígios constituem a movimentação dos efeitos de sentido e memória, atualizando-os. É assim que, na nossa leitura, entendemos os domínios de cidade e herói como elementos norteadores para que a guerra (não só do Paraguai, mas outras também), seja posta como constitutiva do imaginário, que identifica os sujeitos como pertencentes ao espaço não só da cidade, mas à região (Rio Grande do Sul), como ao nacional, ao Brasil como participante de lutas e desejante de vitórias, assim como esses sujeitos que, pela ordem do simbólico não são apenas

santa-fenezes, mas rio-grandenses e brasileiros. Essas considerações são levantadas no capítulo IV, no qual discutimos como os deslizamentos de sentido conduzem a junção dos limites entre local (cidade de Santa Fé), regional (Rio Grande do Sul) e nacional (Brasil), se misturam, fazendo movimentar a memória e os discursos.

Isso nos leva a concluir, sempre de modo provisório, que os limites entre local, regional e nacional não funcionam de formas específicas na obra *O tempo e o vento*, mas, pelos efeitos de sentido e memória sempre em movimento, instauram a ilusão de homogeneidade, de filiação dos sujeitos-personagens como iguais, como ideais e defensores de objetivos comuns. Logo, não temos apenas a repetição dos dizeres e memórias, mas com a ruptura de limites demarcados até então na separação desses domínios, produzem um acontecimento discursivo. Portanto, não sendo propriamente a história datada e factual inserida na obra de Veríssimo, nem um pano de fundo contextual para a descrição literária, a guerra funciona como elemento identificador entre os diferentes sujeitos-personagens, e esses mesmo em sua heterogeneidade, se identificam como bravos, como defensores de seus objetivos e desejantes de uma memória que os eternize.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, Peter. A escola dos Annales. **A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Tradução de Maria Manuel, Rui Grácio e Vitor Romaneiro. Portugal: Armand Colin Editeur, 1997.
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. Joseph Campbell, com Bill Moyers ; Betty Sue Flowers (org.); tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1991.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**. A História entre incertezas e inquietude. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHIAVENATTO, J.J. **Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- _____. **Os voluntários da pátria (e outros mitos)**. São Paulo: Global, 1983.
- COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da Teoria**. Literatura e senso comum. Trad. De Cleonice Paes Barreto Mourão et al. 2 ed. Belo Horizonte: 2012.
- COURTINE, Jean-Jaques. Chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Trad. Freda Indursky. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra/Luzzato, 1999.
- DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. São Paulo: EDUSC, 2004.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**. Uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Memória e história na/da análise do discurso**. In: INDURSKY, Freda; MIITMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (orgs). São Paulo, Campinas: Mercado das Letras, 2011
- _____. Memória discursiva em funcionamento. In: ROMÃO; Lucília; CORREA, Fernanda. (orgs). **Conceitos discursivos em rede**. São Carlos: Pedro & João, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchal. São Paulo: Martins Pontes, 1995.

_____. **Isso não é um cachimbo**. Trad. Jorge Coli. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. **O que é um autor**. Trad. Antônio F. Cascais e Edmundo Cordeiro. Portugal, Vega, 1992.

GADET, Françoise et al. Apresentação da conjuntura lingüística, em psicanálise, em informática aplicada aos estudos dos textos na França, em 1969. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. De Bethania Mariani et al. 3. Ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

INDURSKY, Freda. **“A memória na cena do discurso”**. In: *Memória e história na/da análise do discurso*, editado por Freda Indursky, Solange Mittmann e Maria Cristina Leandro Ferreira, 67-89. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

KHOTE, Flávio R. **O herói**. São Paulo: Ática, 1985.

KRAMER, Loyyd. **Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra**. In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. Tradução Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5ª Ed. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

_____. **Por amor às cidades**. Conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello C. de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998.

LOUREIRO, Flávio. **O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Erico Veríssimo**. 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

_____. Prefácio. In: VERISSIMO, Erico. **Clarissa**. 51ª ed. São Paulo: Globo, 1997.

MACHADO, Rosely Diniz da Silva. O sujeito discursivo e a questão da autoria. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília. *Práticas Discursivas e Identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre/RS: Nova Prova, 2008,

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do Discurso**. (Re) ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 2003.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. **História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 100 anos depois**. Rio de Janeiro: Estudos Avançados 9 (24), p. 243-245, 1995.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire**. La problématique des lieux. In: _____. Les lieux de mémoire. Tradução de Yara Aun Khoury. Paris: Gallimard, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, nº 61, jan/mar, 1994.

_____. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Paráfrase e polissemia**. A fluidez nos limites do simbólico. Rua, São Paulo: Campinas. 4:9 -19, 1998a.

_____. **A desorganização cotidiana**. Escritos, Campinas, v. 1, p. 3-10, 1998b.

_____. **Discurso e leitura**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas/ Unicamp/ São Paulo, 2001

_____. **Cidade dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2004a.

_____. **O inteligível, o interpretável e o compreensível**. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro. (orgs). Leitura: perspectivas interdisciplinares. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 2004b.

_____. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. Pontes, São Paulo, 2006

_____. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2012a.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 2ª ed. São Paulo/Campinas: Pontes, 2012b.

_____. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Org. Françoise Gadet; trad. Bethania Mariani et al. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. 4ª ed. São Paulo, Campinas, Editora da Unicamp, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jathahy. (org.). **História Cultural. Experiências de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. (org). A vitória de Antígona sob o signo de Babel, a cidade brasileira dessacralizada. In: **Escrita, Linguagem, Objetos**. Leituras de História Cultural. São Paulo: 2004

_____. **Erico Verissimo: encontros e desencontros da ficção com a História**. Revista USP, São Paulo, nº 68, dezembro/fevereiro 2005-2006.

QUEIRÓS, Eça de. **A Cidade e as Serras**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.

REIS, José Carlos. **A história entre a ciência e a filosofia**. 3ª ed. Belo Horizonte, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria de Souza. **Exposições do museu da Língua Portuguesa**. São CARLOS: Pedro & João Editores, 2011.

SILVEIRA, Verli Petri da. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**. Da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. (Tese de doutorado). UFRS, 2004.

_____; MEDEIROS, Vanise. **Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros**. v. 23, n. 46 p. 43-66, jan./jun. 2013.

SALLES, Ricardo. **A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário Urbano. Espaço de rememoração/comemoração**. RS, Passo Fundo: Editora UFP, 2009.

_____. **Leitura e produção do mesmo e do diferente**. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2011.

_____. O em torno do sujeito-professor e da educação na revista Nova Escola. In: VENTURINI, Maria Cleci. et al. Gurapuava: Editora da Unicentro, 2012.

_____. O sentido e os sentidos da/na rememoração/comemoração de um “contador de histórias”. In: MASSMANN, Débora; COSTA, Graciely. (orgs). **Linguagem e historicidade**. São Paulo: Campinas, Editora RG, 2013.

_____. Mídia, ruído e silêncio tumular na constituição contraditória da memória em curso/discurso. In: TASSO, Ismara; SILVA, Érica (orgs). **Lingua(gens) em discurso. A formação dos objetos**. São Paulo: Pontes, 2014.

VERISSIMO, Erico. **Clarissa**. 51ª ed. São Paulo: Globo, 1997.

_____. **O tempo e o vento**. Vol. 01; 02. *O continente*. São Paulo: Editora Globo, 2004.

ZILBERMAN, Regina. Prefácio. In: VERISSIMO, Erico. Clarissa. 51^a ed. São Paulo: Globo, 1997